

Negócios **Estrangeiros**

Março 2006 número 9.2

publicação semestral do
Instituto Diplomático
do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Vida do Ministério

Retrato em Posto

Serviço de Biblioteca e Documentação
Diplomática

Arquivo Histórico-Diplomático

Leituras e Recensões



Ministério dos Negócios Estrangeiros

i
Instituto diplomático
D

Revista *Negócios Estrangeiros*
9.2

Revista *NegóciosEstrangeiros*

Director

Professor Doutor Armando Marques Guedes
(Presidente do Instituto Diplomático)

Directora Executiva

Dra. Maria Madalena Requixa

Conselho Editorial

General José Manuel Freire Nogueira, Professora Doutora Leonor Rossi,
Professor Doutor Nuno Canas Mendes, Ministro Plenipotenciário de 1.ª Classe Dr. Nuno Brito,
Dr. Francisco Pereira Coutinho.

Conselho Consultivo

Professor Doutor Adriano Moreira, Professor Doutor António Bivar Weinholtz,
Professor Doutor António Horta Fernandes, Embaixador António Monteiro, Professor Doutor Bernardo Ivo Cruz,
General Carlos Reis, Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmiento, Professor Doutor Fausto de Quadros,
Embaixador Fernando de Castro Brandão, Embaixador Francisco Knopfli, Conselheiro de Embaixada Dr. Francisco
Ribeiro de Menezes, Professor Doutor Heitor Romana, Professor Doutor João Amador, Professor Doutor João
Marques de Almeida (Director do Instituto da Defesa Nacional), Professor Doutor Jorge Braga de Macedo
(Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical), Conselheiro de Embaixada Dr. Jorge Roza de Oliveira,
Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes, Embaixador José Cutileiro, General José Eduardo Garcia Leandro,
Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça, Embaixador Leonardo Mathias, Dr. Luís Beiroco,
Professor Doutor Manuel de Almeida Ribeiro, Embaixador Manuel Tomás Fernandes Pereira (Director-Geral de
Política Externa do MNE), Embaixadora Margarida Figueiredo, Dra. Maria João Bustorff,
Professor Doutor Moisés Fernandes, Professor Doutor Nuno Piçarra, Dr. Paulo Lowndes Marques,
Conselheiro de Embaixada Dr. Paulo Viseu Pinheiro, Embaixador Rui Quartin Santos (Secretário-Geral do MNE),
Professor Doutor Victor Marques dos Santos, Dr. Vitalino Canas.

Design Gráfico

Risco – Projectistas e Consultores de Design, S.A.

Pré-impressão e Impressão

Europress

Tiragem

1000 exemplares

Periodicidade

Semestral

Preço de capa

€10

Anotação/ICS

N.º de Depósito Legal

176965/02

ISSN

1645-1244

Índice

9.2

VIDA DO MINISTÉRIO

- 7 **Discurso de Tomada de Posse como Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**
Diogo Freitas do Amaral
- 15 **Discurso de Tomada de Posse como Presidente do Instituto Diplomático**
Armando Marques Guedes

RETRATO EM POSTO

- 25 **Teerão, a Cidade das Quatro Estações**
José Moreira da Cunha

SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

- 31 . **Acordos Bilaterais**
- 37 . **Tratados Multilaterais**
- 38 . **Legislação**
- 55 . **Referências Bibliográficas de Novas Aquisições**

ARQUIVO HISTÓRICO-DIPLOMÁTICO

- 97 . **Memória – Dados de 2005**
- 116 . **Investigadores, Temas e Objectivos de Pesquisa em 2005**

LEITURAS E RECENSÕES

- 129 **Patten: um Político pouco Diplomata**
Luís Cunha
- 132 **Do Mundo como Europa**
Pedro Velez
- 137 **Definições do Neoconservadorismo**
Jorge Azevedo Correia

9.1

- 5 Nota do Director
- 8 Direito Internacional Público
Armando M. Marques Guedes
- 29 A Internacionalização do Ensino Superior
Adriano Moreira
- 38 Por onde vai a Diferencialidade Portuguesa?
Jorge Braga de Macedo
- 54 As Fronteiras da União Europeia
Fernando d'Oliveira Neves
- 62 Os Institutos Diplomáticos e a Formação de Diplomatas
Armando Marques Guedes e Nuno Canas Mendes
- 134 Política Externa Portuguesa e Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia
Manuel Fernandes Pereira
- 146 Think-Tanks, Diplomacia e Política Externa
Armando Marques Guedes
- 179 Tomás Ribeiro no Reatamento das Relações Luso-Brasileiras: 1894-1895
Fernando de Castro Brandão
- 197 A Arte da Negociação
Leonardo Mathias
- 207 A Revisão da Estrutura de Comandos da NATO: uma Perspectiva Portuguesa
Mário Miranda Duarte
- 231 Os Estados-Membros e os Processos Prejudiciais
Francisco Pereira Coutinho
- 258 UE-China: a Aproximação Estratégica. 30.º Aniversário das Relações Diplomáticas
Luís Cunha
- 272 O Timor Português na Política Externa de Suharto: o Regresso ao Status Quo Ante, 1965-1974
Moisés Silva Fernandes
- 339 As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo
Francisco Proença Garcia

Os artigos reflectem apenas a opinião dos seus autores.

Vida do Ministério



Discurso de Tomada de Posse como Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Discurso de apresentação do capítulo sobre “Política Externa” no debate parlamentar sobre o Programa do XVII Governo Constitucional proferido pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

2005/03/21 | *Informações à Imprensa*

Transcreve-se o texto do discurso de apresentação do capítulo sobre “Política Externa” no debate parlamentar sobre o Programa do XVII Governo Constitucional, proferido pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, na Assembleia da República, em 21 de Março de 2005.

Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados:

Ao regressar a este simbólico hemiciclo, onde tem assento a Representação Nacional de base democrática, permitam-me V. Exas. que lhes declare a minha satisfação por aqui me encontrar de novo, para, uma vez mais, prestar um serviço, que considero importante, ao meu País.

Por grande que possa ter sido a surpresa de alguns, não é esta, contudo, a primeira vez que apoio politicamente, no Parlamento, um Governo do Partido Socialista: já o tinha feito antes, em 1978, quando subscrevi e apoiei o II Governo Constitucional, da presidência do Dr. Mário Soares.

Fi-lo então, como o faço agora, com naturalidade e sem angústias existenciais: para o centrista e democrata-cristão que sempre fui, e continuo a ser, nada há de mais normal do que fazer alianças com o socialismo democrático. Basta conhecer a história da política europeia desde 1945, incluindo o mapa de coligações da actualidade.

Quero apenas acrescentar agora, neste local e neste momento, que foi com muito gosto e satisfação que aceitei o honroso convite do Sr. Primeiro-Ministro, Eng.º José Sócrates, para integrar o seu Governo, como independente, num cargo de elevada responsabilidade, em que vou procurar – como é meu hábito – dar o melhor de mim próprio, com dedicação plena ao serviço público e total lealdade ao Primeiro-Ministro que chefia o Executivo.

Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados:

O XVII Governo Constitucional pautará a sua actuação, em matéria de política externa, por três valores essenciais, que definem a conduta internacional de qualquer país civilizado – o valor da manutenção da paz e segurança internacionais, o valor do primado do Direito Internacional, e o valor do papel cimeiro da Organização das Nações Unidas.

Por outro lado, o Governo compromete-se a respeitar, empenhadamente, todos os princípios gerais estabelecidos no artigo 7.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, para a área das relações internacionais, princípios esses que é conveniente manter sempre presentes, até porque às vezes andam por aí um pouco esquecidos. São eles:

- a) O princípio da independência nacional;
- b) O princípio do respeito dos direitos do homem;
- c) O princípio do respeito dos direitos dos povos;
- d) O princípio da igualdade entre os Estados;
- e) O princípio da solução pacífica dos conflitos internacionais;
- f) O princípio da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados;
- g) O princípio da cooperação com todos os povos para a emancipação e o progresso da Humanidade.

Pelo que acabo de dizer, vê-se bem que não perfilhamos uma concepção “hobbesiana” da política internacional, assente na ideia de que, na falta de normas jurídicas aplicáveis e de um poder institucional que as imponha, todos têm o direito de fazer a guerra contra quem quiserem, cabendo legitimamente ao mais forte triunfar e impor a sua vontade aos restantes.

Tal concepção teórica, se pode ter correspondido à situação incipiente e desorganizada da Comunidade Internacional no século XVII – momento em que escrevia o famoso autor do “Leviathan” –, está hoje felizmente ultrapassada pela forte consolidação do Direito Internacional, pela drástica limitação do direito à guerra na Carta das Nações Unidas, e pela clara afirmação de valores e princípios universais que, juntamente com os respectivos órgãos de aplicação, regulam juridicamente a vida internacional, impondo a todos os actores que nela intervêm critérios substantivos de justiça destinados a proteger os mais pequenos e mais fracos contra os abusos ou ilegalidades dos maiores e mais poderosos.

Guiar-nos-emos, pois, por valores universalmente aceites e pelos princípios constitucionais expressamente estabelecidos na nossa própria Constituição. Se

formos firmes e claros na aplicação prática de uns e outros, não teremos decerto grandes dificuldades em encontrar, em cada situação concreta que se nos depare, um critério orientador adequado que nos ajude a definir a posição de Portugal perante as crises e vicissitudes que surgem com frequência na vida internacional.

Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados:

Por força da nossa situação geográfica, da nossa história política e dos superiores interesses estratégicos nacionais, há muito que se encontram nitidamente traçados os três pilares básicos da acção diplomática do Estado Português: a integração europeia de Portugal, a aliança atlântica, e a valorização da lusofonia.

A) A integração europeia de Portugal

Encerrado o ciclo do Império, Portugal optou lucidamente em 1977 pela integração completa, como membro de pleno direito, nas Comunidades Europeias, a qual viria a ser solenemente assinada em Julho de 1985, com um apoio político e social representativo de cerca de 80 por cento dos cidadãos portugueses.

Decorreram entretanto 20 anos. E, para além da consolidação democrática que a integração europeia ajudou a fixar e aprofundar, é visível à luz do dia que o desenvolvimento económico, social e cultural de Portugal conheceu um surto sem precedentes.

Os resultados obtidos nestes primeiros 20 anos, se foram de facto muito positivos e animadores, não são, de modo nenhum, suficientes. Há que prosseguir no caminho traçado, aprofundando a nossa participação no movimento de integração europeia em curso há cerca de meio século e procurando colher dela os benefícios legítimos que nos forem devidos, no contexto dos tratados em vigor e das normas e políticas em curso de execução.

O Programa do Governo indica, de forma clara, as principais prioridades que nos propomos seleccionar para uma acção diplomática eficaz. Dispensó-me de as repetir aqui.

Referirei apenas um ponto de actualidade. Em parte graças aos esforços e competência profissional da diplomacia portuguesa, o texto que será esta semana submetido à aprovação final do Conselho Europeu, em Bruxelas, sobre a “Revisão da Estratégia de Lisboa”, não é unicamente dirigido ao aumento da competitividade económica da Europa, como alguns países-membros chegaram a propor, antes coloca, a par desse, os objectivos igualmente importantes da criação de emprego e do reforço da protecção ambiental, com manutenção do chamado “modelo social

européu” e com forte acento tónico na necessidade de manter a coesão social nos países membros. Escuso de explicar a V. Exas. que esta formulação coincide com as prioridades sociais do actual Governo, e quanto ela poderá ajudar Portugal, num futuro próximo, na negociação das Perspectivas Financeiras para 2007-2013.

B) A aliança atlântica

Outro pilar fundamental da diplomacia portuguesa consiste na defesa, manutenção e reforço das relações transatlânticas em geral, e da “aliança atlântica” em especial.

Desde a 1.^a dinastia, ao celebrar a “aliança luso-britânica”, até ao século XX, em que se lhe juntou a “aliança luso-americana”, Portugal – através de sucessivas gerações, diferentes formas de Estado e diversos regimes políticos – sempre considerou essencial estabelecer e manter um relacionamento privilegiado com a principal potência marítima ocidental. Desde logo, para protecção de interesses nacionais da maior importância; mas também para dar o seu contributo (não negligenciável) para a organização de sistemas de segurança colectiva capazes de garantir a paz e a justiça nas relações entre os povos, na área geopolítica a que pertencemos.

A “aliança atlântica” desdobra-se actualmente, como é sabido, em três componentes essenciais: as nossas relações bilaterais com os E.U.A., a participação de Portugal na NATO (de que foi membro fundador), e o diálogo euro-americano conduzido pelos órgãos próprios da União Europeia.

O Governo entende preservar e reforçar todas essas componentes essenciais, na firme convicção de que elas são úteis a Portugal, à Europa e ao Mundo.

Consideramos, ainda, que as recentes declarações do lado norte-americano, todas orientadas no sentido de privilegiar a diplomacia, o multilateralismo, e a consulta mais frequente e aberta dos aliados no quadro da NATO, são razões suficientemente fortes para que do lado europeu se possa encarar com confiança a nova fase em que entrou o diálogo euro-atlântico.

Nesse novo contexto, o Governo Português deseja saudar a reaproximação dos EUA à França e à Alemanha; o apoio explícito de Washington à importante iniciativa diplomática europeia relativamente às actividades nucleares do Irão; e a declaração conjunta franco-americana no sentido da exigência da retirada das tropas sírias do Líbano, felizmente já em vias de execução, mas que importa levar até ao fim.

Pela parte portuguesa, tudo faremos para que a nova fase em que entraram as relações euro-atlânticas possa ser sólida, duradoira e benéfica, com o objectivo – aliás, previsto na nossa própria Constituição – de construir “uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos” (CRP, art.º 7.º, n.º 2).

Por outro lado, o XVII Governo Constitucional afirma, com toda a clareza, perante algumas dúvidas suscitadas aqui e além, que é favorável à manutenção da NATO como aliança político-científico-militar, dado o papel estabilizador que tem desempenhado, e deve continuar a desempenhar, num mundo ameaçado pelo megaterrorismo internacional e outros perigos globais, com vista à manutenção da paz e segurança internacionais, nos termos aliás previstos para as “organizações regionais de segurança” na própria Carta das Nações Unidas (art.º 52.º).

C) Valorizar o espaço da lusofonia

Entende o Governo que é indispensável, e urgente, valorizar e reforçar o papel da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na sua tripla vertente de expressão influente de um conjunto de cerca de 200 milhões de pessoas que prosseguem objectivos pacíficos comuns, de instrumento privilegiado de preservação e projecção universal da língua portuguesa, e de forum adequado de intercâmbio e coordenação articulada nos planos diplomático, cultural e económico.

Além disso, o Governo propõe-se rever, sistematizar e dinamizar, em toda a medida das suas potencialidades presentes e futuras, a cooperação bilateral entre o nosso País e cada um dos PALOP's, assim como com Timor-Leste.

Em breve começaremos a rever, modernizar e diversificar a nossa política de cooperação, que, de uma forma pró-activa, obedecerá aos princípios da coordenação interministerial efectiva, do planeamento plurianual dos investimentos públicos, e do fomento de parcerias público-privadas, tanto bilaterais como multilaterais, capazes de alargar substancialmente o envelope financeiro global afecto aos nossos programas de cooperação.

Em resumo e conclusão: nos últimos 30 anos do “Estado Novo”, Portugal aumentou significativamente a sua presença em África, mas quase voltou costas à Europa; nos 30 anos que decorreram após o 25 de Abril, Portugal apostou forte na Europa, mas quase voltou costas aos PALOP's; é chegado o momento, enfim, de Portugal compreender que tem de se projectar simultaneamente nas duas direcções – europeia e lusófona –, porque é esse o rumo marcado pelo interesse nacional bem entendido, sendo mais que certo que o nosso papel na Europa se reforçará se for mais dinâmica a nossa presença em África, e que o nosso papel nesta última se ampliará se formos mais activos e bem sucedidos na Europa.

Neste contexto, quero anunciar à Assembleia da República que recebi, já depois da minha posse, e aceitei, convites oficiais para visitas – a curto prazo – ao Brasil, a Angola e a S. Tomé e Príncipe. Procurarei que delas resulte um sinal claro de reforço de uma empenhada aposta comum na CPLP.

* * *

Uma vez definida a acção diplomática programada pelo XVII Governo Constitucional no contexto dos três pilares básicos da política externa portuguesa, cumpre referir de seguida – embora de modo necessariamente breve – os sete novos vectores da nossa acção internacional que as circunstâncias, a evolução dos factos e das mentalidades, e a complexificação da vida internacional tornam possíveis, oportunos e, mesmo, necessários. São eles:

- a) O maior activismo internacional de Portugal;
- b) A defesa da paz e segurança internacionais e a nossa participação em missões de carácter humanitário;
- c) A promoção activa da língua e cultura portuguesas no mundo;
- d) A requalificação e intensificação da diplomacia económica, no contexto da crescente internacionalização da economia portuguesa;
- e) O reforço da solidariedade euro-africana e do diálogo euro-árabe;
- f) A definição e execução de uma nova política europeia do mar e dos oceanos;
- g) E uma maior exigência na aplicação efectiva das normas de protecção internacional do ambiente.

O Governo tomará as medidas necessárias e oportunas para dar expressão prática a estes outros vectores mais modernos, ou mais recentes, da nossa política externa.

Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados:

Portugal tem quase metade da sua população oficial espalhada pelo Mundo, em consequência de um surto migratório que vem já do século XIX e que voltou a intensificar-se bastante na segunda metade do século XX.

São, pois, muito numerosas e densamente povoadas as Comunidades Portuguesas que se situam quer na Europa quer no resto do Mundo.

Não temos de Portugal a visão acanhada do rectângulo europeu e das suas duas regiões insulares, mas uma visão alargada e universalista, assente numa diáspora espalhada pelos quatro cantos do Mundo.

Aquando do VI Governo Constitucional – da presidência do Dr. Francisco Sá Carneiro –, efectuou-se uma ampla reestruturação dos serviços centrais de apoio aos emigrantes portugueses e criou-se o “Conselho das Comunidades Portuguesas”, enquanto órgão consultivo composto por representantes eleitos das principais comunidades existentes.

Volvidos 25 anos, e sem esquecer os relevantes serviços prestados por toda a estrutura administrativa então criada, é altura de repensar os esquemas organizatórios e funcionais actualmente em vigor, para os tornar mais operacionais, mais eficientes e mais aptos a bem desempenharem as funções que são chamados a exercer.

Noutros planos, a experiência tem mostrado que há problemas crónicos que continuam por resolver, o que aconselha a empreender uma revisão global das políticas públicas de apoio às Comunidades Portuguesas.

É o que o Governo se propõe fazer sem demora.

* * *

Antes de concluir esta minha intervenção, gostaria de fazer ainda uma breve referência a um aspecto que considero da maior importância – o da reorganização e modernização do aparelho administrativo do MNE.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, criado por D. João V em 1736, conta já com cerca de 270 anos de serviços distintos prestados ao País. Tem uma estrutura sólida, uma carreira diplomática de elevada qualidade, e uma tradição de serviço público, que dele fazem um dos alicerces básicos da administração directa do Estado.

Mas os tempos mudam e as instituições têm de evoluir também, para se irem adaptando às novas ideias, às novas necessidades e às novas circunstâncias. O Ministério dos Negócios Estrangeiros, apesar de todo o seu merecido prestígio, não pode ficar à margem da necessária e urgente reforma da Administração Pública.

As directrizes gerais dessa reforma, uma vez definidas e aprovadas pelo Governo, serão logicamente aplicadas neste ministério. Mas, independentemente disso, é intenção do XVII Governo Constitucional rever, quanto antes, alguns aspectos mais importantes ou mais urgentes da orgânica e funcionamento do MNE

Apenas a título exemplificativo, mencionarei:

- a) A modernização da administração central e periférica do Ministério, adoptando em cada unidade interna e externa o princípio da gestão por objectivos;
- b) A revisão ponderada do mapa das missões de Portugal no estrangeiro, encerrando ou reagrupando aquelas que não se justifique manter como estão, e criando outras que as novas circunstâncias da vida internacional e os interesses nacionais comprovadamente reclamem;
- c) A revisão dos diplomas reguladores das carreiras diplomática e consular, com especial acentuação de uma formação técnica mais especializada nas áreas política, económica e cultural;

- d) A revalorização das funções do Instituto Diplomático, como grande centro de formação do pessoal do Ministério, quer na fase do concurso de ingresso, quer ao longo da carreira;
- e) A promoção, em parceria com outras instituições públicas e privadas, de um think-tank sobre “Relações Internacionais”, que possa alimentar intelectualmente a estrutura dirigente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e que reúna regularmente a massa crítica já hoje existente em Portugal de docentes e investigadores doutorados, sobretudo, nas áreas das relações internacionais, do direito internacional público, do direito comunitário europeu, da economia internacional e europeia, e da história diplomática e das relações internacionais.

Este programa de reformas será iniciado ainda no presente ano civil.

Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Deputados:

As múltiplas tarefas a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros nunca foram fáceis, mas tendem hoje a tornar-se mais difíceis: cresceram as nossas responsabilidades perante a Comunidade Internacional; intensificou-se e globalizou-se a vida política, económica e cultural internacional; e agudiza-se quotidianamente cá dentro a competição de origem externa, quer a que provém do mercado único europeu, quer da generalização do comércio livre a nível mundial.

Mas nada disso deverá tornar-nos receosos dos perigos que enfrentamos. Tudo farei para que o Ministério que me foi confiado possa corresponder ao que os nossos concidadãos têm o direito de esperar dele. Procurarei seguir a máxima inspiradora de alguém que recomendava aos seus alunos: “o segredo do êxito está em transformar as dificuldades que parecem assustadoras em desafios aliantes”.

Tenho dito.**NE**

Discurso de Tomada de Posse como Presidente do Instituto Diplomático

Notas para o discurso de tomada de posse

Exmo. Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Agradeço, em primeiro lugar, e antecipadamente, as simpáticas e generosas palavras que o Senhor Ministro irá decerto ter a bondade de proferir. O *wishful thinking* nunca fez mal a ninguém...

Começo por dizer que o convite para presidir ao Instituto Diplomático, um Instituto Diplomático para o qual foi anunciada no Parlamento uma profunda remodelação, me honrou sobremaneira. A minha aceitação foi imediata e entusiástica. Era irrecusável. E foi uma e outra coisa por razões que não são difíceis de enumerar:

Presidir ao Instituto dá-me, em primeiro lugar, uma óptima oportunidade de desempenhar o que considero uma importante missão de serviço público. Traduz, a meu ver, a ideia de servir a comunidade, desempenhando, no interior do aparelho do Estado, um papel que me fascina, numa área tão directa e visivelmente ligada à defesa dos interesses dos portugueses. Só por si tal seria, para quem como eu foi ensinado a cultivar, e sempre professou, uma ética “republicana” do bem comum, uma chamada forte e apelativa: traz à baila a famosa “felicidade pública”, que Hannah Arendt tanto exaltou. Para além disso, ao serviço público virá, neste caso concreto, associado o puro prazer intelectual de poder trabalhar (de uma maneira menos analítica e mais participante do que até aqui tenho feito na Universidade Nova de Lisboa, na Faculdade Direito) numa das áreas centrais da minha ronda de interesses e dos saberes a que me tenho vindo a dedicar: a área genérica da ciência política e das relações internacionais.

Depois, e em segundo lugar, não podia identificar-me mais com as grandes linhas de força do programa de política externa que o Senhor Professor Diogo Freitas do Amaral em tão boa hora decidiu protagonizar. Explico-me: por um lado, entendo, à semelhança do Senhor Professor e Ministro, que a política externa

portuguesa deve dar corpo a uma tentativa de fazer uma síntese harmónica (uma fusão que não dispensa, é certo, uma imprescindível tentativa de hierarquização) entre três grandes vectores ou três pilares maiores, que no fundo traduzem três pertenças que a história, a geografia, e a vontade dos homens, forjaram:

- (i) o pilar europeu – como é óbvio o primeiro e o mais decisivo, já que se trata do nosso espaço “natural” –, concretiza um importante projecto de desenvolvimento para Portugal, e fornece um enquadramento institucional ao mesmo tempo como *degrau* e enquanto *protecção* para as várias comunidades portuguesas, num período e num tempo histórico de globalização acelerada;
- (ii) o pilar transatlântico, que inclui a relação, estruturante para Portugal e que reforça a sua natureza de “Estado de fronteira” e “de articulação”, no caso com os Estados Unidos da América, e no quadro de uma relação bi- e multilateral a manter e a reforçar *sem sombra de hesitação*, apesar de, como é óbvio, nunca de maneira acrítica; com franqueza, aliás, não vejo que a construção europeia fosse e seja sequer possível, ontem como hoje, sem a aliança transatlântica; e,
- (iii) *last but by no means least*, o pilar lusófono, a que tanto apego pessoal tenho, e que em simultâneo projecta e formata a nossa identidade e dela decorre; trata-se de um vector que se torna assim (ou deste modo se assume) num instrumento robusto de maximização de pertenças, e numa forma inteligente de aproveitamento desse facto incontornável que, quer dele gostemos quer não, é o processo imparável das transformações globais em cuja época todos vivemos, seja qual for a língua que falamos, a nacionalidade que tenhamos ou a cultura que professemos.

Em terceiro lugar e por outro lado, subscrevo *entusiasticamente*, e sublinho que *sem quaisquer reservas* (não consigo sequer imaginar nenhuma que ache legítimas) o conceito de “**diplomacia participativa**”, uma ideia gizada para definir o *elemento de novidade* na política externa que o Senhor Ministro preconiza e que, conhecendo-o como o conheço, irá com toda a certeza e vigor conduzir a bom porto.

Para clarificar bem o que quero aqui e a este nível dizer, aplicando a ideia ao Instituto Diplomático, alguns pontos centrais há que me parece importante esclarecer logo à partida. Deixem-me começar pelo princípio.

O Instituto Diplomático tem três pernas, por assim dizer. Por um lado, engloba, o que reputo de imprescindível, os arquivos e a biblioteca do Ministério. Como os

funcionários diplomáticos tão bem sabem, para além de um acervo histórico e museológico, está aí o coração de uma memória institucional riquíssima que importa acarinhá-la, para que (e estou a levar isto ao extremo) tragédias se não repitam como farsas; ou, de maneira mais comezinha e trivial, de modo a que os departamentos do Ministério, cá e lá fora, se possam apetrechar com a “história toda” e não apenas com *fragmentos* de um todo maior que resulta da progressão da diplomacia portuguesa e da nossa política externa.

O Instituto Diplomático, por outro lado, tem a seu cargo os concursos, e a formação, inicial, complementar e contínua, avulsa e pontual ou especializada e simultaneamente mais ampla e avançada, dos nossos diplomatas. Tem sido a sua trave-mestra maior; mas podia ser feito mais e melhor. Insistir na importância desta formação não é coisa que valha a pena: o que há a fazer é arregaçar as mangas e reforçá-la em todas as frentes, sobretudo naquelas que as mudanças do Mundo exigem. E há que fazê-lo bem e com solidez: este ponto é *central*. Vamos aproveitar mais e melhor as pratas da casa. Por força da minha costela de antropólogo, sei bem o valor que é de atribuir às experiências directas no terreno e à chamada “observação participante”: uma mais valia na vivência dos funcionários diplomáticos “em posto”, infelizmente mal reconhecida e que temos de saber melhor potenciar.

Por último, naquilo que hoje se chama (numa tradução directa do nome de uma “*section*” do Quai d’Orsay) o *Departamento de Análise e Previsão* e do *Gabinete de Análisis y Previsión* espanhol, o Instituto Diplomático abarca (pelo menos ao nível do Sollen) o que os britânicos da Chatam House chamam os *Research Analysts*. A ideia aqui embutida, tal como de resto o nome indica, é a de que cumpre a este Departamento empreender análises e aventar previsões. O que não tem sido feito. Voltarei a este ponto visto que, no seguimento do que tem sido afirmado com ênfase muito especial pelo Senhor Ministro, ele me parece merecer um tratamento separado.

As ligações entre estas três valências do Instituto Diplomático são evidentes, e por isso, avisadamente, estas três “divisões” internas foram nele postas lado a lado, na reforma de 1994 que o criou. Mas as relações entre elas podem ser *adensadas* e com isso os ganhos serão de peso.

Dou um só exemplo, puxando os fios à meada, por assim dizer: muita da história, a nossa, institucional, e a daqueles com que os nossos diplomatas lidam, em condições nem sempre fáceis, nos quatro cantos do Mundo, continua a ser hoje muitas vezes altamente relevante para a acção externa nacional. Criar e manter uma espécie de “cabina de observação” permanente no Ministério é para tanto vantajoso.

Fazê-lo em termos tecnico-analíticos é essencial. Em casos antes raros, mas cada vez mais comuns, o Ministro e os Secretários de Estado, que *definem* políticas, tal como, aliás, os operadores diplomáticos que cá ou lá fora têm um *papel executivo crucial* num Mundo cada vez mais complexo, multidimensional, e intrincado, lucram se puderem dispor, para tomar as suas decisões (quantas vezes “para ontem”) de levantamentos e pareceres curtos mas *de fundo*, de recomendações *avisadas e devidamente fundamentadas*, ou mesmo até, quando e só quando estes forem explicitamente solicitados, de *policy papers* mais ambiciosos porque mais pormenorizados e abrangentes. Tem para tanto haver quem se dedique a produzi-los na retaguarda, com os *know-how* técnicos necessários e os suportes bibliográfico-documentais possíveis e com bons contactos com a nossa gente em posto, no terreno. E têm para isso de ser criadas equipas técnico-científicas de apoio em muitas áreas até aqui desprovidas.

Um simples bosquejo comparativo e *à vol d’oiseau* mostra que em quase todos os países desenvolvidos contemporâneos necessidades como estas se tornaram prementes e tiveram soluções institucionais do tipo das preconizadas pelo Senhor Ministro. Fazem-no, suponho – em todo o caso uma rápida comparação mostra-o à saciedade-, ou porque os países em causa têm uma *implantação global*, ou a pretendem ter ou recuperar (penso, por exemplo, nos Estados Unidos da América, na Rússia pós-soviética, no Reino Unido, na China, ou na França); ou, ao invés, porque dada a sua pequena escala, tais soluções académico-institucionais são sentidas como uma condição *sine qua non* para a *visibilidade* nos palcos internacionais dos pequenos Estados em que têm origem (e aqui estou, designadamente a pensar em exemplos como os dos países escandinavos, o da Holanda, de alguns dos pequenos Estados sudeste asiáticos, ou os dos Estados bálticos). Mas fazem-no cada vez mais – *et les bons esprits se rencontrent*.

Considerou o Senhor Ministro que chegou a altura de fazermos, também nós, o mesmo. Análise e previsão. Como é, aliás, natural e compreensível: já que Portugal é, *simultaneamente*, um país pequeno e com alçada (senão já *implantação global*).

Mudam-se os tempos, mudaram-se as vontades. O Mundo não pára. No actual momento histórico, é mais do que nunca imperativo que os pequenos países disponham de uma política externa pró-activa, de “*intervenção rápida*”, de posicionamento, uma política cujo *design* tem de ser de especial e cuidada qualidade. Se é certo que temos de ser realistas e que devemos abandonar veleidades, também é verdade que isso não desculpa nem desalentos nem, muito menos, um eventual baixar de braços. **Nós somos pequenos; mas somos pequenos-grandes. Somos**

européus, estamos no centro do sistema internacional e temos “fronteiras internas e externas” múltiplas que nos dão um peso específico potencial que não devemos continuar a desperdiçar. A capacidade para mais, para muitíssimo mais, está cá. Como europeus e portugueses temos um *soft-power* invejável. Bem ou mal, aglutinámos uma “parcela global específica”. Há que saber potenciá-la e anunciá-lo alto e bom som. Que isso se torne óbvio para todos, assim o saibamos esgrimir, que o façamos quanto antes, e tão bem quanto o consigamos.

Mas para tanto é preciso começar por *delinear tabuleiros*. Como tem insistido o Senhor Ministro, há que para isso que compilar dados, desenhar um pensamento político e estratégico e há que ter uma visão factual e empírica exacta e precisa. Por portas e travessas cheguei já há alguns minutos neste discurso à ideia do Professor Freitas do Amaral de um *think-tank*, uma ideia que tanta curiosidade e inquietação tem suscitado.

Sem abusar da paciência de ninguém, queria deter-me aqui por mais uns instantes, para evitar quaisquer ambiguidades: se à formulação da política externa e à intervenção de, por um lado, os agentes políticos e, por outro, dos funcionários e agentes diplomáticos (e nunca é demais sublinhar que diplomacia e política externa são coisas muitíssimo distintas uma da outra) em todos os fora em que o País se acha representado, estiver subjacente uma informação técnica precisa, uma informação sofisticada, bem tratada, especializada, reflectida, e se nela radicarem propostas e sugestões devidamente alicerçadas e imaginativas, depois executadas com um bem adequado profissionalismo, o nosso poder (*soft* e *hard*, relacional e estrutural) aumenta exponencialmente. Consolidamos a nossa parcela global específica. Participamos mais e melhor no Mundo, no sistema internacional, e nas suas múltiplas ordenações, a política, a económica, a de segurança e defesa, a cultural, a “pública”, daquela que é a nova e comum – mas infelizmente, ao que muitas vezes parece, mais de uns do que de outros – aldeia global. Passamos a agir mais e a reagir menos. Posicionando-nos, afirmamo-nos.

Radica aí, nesse imprescindível adensamento das parcelas e das suas relações recíprocas, o bom fundamento estrutural (no sentido de “orgânico”) dessa outra ideia anunciada pelo Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, a de articular em rede frentes de saberes da sociedade civil (aquelas ligadas às Universidades, e ao mundo económico, especialmente, mas várias outras há) e a bondade da ambição de o fazer no âmbito de pelo menos uma parte, desde que central e de efeito multiplicador, do Ministério dos Negócios Estrangeiros: a entidade à qual cabe, nos termos da orgânica do Estado, congeminar e executar avanços nessas frentes.

Entronca no mesmo sentido o mérito da decisão de associarmos a tanto o compromisso de estabelecer laços institucionais (no sentido de “janelas de comunicação”) entre o MNE e outros organismos estaduais e entidades governamentais (estou a pensar, por exemplo, nos Ministérios da Defesa Nacional e da Economia, por razões óbvias): ou seja todas as entidades de uma ou de outra maneira ligadas à nossa projecção externa.

A solução genérica é óbvia, uma vez equacionadas as coisas nestes termos: a criação, no quadro do Instituto Diplomático e por isso mesmo num centro nevrálgico do Ministério, de um think-tank, tal como o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros fez questão de mencionar ao Plenário Parlamentar em sede de apresentação do Programa de Governo. Usar cá dentro, numa lógica de articulação umbilical, a massa crítica de conhecimentos que hoje em dia felizmente já vamos tendo redundante, sem dúvida, numa maior racionalização de esforços, numa melhor gestão por objectivos, e por conseguinte numa fórmula susceptível de contribuir para uma melhor elaboração da política externa do nosso País. O Instituto vai, em simultâneo, especializar diplomatas em velhas e em novas frentes; o Instituto irá, no prazo possível, albergar um centro de produção e processamento de dados, altamente qualificado para resposta a solicitações do Senhor Ministro e tendo em vista as necessidades dos serviços do MNE. Será um dos lugares (porventura um dos maiores) de materialização institucional dos desejados, anunciados, e tão urgentes, objectivos de abertura e de racionalização organizacional.

Procurarei, com todo o empenho e entusiasmo, estar à altura da oportunidade que me é oferecida pelo lugar que vou assumir – essa será a minha forma de tentar honrar o convite que me foi dirigido pelo Professor Freitas do Amaral, a maneira de não defraudar a responsabilidade que me foi nesse gesto confiada e que estarei em boas condições jurídico-institucionais de desempenhar.

Zelarei, na medida do possível, por que uma rápida potenciação-reformulação do Instituto Diplomático ajude a servir os seus propósitos de dar nova energia e o apoie no redesenho da nossa política externa, assente sobre os três pilares de que o Senhor Ministro tem falado.

Ao terminar e a título pessoal, queria dizer que fortes razões emocionais reforçaram em mim a disposição de assumir esta nova tarefa: para além do regresso a uma casa que conheci em anos bons da minha vida, vislumbro a oportunidade de trabalhar com alguém de quem me considero discípulo intelectual, uma pessoa que me habituei a admirar pelas suas qualidades humanas (de integridade moral, de dedicação à causa pública, de força de trabalho, de imaginação, de inteligência e

capacidade pedagógica...). Trabalho de perto com o Professor Freitas do Amaral há já mais de sete anos. Mentiria se afirmasse que tem sido bom: tem sido ótimo. *Trabalhoso*, sem dúvida; mas edificante. A “empreitada” começou no dia em que o conheci, num almoço para que me convidou após criar *ex nihilo* uma Faculdade, e quando para ela me chamou. *Nunca mais olhei para trás*. Nem faço tenção de o fazer.

Não é todos os dias que nos aparece a ocasião de colaborar estreitamente, e num patamar tão digno e central como é o MNE, com uma das figuras cimeiras da Academia e da vida política portuguesas das últimas décadas, mais, com uma personalidade que é um dos grandes *Founding Fathers* da nossa Democracia, a que tanto orgulho tenho de pertencer. E vou ter o privilégio de o fazer num domínio que é tanto dele como meu, e de nós *todos*: o dos interesses de hoje e de amanhã dos portugueses, sejam elas e eles quem forem e estejam onde estiverem. **NE**

Retrato em Posto



Teerão, a Cidade das Quatro Estações

TEERÃO SURPREENDE PELA SUA imensidão urbana e os seus 14 milhões habitantes (pelo menos é isso o que se diz, mas julgo que ninguém o sabe ao certo). Uma cidade sem fim, de perder de vista. Mas com princípio encostado a montanha do Alborz, um cenário imponente que muda de cor de acordo com as estações do ano, sempre presente em todo lado e que é um ponto de orientação. Por isso, ninguém se perde em Teerão. Podemos olhar a montanha e ver o Norte, o princípio da cidade. Por vezes estremece violentamente, parece que vai derrocar, tudo vai cair e assusta aqueles que vivem na cidade.

Primavera – Bahar Começa tudo na Primavera, que traz a alegria, o sol, as árvores todas cobertas, as flores e os seus cheiros. E traz também o Now Ruz, o Ano Novo do calendário iraniano, 21 de Março ou 1 de Farvadin, Vêm-se as pessoas a circular na rua, de um lado para o outro, porque a tradição obriga a visitar os familiares e amigos próximos. Distribui-se simpatia e alegria.

A cidade, que se encontra no meio do deserto, encravada entre montanhas, num ambiente hostil, fica com uma beleza que é esperada. Nos fins-de-semana as pessoas ocupam os inúmeros e enormes parques que Teerão dispõe. Fazem piqueniques, tomam muito chá, fazem desporto e os adolescentes, se podem, aproveitam para namoriscar. Levam uma manta. Os mais sofisticados trazem um tapete que colocam sobre a relva, descalçam os sapatos (é obrigatório) e já está. Podem até dormir uma sesta. As mulheres e as jovens nunca se esquecem do lenço na cabeça como mandam as regras. Mas a tradição imposta a seguir à Revolução já não é o que era.

Verão – Tabestam Muda o cenário. O Verão é muito caloroso e seco, uma brasa asfixiante, acima dos 40 graus. O deserto parece que avança, que está aí. Não se pode andar na rua. Tudo com um ar esbaforido. Não há uma brisa.

Descobre-se que a cidade está repleta de dióspireiros. É verdade. Em todo o lado há árvores repletas de dióspiros. Descubri aqui que essas árvores dão muitos dióspiros num ano – uma praga, mas no seguinte dá muito menos. Fartei-me de

* Embaixador de Portugal em Teerão.

comer esse fruto delicioso no Verão passado e lembrei-me muito da casa no Porto da minha falecida avó com um quintal enorme onde dominava uma dessas árvores. A senhora dona Zulmira – a minha avó, uma senhora de grande etiqueta e muita teimosia – tinha orgulho nos seus dióspiros e todos os anos lá organizava uns cestinhos para oferecer a alguns vizinhos mais selectos, ao senhor doutor tal, à dona fulana de tal e até ao senhor farmacêutico. Cheguei a ser portador de alguns dessas encomendas.

Aqui em Teerão tanto a residência como a chancelaria da Embaixada têm, naturalmente, diospireiros. Que estão por todo o lado da cidade. E claro que também continuo a organizar os mesmos cestinhos que a minha avó já fazia que vou distribuindo por aqui e por acolá. Mas há muita gente que não suporta os tais frutos. Ou porque são ácidos, ou porque se desfazem na boca ou porque são muito fibrosos. Mas insisto, que fazem bem à circulação, que é bom para o regime e devem ser bons para o colesterol. E lá vou despachando os dióspiros.

Outono – Paiz O Outono tem um ar acastanhado que se vai perdendo lentamente até chegar o Inverno. As árvores, repletas de folhas e de cor, vão resistindo até poderem. Os perfumes também se apagam. Mas não é uma estação triste, tem o seu encanto e as temperaturas são amenas. É a estação ideal para visitar Teerão, os seus inúmeros museus, as residências do Shah, as casas de tapetes, as lojas de pistachios, o Grande Bazar onde se encontra, em milhares de lojas coladas umas às outras, o verdadeiro charme, os encantos e os odores da civilização persa. É um mundo à parte, repleto de simpatia. É um percurso a não perder.

O calor também se esvanece e pode aparecer uma chuva ou outra. Chove, em média dez vezes por ano na capital iraniana. Não é muito. Quando chove a cidade fica com um brilho único e a poluição desaparece. Os parques vão ficando menos cheios com o aproximar do Inverno. Aparecem os agasalhos.

Inverno – Zamestan No Inverno tudo se cobre de neve, num manto branco a perder de vista. Assim fica o Alborz. A água que brota do degelo da montanha esvanece-se por múltiplos canais e dá vida a tudo o que tem vida. Se não houvesse a montanha, a cidade provavelmente também não poderia existir.

A vegetação desaparece. A relva vai toda. Não se vêem flores. As árvores ficam completamente despidas com um aspecto seco. Na Valy-e Asr, que nunca mais acaba e corta a cidade de Norte a Sul, as árvores fazem uma arcada imensa de desolação.

Essa avenida muda de nome com a evolução da História. Começou por ser Reza Palahvi, o último Shah, e depois Mossadegh, um Primeiro-ministro nacionalista que recebia as pessoas em sua casa em *robe de chambre*. Mas a Valy-e Asr – uma referência da tradição xiita relacionada com a vinda de um Imã, um emissário de Deus – é pela longitude a artéria principal da capital do Irão e mantém algum do encanto de outras épocas que as pessoas ainda têm memória. O certo é que durante o Inverno a avenida fica completamente despida com as suas árvores mirradas, sem uma única folha, mas não perde a sua animação. Apesar do frio, nas noites de 5.ª feira enche-se de jovens ávidos de tudo, de pessoas e coisas que não encontram.

No Inverno pode-se ir às estâncias de esqui, mesmo ao lado de Teerão. Mulheres de um lado e de lenço na cabeça, homens do outro. Mas animação é igual à de qualquer outro lugar. **NE**

Serviço de Biblioteca e Documentação Diplomática



Acordos Bilaterais

ACORDOS BILATERAIS ASSINADOS POR PORTUGAL E PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, ENTRE AGOSTO E DEZEMBRO DE 2005, ORDENADOS ALFABETICAMENTE POR PAÍS

REFERÊNCIAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DO BDD

ARGÉLIA

DATA DE ASSINATURA: 2005/05/31

LOCAL DE ASSINATURA: Lisboa

Acordo de Cooperação Entre Portugal e a Argélia no Domínio do Turismo

Textos em português, árabe e inglês. (D. R. n.º 207, 1.ª s.-A, de 27/10/05)

Entrará em vigor no 30.º dia após a data da recepção da segunda notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de direito interno das Partes. (D. R. n.º 207, 1.ª s.-A, de 27/10/05)

Decreto n.º 23/2005 que aprova o Acordo. (D. R. n.º 207, 1.ª s.-A, de 27/10/05)

ASSUNTOS: COOPERAÇÃO; TURISMO; INFORMAÇÕES; INVESTIMENTOS; FORMAÇÃO PROFISSIONAL; ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS;

ARGÉLIA

DATA DE ASSINATURA: 2005/05/31

LOCAL DE ASSINATURA: Lisboa

Acordo sobre Transporte Aéreo entre Portugal e a Argélia.

Textos em português, árabe e inglês. (D. R. n.º 237, 1.ª s.-A, de 13/12/05)

Entrará em vigor 30 dias após a data da recepção da última notificação, por via diplomática, de que foram cumpridos os respectivos requisitos de direito interno necessários para o efeito. (Art.º 25.º)

Decreto n.º 26/2005, de 13 de Dezembro, que o aprova. (D. R. n.º 237, 1.ª s.-A, de 13/12/05)

ASSUNTOS: TRANSPORTES AÉREOS; AVIAÇÃO; EMPRESAS;

NOTAS: O Acordo contém um Anexo sobre rotas.

Quando entrar em vigor, o presente Acordo terminará o Acordo entre Portugal e a Argélia Relativo aos Transportes Aéreos, assinado em Argel em 4 de Outubro de 1977.

BRASIL

DATA DE ASSINATURA: 2005/10/13

LOCAL DE ASSINATURA: Porto

Protocolo de Cooperação no Domínio do Património Cultural, Edificado entre o Ministério da Cultura de Portugal, através do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e o Ministério da Cultura de Brasil, através do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Texto. (Anexo à Nota Interna DAS n.º 373, registo de entrada BDD n.º 403, Proc. 8.2.1, de 5/12/05)

Produz efeitos a partir da data da sua assinatura. (Art.º 8.º)

ASSUNTOS: COOPERAÇÃO; COOPERAÇÃO CULTURAL; PATRIMÓNIO; BENS; BENS CULTURAIS;

NOTA: O Protocolo foi assinado no âmbito da VIII Cimeira Luso-Brasileira, realizada no Porto a 13 de Outubro de 2005.

BRASIL

DATA DE ASSINATURA: 2005/10/13

LOCAL DE ASSINATURA: Porto

Protocolo de Colaboração Cinematográfica entre o Ministério da Cultura de Portugal, através do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM) e o Ministério da Cultura do Brasil, através da Agência Nacional do Cinema do Brasil (ANCINE), nos Domínios da Promoção e Distribuição de Obras Cinematográficas

Texto. (Anexo à Nota Interna DAS n.º 373, registo de entrada BDD n.º 403, Proc. 8.2.1, de 5/12/05)

Produz efeitos a partir da data da sua assinatura. (Art.º 6.º)

ASSUNTOS: CINEMA; COOPERAÇÃO; COOPERAÇÃO CULTURAL;

NOTA: O Protocolo foi assinado no âmbito da VIII Cimeira Luso-Brasileira, realizada no Porto a 13 de Outubro de 2005.

CHINA

DATA DE ASSINATURA: 2005/05/23

LOCAL DE ASSINATURA: Pequim

Acordo Entre Portugal e a China sobre a Abertura do Consulado-Geral de Portugal em Xangai

Textos em português, chinês e inglês. (D. R. n.º 169, 1.ª s.-A, de 2/09/05)

O presente Acordo entra em vigor no 30.º dia, após a data da recepção da segunda notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de direito interno das Partes necessários para o efeito. (Art.º 6.º)

Decreto n.º 17/2005 que o aprova. (D. R. n.º 169, 1.ª s.-A, de 2/09/05)

ASSUNTOS: CONSULADOS-GERAIS; RECIPROCIDADE; ASSISTÊNCIA MÚTUA; DIFERENDOS; AMIZADE; AMIZADE E COOPERAÇÃO; RELAÇÕES CONSULARES;

NOTA: O Consulado-Geral em Xangai terá como área de jurisdição o município de Xangai e as províncias de Jiangsu, Anhui, Zhejiang e Jiangxi. (art.º 2.º)

CHIPRE

DATA DE ASSINATURA: 2004/06/23

LOCAL DE ASSINATURA: Lisboa

Acordo de Cooperação Entre Portugal e Chipre nas Áreas da Educação, Ciência e Ensino Superior, Cultura, Juventude, Desporto e Comunicação Social

Textos em português e inglês. (D. R. n.º 184, 1.ª s.-A, de 23/09/05)

Entrará em vigor 30 dias após a data da recepção da última notificação por via diplomática de que foram cumpridos todos os requisitos de direito interno das Partes necessários para o efeito. (Art.º 19.º)

Decreto n.º 21/2005 que aprova o Acordo. (D. R. n.º 184, 1.ª s.-A, de 23/09/05)

ASSUNTOS: COOPERAÇÃO; EDUCAÇÃO; CIÊNCIA; ENSINO SUPERIOR; CULTURA; JUVENTUDE; DESPORTO; COMUNICAÇÃO SOCIAL; DOCUMENTOS; RECONHECIMENTO ACADÉMICO; ARQUIVOS; BIBLIOTECAS; TRÁFICO; OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS; IMPORTAÇÃO; ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS; COMISSÕES;

ESTÓNIA

DATA DE ASSINATURA: 2003/05/12

LOCAL DE ASSINATURA: Tallin

Acordo Entre Portugal e a Estónia Sobre Cooperação nos Domínios da Língua Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Juventude, Desporto e Comunicação Social

Textos em português, estoniano e inglês. (D. R. n.º 168, 1.ª s.-A, de 1/09/05)

Entrará em vigor 90 dias após a data da recepção da última notificação escrita, feita

por via diplomática, informando de que foram cumpridos todos os requisitos constitucionais e legais exigíveis para a entrada em vigor do presente Acordo. (Art.º 13.º)

Decreto n.º 16/2005 que aprova o Acordo. (D. R. n.º 168, 1.ª s.-A, de 1/09/05)

ASSUNTOS: COOPERAÇÃO; LÍNGUA; EDUCAÇÃO; CULTURA; CIÊNCIA; TECNOLOGIA; JUVENTUDE; DESPORTO; COMUNICAÇÃO SOCIAL; PATRIMÓNIO;

ROMÉLIA

DATA DE ASSINATURA: 2001/07/19

LOCAL DE ASSINATURA: Lisboa

Acordo Entre Portugal e a Roménia Sobre a Permanência Temporária de Cidadãos Romenos Para a Prestação de Trabalho em Portugal

Textos em português, romeno e inglês. (D. R. n.º 171, 1.ª s.-A de 6/09/05)

Entrará em vigor no 10.º dia após a data da última notificação em que uma das Partes informe a outra do cumprimento das formalidades exigidas. (Art.º 9.º - 1)

Decreto n.º 18/2005 que aprova o Acordo. (D. R. n.º 171, 1.ª s.-A de 6/09/05)

ASSUNTOS: TRABALHO; CIDADÃOS; COOPERAÇÃO; CONTRATAÇÃO; RECRUTAMENTO;

NOTAS: As entidades empregadoras portuguesas que queiram contratar cidadãos romenos comunicarão ao IIEFP a apresentação da oferta e proposta de trabalho. O IIEFP, depois de obtido o parecer da Inspeção-Geral do Trabalho sobre as propostas de contrato, envia-as à Embaixada de Portugal na Roménia, que seguidamente são enviadas à Direcção-Geral de Emprego do Ministério do Trabalho e Solidariedade da Roménia.

A Direcção-Geral de Emprego do Ministério do Trabalho e Solidariedade da Roménia remete as ofertas de emprego à Agência Nacional de Emprego da Roménia.

Findos os requisitos gerais, a Direcção-Geral de Emprego do Ministério do Trabalho e Solidariedade da Roménia apresenta a lista dos trabalhadores seleccionados à Embaixada de Portugal na Roménia.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DATA DE ASSINATURA: 2004/02/17

LOCAL DE ASSINATURA: Lisboa

Convenção Sobre Segurança Social Entre Portugal e São Tomé e Príncipe

Texto em português. (D. R. n.º 213, 1.ª s.-A, de 7/11/05)

Entrará em vigor no 1.º dia do 2.º mês seguinte à data da recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de direito interno de ambos os Estados Contratantes, necessários para o efeito. (Art.º 38.º)

Decreto n.º 24/2005 que aprova a Convenção. (D. R. n.º 213, 1.ª s.-A, de 7/11/05)

ASSUNTOS: SEGURANÇA SOCIAL; PENSÕES; DESEMPREGO; ACIDENTES DE TRABALHO; DOENÇAS PROFISSIONAIS; COOPERAÇÃO; DIFERENDOS;

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DATA DE ASSINATURA: 2005/09/29

LOCAL DE ASSINATURA: São Tomé

Acordo Administrativo Relativo às Modalidades de Aplicação da Convenção Sobre Segurança Social Entre Portugal e São Tomé e Príncipe

Texto em português. (D. R. n.º 241, 1.ª s.-A, de 19/12/05)

Entra em vigor na data da assinatura, produz efeitos desde a data de entrada em vigor da Convenção e tem a mesma duração desta. (Art.º 33.º)

Aviso n.º 451/2005 tornando público ter sido assinado o Acordo. (D. R. n.º 241, 1.ª s.-A, de 19/12/05)

ASSUNTOS: SEGURANÇA SOCIAL; PENSÕES; DESEMPREGO; ACIDENTES DE TRABALHO; DOENÇAS PROFISSIONAIS; SEGUROS; COOPERAÇÃO; ABONOS; DOCUMENTOS; INFORMAÇÃO;

NOTAS: Designação dos organismos de ligação: Por Portugal, o Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, I.P. (DAISS), por São Tomé e Príncipe, o Instituto Nacional de Segurança Social.

Para aplicação dos art.ºs 21.º a 26.º da Convenção são designadas como instituições competentes: por Portugal o Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais; por São Tomé e Príncipe, o Instituto Nacional de Segurança Social.

TURQUIA

DATA DE ASSINATURA: 2005/05/11

LOCAL DE ASSINATURA: Lisboa

Acordo Entre Portugal e a Turquia Sobre Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias e Protocolo

Textos em português, turco e inglês. (D. R. n.º 168, 1.ª s.-A, de 1/09/05)

O presente Acordo entrará em vigor 30 dias após a data da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos todos os requisitos de direito interno de ambas as Partes necessárias para o efeito. (Art.º 20.º)

Decreto n.º 15/2005 que aprova o Acordo. (D. R. n.º 168, 1.ª s.-A, de 1/09/05)
 ASSUNTOS: TRANSPORTES RODOVIÁRIOS; TRANSPORTES; PASSAGEIROS;
 MERCADORIAS; FISCALIDADE; ALFÂNDEGAS – TRANSPORTES; SANÇÕES; FISCALI-
 ZACÃO; VEÍCULOS RODOVIÁRIOS;

NOTAS: Designação das Autoridades competentes para aplicação do Acordo:

Portugal: Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, Ministério das Obras
 Públicas Transportes e Comunicações;

Turquia: Ulastirma Bakanligi Kara Ulastirmasi Genel Müdürlüğü Hakkı Turaylıç.

Entidades competentes para emitir a autorização especial exigida nos termos do
 n.º 2 do artigo 11.º do Acordo:

Portugal: Direcção-Geral de Viação, Ministério da Administração Interna;

Turquia: Karayollari Genel Müdürlüğü İnönü Bulvari.

UCRÂNIA

DATA DE ASSINATURA: 2004/10/07

LOCAL DE ASSINATURA: Kiev

Acordo Entre Portugal e a Ucrânia Sobre Transportes Internacionais Rodoviários
 de Passageiros e Mercadorias e Protocolo

Textos em português, ucraniano e inglês. (D. R. n.º 171, 1.ª s.-A, de 6/09/05)

O Acordo entrará em vigor 30 dias após a data da última notificação, por via diplo-
 mática, de que foram cumpridos os requisitos internos de ambas as Partes. (Art.º 20.º)

Aviso n.º 430/2005 tornando público terem sido concluídas as respectivas
 formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo. Entrou em vigor em
 17 de Novembro de 2005. (D. R. n.º 226, 1.ª s.-A, de 24/11/05)

Decreto n.º 19/2005 que aprova o Acordo. (D. R. n.º 171, 1.ª s.-A, de 6/09/05)

ASSUNTOS: TRANSPORTES; TRANSPORTES RODOVIÁRIOS; PASSAGEIROS;
 MERCADORIAS; REGIMES; FISCALIDADE; ALFÂNDEGAS; SANÇÕES; COMISSÕES;

NOTAS: Designação das Autoridades competentes para aplicação do Acordo:

Portugal: Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, Ministério das Obras
 Públicas, Transportes e Comunicações;

Ucrânia: Ministry of Transport and Communications of Ukraine.

A autorização especial exigida nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Acordo
 será emitido por:

Portugal: Direcção-Geral de Viação, Ministério da Administração Interna;

Ucrânia: Ukrainian State Company “Ukrinteravtoservice”. **NE**

Tratados Multilaterais

TRATADOS MULTILATERAIS SUBSCRITOS POR PORTUGAL E PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA, ENTRE AGOSTO E DEZEMBRO DE 2005 REFERÊNCIAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DO BDD

REGISTO 022840

DATA DE ASSINATURA: 2001/11/03

Tratado Internacional Sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura.

Textos em português e inglês. (D. R. n.º 185, 1.ª s.-A, de 26/09/05)

Entrará em vigor no 90.º dia seguinte ao do depósito do 40.º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, desde que pelo menos 20 instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão tenham sido depositados por membros da FAO.

Decreto n.º 22/2005 que aprova o Tratado. (D. R. n.º 185, 1.ª s.-A, de 26/09/05)

ASSUNTOS: AGRICULTURA; ALIMENTAÇÃO; FITOGENÉTICO; RECURSOS; CONSERVAÇÃO; COOPERAÇÃO INTERNACIONAL; ASSISTÊNCIA TÉCNICA; DIREITOS; ARBITRAGEM;

REGISTO 022301

DATA DE ASSINATURA: 2003/05/21

Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco.

Textos em português, inglês e francês. (D. R. n.º 214, supl. 1.ª s.-A, de 8/11/05)

Entrará em vigor no 90.º dia seguinte à data do depósito do 40.º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação, confirmação formal ou adesão junto do depositário. (Art.º 36.º)

Decreto n.º 25-A/2005 que aprova a Convenção. (D. R. n.º 214, supl. 1.ª s.-A, de 8/11/05)

ASSUNTOS: COMÉRCIO; REDUÇÃO; EDUCAÇÃO; INFORMAÇÕES; MENORES; COOPERAÇÃO CIENTÍFICA; RESOLUÇÕES; DIFERENDOS; TABAGISMO; SAÚDE; PUBLICIDADE; ILÍCITO; VENDA; OMS. **NE**

**LEGISLAÇÃO EMANADA DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS,
PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA
REFERÊNCIAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DO BDD**

REGISTO 007331

Decreto-Lei n.º 123/2005 que derroga transitoriamente o regime jurídico vigente em termos de períodos máximos de permanência dos elementos do quadro de pessoal especializado do Ministério do Negócios Estrangeiros na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER)/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

D. R. n.º 148, 1.ª s.-A, 03/08/05 – p. 4488

ASSUNTOS: PESSOAL ESPECIALIZADO; PESSOAL. QUADRO; REPRESENTAÇÃO PERMANENTE; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério; UE; PRESIDÊNCIA; PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DA UE;

RESUMO: O diploma derroga transitoriamente o regime jurídico vigente em termos de períodos máximos de permanência dos elementos do quadro de pessoal especializado do MNE na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas, para preparação e acompanhamento da Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia em 2007.

O diploma, aprovado em Conselho de Ministros em 8 de Julho de 2005, entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

REGISTO 024129

Despacho n.º 16633/2005 (2.ª série) que determina que a revista “Negócios estrangeiros” é da responsabilidade do Instituto Diplomático, bem como a colecção “Biblioteca diplomática”/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 147, 2.ª s., 02/08/05 – p. 11020-11021

ASSUNTOS: PUBLICAÇÕES; PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS; OBRAS; DIPLOMACIA; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS; POLÍTICA EXTERNA; RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS;

RELAÇÕES POLÍTICAS; RELAÇÕES INTERNACIONAIS; INSTITUTOS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: O despacho determina que a revista “Negócios estrangeiros”, publicação do MNE na área da política e relações internacionais, é da responsabilidade do Instituto Diplomático nos termos do respectivo estatuto editorial em anexo, que garante autonomia científica e editorial. Mais determina que a colecção “Biblioteca diplomática”, criada por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vasco Futscher Pereira de 23 de Maio de 1983, esteja igualmente integrada no Instituto Diplomático.

O Estatuto da “Negócios estrangeiros” contempla: disposições gerais (natureza, objecto e propriedade; objectivos; conteúdo; periodicidade; aprovação e revisão do estatuto); organização e funcionamento (órgãos; do director: designação e competência; do conselho editorial: composição, organização e competência; do director executivo: modo de designação, competência, demissão; do conselho consultivo: composição, organização e competência); relação entre a “Negócios estrangeiros” e o Instituto Diplomático (autonomia editorial; equilíbrio financeiro e receitas); disposição final.

O Estatuto entra em vigor à data da sua aprovação pelo conselho editorial da NE.

O despacho foi assinado em 21 de Junho de 2005.

REGISTO 024134

Despacho conjunto n.º 534/2005 que determina a classificação dos postos dos serviços externos no Ministério dos Negócios Estrangeiros/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

D. R. n.º 148, 2.ª s., 03/08/05 – p. 11080-11081

ASSUNTOS: ABONOS; SERVIÇOS EXTERNOS; EMBAIXADAS; CONSULADOS; PESSOAL DIPLOMÁTICO; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: Na sequência de proposta do conselho diplomático, determina-se a classificação dos postos dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) em Postos de classe A, B e C, para aplicação de um sistema de cálculo dos abonos de representação do funcionários diplomáticos colocados no quadro externo. São enunciadas igualmente as aplicações da componente eventual de posto C (APC), bem como do abono eventual de zona de risco (ARZR).

O despacho conjunto, assinado a 15 de Julho de 2005, produz efeitos a partir da data da sua publicação.

REGISTO 024135

Despacho n.º 16811/2005 (2.ª série) onde o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, delega no director-geral de Política Externa do MNE a competência para emitir parecer sobre a exportação e reexportação de material de guerra e munições/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 149, 2.ª s., 04/08/05 – p. 11116

ASSUNTOS: COMPETÊNCIA; MATERIAL; GUERRA;

RESUMO: A exportação e reexportação de material de guerra e munições, embora determinadas por decisão do Ministro da Defesa Nacional, dependem da emissão prévia de parecer, com carácter não vinculativo, do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a respectiva conveniência, do ponto de vista da política externa, conforme se afere do art.º 2.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 371/80, de 11 de Setembro.

Nesta medida, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, delega no director-geral de Política Externa do MNE a competência para emitir esse parecer. O gabinete do ministro deverá ser informado dos pedidos formulados pelo Ministério da Defesa Nacional ou por outras autoridades com competências nesta matéria, assim como das respostas dadas.

O despacho foi assinado a 22 de Junho de 2005.

REGISTO 024176

Despacho n.º 17088/2005 (2.ª série) que aprova o Regulamento do Curso de Política Externa Nacional (CPEN), que se publica em anexo e que faz parte integrante do presente despacho/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 152, 2.ª s., 09/08/05 – p. 11306-11308

ASSUNTOS: FORMAÇÃO PROFISSIONAL; POLÍTICA EXTERNA; PESSOAL DIPLOMÁTICO; ADIDOS; FUNCIONÁRIOS; DIPLOMACIA; DIPLOMATA; ESTRANGEIROS; CPLP; PALOP'S; INSTITUTOS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: O diploma aprova o Regulamento do Curso de Política Externa Nacional (CPEN), em anexo ao despacho, e que dele faz parte integrante.

Ao Instituto Diplomático (IDI) competem, entre outras tarefas, o estudo, a investigação, o ensino e a divulgação de temas relacionados com a diplomacia e a política externa portuguesas.

No âmbito da sua missão pedagógica, o IDI ministra anualmente o Curso de Política Externa Nacional (CPEN).

O Regulamento define a finalidade e objectivos do CPEN, bem como as linhas gerais da sua estrutura e funcionamento, do processo de selecção de candidatos e da avaliação dos auditores.

O CPEN tem por finalidade a valorização e o esclarecimento de diplomatas e de dirigentes e quadros superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil, através da investigação, estudo, sensibilização, divulgação, debate e reflexão dos grandes problemas nacionais e internacionais com incidência no domínio da política externa.

O CPEN é frequentado por auditores, dentre os quais funcionários do MNE com a categoria de adidos de embaixada, podendo também frequentá-lo outros funcionários caso existam vagas. Candidaturas para 100 vagas: institucionais (= 65, dos quais 40 funcionários do MNE), individuais (= 15), países CPLP (= 10) e outras nacionalidades (= 10).

Terá 12 meses de duração, contemplando diversos tipos de actividades, frequência em tempo parcial, mas obrigatória.

As candidaturas serão organizadas por comissões de selecção, funcionando no IDI e nomeadas anualmente por despacho do Ministro dos NE, que sujeitarão as propostas a homologação deste. Após esse despacho, os designados passam a denominar-se auditores do CPEN.

Indica-se também o processo de avaliação (trabalhos de investigação individual).

REGISTO 024273

Aviso n.º 7165/2005(2.ª série) que torna públicas as taxas de câmbio adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Agosto de 2005/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Departamento Geral de Administração

D. R. n.º 153, 2.ª s., 10/08/05 – p. 11352-11353

ASSUNTOS: EMOLUMENTOS; CONSULADOS;

RESUMO: Tabela contendo as taxas de câmbio a adoptar na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Agosto de 2005.

REGISTO 024325

Despacho normativo n.º 42/2005 que determina que todas as unidades orgânicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros se orientarão pelo princípio da gestão por objectivos e estabelece os termos de execução desse sistema/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

D. R. n.º 158, 1.ª s.-B, 18/08/05 – p. 4808-4809

ASSUNTOS: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS; CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇO; REESTRUTURAÇÃO; FUNÇÃO PÚBLICA; PESSOAL; PESSOAL DIRIGENTE; PESSOAL ADMINISTRATIVO; PESSOAL AUXILIAR; PESSOAL TÉCNICO; PESSOAL OPERÁRIO; PESSOAL TÉCNICO SUPERIOR; SERVIÇOS; SERVIÇOS INTERNOS; SERVIÇOS EXTERNOS; EMBAIXADAS; CONSULADOS; REPRESENTAÇÃO PERMANENTE; MISSÕES PERMANENTES; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: Considerando o disposto no Programa do Governo em matéria de reforma da Administração Pública, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros determina a todos os serviços internos do Ministério e a todas as representações diplomáticas bilaterais, missões permanentes junto de organismos internacionais e postos consulares portugueses que, a partir da entrada em vigor do presente despacho, todas as unidades orgânicas se orientarão pelo princípio da gestão por objectivos. O principal dirigente responsável deverá propor objectivos até 31 de Outubro de cada ano civil e definir os objectivos a atingir no ano seguinte. Orientação das diversas fases do processo.

Em relação ao ano de 2005 a proposta de definição de objectivos deverá ser enviada pelo principal dirigente ao secretário-geral do Ministério até 45 dias após a data do despacho normativo.

O despacho foi assinado a 31 de Maio de 2005.

REGISTO 024363

Despacho n.º 18320/2005 (2.ª série) determinando a nomeação das várias personalidades para o Conselho Superior do Instituto Diplomático/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 162, 2.ª s., 24/08/05 – p. 12170

ASSUNTOS: NOMEAÇÃO; PESSOAL; CONSELHO; INSTITUTOS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: Despacho que nomeia as várias personalidades que irão constituir o Conselho Superior do Instituto Diplomático.

Em articulação com o presidente do Instituto Diplomático, Prof. Doutor Armando Marques Guedes, e com o responsável pelo Departamento de Formação Diplomática do mesmo Instituto, embaixador José Manuel Duarte de Jesus, o Conselho Superior constituirá o embrião do grupo de trabalho que foi mencionado ao Parlamento Português como *think-tank* do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

REGISTO 024371

Despacho n.º 18552/2005(2.ª série) tornando público a delegação de competências nas ausências e impedimentos do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, no adjunto António Pedro Rodrigues da Silva/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

D. R. n.º 164, 2.ª s., 26/08/05 – p. 12429

ASSUNTOS: COMPETÊNCIA;

RESUMO: O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação designa o adjunto António Pedro Rodrigues da Silva para o substituir nas suas ausências e impedimentos. Em caso de coincidência de ausência ou impedimento do adjunto referido no número anterior, a sua substituição será assegurada pela adjunta Ana Cristina Mendes dos Santos.

REGISTO 024403

Aviso n.º 7697/2005(2.ª série) que torna públicas as taxas de câmbio a adoptar na tabela de emolumentos consulares a efectuar a partir de 1 de Setembro de 2005/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Departamento Geral de Administração

D. R. n.º 166, 2.ª s., 30/08/05 – p. 12601

ASSUNTOS: EMOLUMENTOS; CONSULADOS;

RESUMO: O aviso publica as taxas de câmbio adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Setembro de 2005.

REGISTO 024704

Despacho n.º 19789/2005 (2.ª série) onde o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral, delega competências no seu chefe de gabinete, João Manuel Mendes Ribeiro de Almeida/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 177, 2.ª s., 14/09/05 – p. 13368

ASSUNTOS: COMPETÊNCIA;

RESUMO: O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros delega competências relativas a deslocação em serviço de membros do Gabinete, celebração de contratos de tarefa e avença, constituição e movimentação de um fundo de maneiio, condução de veículos por parte de membros do Gabinete, despesas com refeições de

peçoal do gabinete, prestação de trabalho extraordinário, processamento de determinadas despesas e despacho de actos correntes relativos às funções específicas do gabinete.

É autorizada a subdelegação de competências nos adjuntos do Gabinete.

O despacho, que produz efeitos a partir de 16 de Agosto de 2005, foi assinado a 31 de Agosto de 2005.

REGISTO 024705

Despacho conjunto n.º 700/2005 que determina que o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) continuará a assegurar a gestão da participação da SPI – Sociedade de Promoções e Investimentos S.A., até 31 de Dezembro de 2005, em ligação com o ICEP Portugal/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

D. R. n.º 178, 2.ª s., 15/09/05 – p. 13433

ASSUNTOS: INVESTIMENTOS; COOPERAÇÃO FINANCEIRA; AJUDA FINANCEIRA; DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO;

RESUMO: Considerando que se mantêm razões para a prolação da transição na SPI – Sociedade de Promoções e Investimentos S.A., o despacho conjunto determina que o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) continuará a assegurar a gestão da participação da SPI até 31 de Dezembro de 2005, em ligação com o ICEP Portugal.

O diploma foi assinado a 31 de Julho de 2005, produzindo efeitos desde 1 de Julho de 2005.

REGISTO 024840

Listagem n.º 188/2005 que publica a listagem dos subsídios atribuídos pelo Fundo para as Relações Internacionais (FRI) do MNE durante o 1.º semestre de 2005/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Fundo para as Relações Internacionais

D. R. n.º 180, 2.ª s., 19/09/05 – p. 13568

ASSUNTOS: FUNDOS; ABONOS; RELAÇÕES INTERNACIONAIS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: Publica-se a lista dos subsídios atribuídos a Associações, Institutos e Organismos vários pelo Fundo para as Relações Internacionais durante o 1.º semestre de 2005.

REGISTO 024970

Despacho conjunto n.º 721/2005 que descongela, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, quadro de pessoal especializado, a admissão para o lugar de conselheiro junto de organismos internacionais/PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

D. R. n.º 183, 2.ª s., 22/09/05 – p. 13711

ASSUNTOS: PESSOAL ESPECIALIZADO; PESSOAL. QUADRO; MISSÕES PERMANENTES; UNESCO; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: O despacho conjunto descongela, para o quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a admissão para o lugar de conselheiro junto de organismos internacionais, ficando a cota de descongelamento dependente da existência de cobertura orçamental.

Em anexo é publicado o Mapa de encargos discriminados, que se encontram previstos e têm cabimento orçamental para o ano de 2005, enquadrando-se no capítulo 02, divisão 01, subdivisão 05.

Assinado a 2 de Setembro de 2005.

REGISTO 025157

Aviso n.º 8404/2005 (2.ª série) que torna públicas as taxas de câmbio adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Outubro de 2005/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Departamento Geral de Administração

D. R. n.º 187, 2.ª s., 28/09/05 – p. 13972-13973

ASSUNTOS: EMOLUMENTOS; CONSULADOS;

RESUMO: Publicam-se as taxas de câmbio adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Outubro de 2005.

REGISTO 025160

Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2005 que adopta medidas com vista ao desenvolvimento do passaporte electrónico português/PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

D. R. n.º 189, 1.ª s.-B, 30/09/05 – p. 5876-5879

ASSUNTOS: PASSAPORTES;

RESUMO: A resolução decide:

1. aprovar as opções fundamentais do projecto de emissão do novo passaporte electrónico português (PEP), constantes do documento anexo, nos termos decorrentes do regulamento (CE) n.º 2252/2004, do Conselho, de 13 de Dezembro;

2. reforçar os meios de coordenação e preparação do projecto nas suas componentes legal, orgânica e operacional;
3. determinar a tomada de medidas, sob a coordenação do Ministério da Administração Interna (MAI) e apoio de especialistas de diversas entidades entre as quais o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), tendo em vista a implementação do projecto.

Assinada a 15 de Setembro de 2005, produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

REGISTO 025179

Despacho conjunto n.º 771/2005 que descongela, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, quadro de pessoal especializado, a admissão para o lugar de conselheiro cultural/PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

D. R. n.º 192, 2.ª s., 06/10/05 – p. 14383

ASSUNTOS: PESSOAL ESPECIALIZADO; PESSOAL. QUADRO; EMBAIXADAS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: O despacho conjunto descongela, para o quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a admissão para o lugar de conselheiro cultural, ficando a quota de descongelamento dependente da existência de cobertura orçamental.

Em anexo é publicado o Mapa do descongelamento excepcional para o MNE, destinado à Embaixada de Portugal em Roma.

Assinado a 25 de Agosto de 2005.

REGISTO 025264

Despacho n.º 21739/2005 (2.ª série) que procede à nomeação de 4 personalidades para a comissão de selecção do curso de Política Externa Nacional (CPEN)/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 200, 2.ª s., 18/10/05 – p. 14817

ASSUNTOS: COMISSÕES; FORMAÇÃO PROFISSIONAL; ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL; PESSOAL DIPLOMÁTICO; DIPLOMATA; DIPLOMACIA; POLÍTICA EXTERNA; INSTITUTOS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: São nomeadas 4 personalidades para a comissão de selecção do curso de Política Externa Nacional (CPEN): Emb. Filipe Guterres, General Freire Nogueira, Prof. Doutor João Amador, Prof.ª Doutora Paula Escarameia.

O despacho foi assinado a 14 de Setembro de 2005.

REGISTO 025265

Despacho n.º 21740/2005 (2.ª série) determinando que a frequência do curso de Política Externa Nacional (CPEN) seja absolutamente obrigatória para todos os funcionários diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) com a categoria de adido de embaixada/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 200, 2.ª s., 18/10/06 – p. 14817

ASSUNTOS: FORMAÇÃO PROFISSIONAL; ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL; PESSOAL DIPLOMÁTICO; DIPLOMATA; DIPLOMACIA; POLÍTICA EXTERNA; INSTITUTOS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: Considerando que o CPEN tem por finalidade a valorização e o aprofundamento de conhecimentos dos seus auditores e que os seus horários foram decididos tendo em vista causar a menor turbulência possível no funcionamento dos serviços aos quais os auditores sejam adstritos, determina-se que a frequência do curso de Política Externa Nacional (CPEN) seja absolutamente obrigatória para todos os funcionários diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) com a categoria de adido de embaixada.

O despacho foi assinado em 14 de Setembro de 2005.

REGISTO 025310

Portaria n.º 1098/2005 que aprova o regulamento do Concurso de Acesso à Categoria de Conselheiro de Embaixada/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

D. R. n.º 204, 1.ª s.-B, 24/10/05 – p. 6182-6183

ASSUNTOS: REGULAMENTOS; CONCURSOS; PESSOAL DIPLOMÁTICO; PESSOAL. QUADRO; CONSELHEIROS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério; CARREIRAS; DIPLOMACIA; DIPLOMATA;

RESUMO: É aprovado o Regulamento do Concurso de Acesso à Categoria de Conselheiro de Embaixada que será aberto por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE), a publicar em D. R., a afixar em lugar próprio do MNE e a divulgar a todos os postos.

Articulado: constituição e funcionamento do júri; conteúdo do aviso de abertura; prazo para apresentação de candidaturas; opositores ao concurso (requisitos exigidos no n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 153/2005, de 2 de Setembro = secretários de embaixada que à data de abertura tenham pelo menos 11 anos na categoria

e 4 em serviço externo); apresentação de candidatura; métodos de selecção a utilizar (nos termos do n.º 4 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 153/2005, de 2 de Setembro = currículo); elaboração e publicitação da lista de candidatos; aplicação dos métodos de selecção; homologação e publicitação da lista de classificação final; recursos; provimento.

A Portaria foi assinada a 30 de Setembro de 2005.

REGISTO 025327

Despacho n.º 22299/2005 (2.ª série) que determina a nomeação dos 100 candidatos institucionais e individuais auditores do Curso de Política Externa Nacional (CPEN)/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 206, 2.ª s., 26/10/05 – p. 15172-15173

ASSUNTOS: FORMAÇÃO PROFISSIONAL; ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL; PESSOAL DIPLOMÁTICO; DIPLOMATA; DIPLOMACIA; POLÍTICA EXTERNA; INSTITUTOS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: O despacho, assinado a 12 de Outubro de 2005, nomeia os 100 candidatos institucionais e individuais auditores do Curso de Política Externa Nacional (CPEN).

Mais determina que todas as candidaturas individuais recebidas em tempo útil sejam admitidas como suplentes.

REGISTO 025387

Aviso n.º 9691/2005 (2.ª série) que torna públicas as taxas de câmbio adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Novembro de 2005/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Departamento Geral de Administração

D. R. n.º 212, 2.ª s., 04/11/05 – p. 15484

ASSUNTOS: EMOLUMENTOS; CONSULADOS;

RESUMO: Publicam-se as taxas de câmbio adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Novembro de 2005.

REGISTO 025442

Despacho conjunto n.º 922/2005 que determina que a remuneração mensal do pessoal do quadro único de contratação seja actualizada, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2003/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

D. R. n.º 217, 2.ª s., 11/11/05 – p. 15906

ASSUNTOS: REMUNERAÇÕES; PESSOAL; SERVIÇOS EXTERNOS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS;

RESUMO: Determina-se que a remuneração mensal do pessoal do quadro único de contratação, cujo valor seja igual ou inferior a 1008,57 euros, seja actualizada nas percentagens constantes do quadro anexo ao diploma.

Produz efeitos a 1 de Janeiro de 2003.

O despacho conjunto é datado de 26 de Outubro de 2005.

REGISTO 025460

Despacho conjunto n.º 924/2005 que determina que a remuneração mensal do pessoal do quadro único de contratação seja actualizada, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2004/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

D. R. n.º 218, 2.ª s., 14/11/05 – p. 15953-15954

ASSUNTOS: REMUNERAÇÕES; PESSOAL; SERVIÇOS EXTERNOS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: Determina-se que a remuneração mensal do pessoal do quadro único de contratação, cujo valor seja igual ou inferior a 1024,09 euros, seja actualizada nas percentagens constantes do quadro anexo ao diploma.

Os efeitos são reportados a 1 de Janeiro de 2004.

O despacho conjunto é datado de 26 de Outubro de 2005.

REGISTO 025521

Aviso n.º 10441/2005 (2.ª série) tornando público encontrar-se aberto o concurso para preenchimento de 46 vagas da categoria de conselheiro de embaixada do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

D. R. n.º 224, 2.ª s., 22/11/05 – p. 16221-16222

ASSUNTOS: CONCURSOS; PESSOAL DIPLOMÁTICO; PESSOAL; PESSOAL. QUADRO; CONSELHEIROS; CARREIRAS; DIPLOMACIA; DIPLOMATA; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: Encontra-se aberto o concurso para preenchimento de 46 vagas da categoria de conselheiro de embaixada do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso em jornal oficial, ou da data de recepção por via telegráfica ou por telecópia da informação do Departamento Geral de Administração.

Indicam-se: prazo de validade, condições de candidatura, método de selecção a utilizar, formalização das candidaturas, composição do júri.

O aviso foi assinado em 25 de Outubro de 2005.

REGISTO 025587

Despacho n.º 24466/2005 (2.ª série) onde o Director do Departamento Geral de Administração, Renato Pinho Marques, delega competências na directora-adjunta do Departamento Geral de Administração, Rosa Maria Batoréu Salvador e Brito/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Departamento Geral de Administração

D. R. n.º 229, 2.ª s., 29/11/05 – p. 16643

ASSUNTOS: COMPETÊNCIA;

RESUMO: O Director do Departamento Geral de Administração, Renato Pinho Marques, delega competências na directora-adjunta do Departamento Geral de Administração, Rosa Maria Batoréu Salvador e Brito, para a prática de todos os actos previstos na Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, relativamente às áreas de actuação das unidades orgânicas de recursos humanos.

O despacho foi assinado a 27 de Outubro de 2005.

REGISTO 025593

Aviso n.º 10916/2005 (2.ª série) que torna públicas as taxas de câmbio adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Dezembro de 2005/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Departamento Geral de Administração

D. R. n.º 231, 2.ª s., 02/12/05 – p. 16811

ASSUNTOS: EMOLUMENTOS; CONSULADOS;

RESUMO: O aviso publica as taxas de câmbio adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Dezembro de 2005.

REGISTO 025671

Despacho n.º 25805/2005 (2.ª série) que informa a admissão de 11 suplentes ao Curso de Política Externa Nacional (CPEN)/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 239, 2.ª s., 15/12/05 – p. 17422

ASSUNTOS: FORMAÇÃO PROFISSIONAL; ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL; PESSOAL DIPLOMÁTICO; DIPLOMATA; DIPLOMACIA; POLÍTICA EXTERNA; INSTITUTOS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: Informa-se que foram admitidos como suplentes do Curso de Política Externa Nacional (CPEN) 11 candidatos.

REGISTO 025672

Despacho n.º 25806/2005 (2.ª série) que aprova o Regulamento do Concurso Externo de Ingresso na Categoria de Adido de Embaixada da Carreira Diplomática/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 239, 2.ª s., 15/12/05 – p. 17422-17426

ASSUNTOS: REGULAMENTOS; CONCURSOS; ADIDOS; PESSOAL DIPLOMÁTICO; PESSOAL. QUADRO; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: É aprovado o Regulamento do Concurso Externo de Ingresso na Categoria de Adido de Embaixada da Carreira Diplomática.

Articulado: abertura do concurso e publicitação; periodicidade do concurso; prazo de validade; composição do júri; funcionamento do júri; requisitos de admissão a concurso; apresentação de candidaturas; requerimento de admissão; lista provisória dos candidatos; lista definitiva de candidatos; métodos de selecção (grupo de provas de admissão prévia: prova escrita de português, prova escrita de língua inglesa, exame psicológico; prova escrita de conhecimento; prova oral de conhecimentos; entrevista profissional; mínimo de 14 valores); garantias gratuitas; listas de candidatos; factores de ponderação; programa do concurso; provas escritas; prova escrita de língua portuguesa; prova escrita de inglês; exame psicológico; prova escrita de conhecimentos; prova oral de conhecimentos; entrevista profissional; elaboração da lista de classificação final; homologação; recursos; documentação para provimento; despachos de nomeação; curso de política externa nacional (CPEN).

Em anexo publica-se a Lista de temas do programa do concurso (no âmbito do artigo 15.º do regulamento).

O despacho foi assinado a 24 de Novembro de 2005, entrando o Regulamento em vigor no dia seguinte ao da respectiva publicação.

REGISTO 025675

Aviso n.º 11490/2005 (2.ª série) que publica o procedimento concursal para provimento do cargo de chefe da Divisão de Apoio Técnico do Instituto Camões/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Instituto Camões

D. R. n.º 241, 2.ª s., 19/12/05 – p. 17539-17540

ASSUNTOS: CONCURSOS; PESSOAL DIRIGENTE; PESSOAL. QUADRO; INSTITUTOS; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério;

RESUMO: Publica-se que o ICA pretende proceder à abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de chefe da Divisão de Apoio Técnico do Instituto Camões.

Articulado: área de actuação a prover; requisitos formais de provimento; perfil exigido; composição do júri; métodos de selecção; formalização de candidaturas (no prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicitação da vaga na BEP).

REGISTO 025699

Despacho n.º 26156/2005 (2.ª série) onde a presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Ruth Maria de Fátima Albuquerque, delega competências nos vogais do Conselho Directivo do Instituto, Artur Manuel Reis Lami, Maria Inês de Carvalho Rosa e Augusto Manuel N. Gomes Correia/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

D. R. n.º 242, 2.ª s., 20/12/05 – p. 17616-17617

ASSUNTOS: COMPETÊNCIA;

RESUMO: A presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Ruth Maria de Fátima Albuquerque, delega competências nos vogais do Conselho Directivo do Instituto, Artur Manuel Reis Lami, Maria Inês de Carvalho Rosa e Augusto Manuel Nogueira Gomes Correia, podendo subdelegar nos directores de serviços.

O despacho, assinado em 2 de Dezembro de 2005, produz efeitos a partir de 27 de Setembro de 2005.

REGISTO 025737

Despacho n.º 26899/2005 (2.ª série) que aprova a extinção do Consulado Honorário de Portugal em Bratislava/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 249, 2.ª s., 29/12/05 – p. 18093

ASSUNTOS: CONSULADOS HONORÁRIOS; SECÇÕES CONSULARES;

RESUMO: É extinto o Consulado Honorário de Portugal em Bratislava, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2005, passando a respectiva área de jurisdição para a Secção Consular da Embaixada de Portugal em Bratislava.

O despacho foi assinado em 29 de Novembro de 2005.

REGISTO 025738

Aviso n.º 12000/2005 (2.ª série) que torna públicas as taxas de câmbio adoptadas na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Janeiro de 2006/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Departamento Geral de Administração

D. R. n.º 249, 2.ª s., 29/12/05 – p. 18094

ASSUNTOS: EMOLUMENTOS; CONSULADOS;

RESUMO: Tabela contendo as taxas de câmbio a adoptar na cobrança de emolumentos consulares a partir de 1 de Janeiro de 2006.

REGISTO 025744

Portaria n.º 1338/2005(2.ª série) que cria postos suplementares de recenseamento eleitoral no estrangeiro/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

D. R. n.º 250, 2.ª s., 30/12/05 – p. 18160

ASSUNTOS: RECENSEAMENTO; ELEIÇÕES; ESTRANGEIRO;

RESUMO: Lista dos postos suplementares no estrangeiro:

Alemanha: Munique, dependente da CR de Estugarda

Arábia Saudita: Manamá (Bahrein), dependente da CR de Riade

Argentina: Casa de Portugal Nossa Senhora de Fátima, em La Plata, Comodoro Rivadavia e Rosário, dependentes da CR de Buenos Aires

Austrália: Darwin, Fremantle, Melbourne, Auckland, Adelaide e Brisbane, dependentes da CR de Sydney

Bélgica: Antuérpia e Liège, dependentes da CR de Bruxelas

Brasil: Manaus, dependente da CR de Brasília; Londrina, dependente da CR de Curitiba; Fortaleza, dependente da CR do Recife; Vitória, dependente da CR do Rio de Janeiro

Canadá: Brantford, Cambrige, Chatam, Elliot, Lake, Hamilton, Kingston, Kitchener, Leamington, London Oakville, Oshawa, Sault, Ste. Marie, Simcoc, Strathroy, Thunder Bay, Windsor e Winnipeg, dependentes da CR de Toronto; Calgary, Castlegar, Edmonton, Kitimat, Osoyoos, Prince George e Vitória, dependentes da CR de Vancôver

Colômbia: Guayaquil (Equador), dependente da CR de Bogotá

Espanha: Badajoz, Leão e Salamanca, dependentes da CR de Madrid; Huelva, dependente da CR de Sevilha; Orense, dependente da CR de Vigo

Estados Unidos da América: Filadélfia, dependente da CR de Newark; Waterbury, dependente da CR de Nova Iorque; Los Angeles, dependente da CR de São Francisco

França: Ajaccio, dependente da CR de Marselha

Moçambique: Mbabane (Suazilândia), dependente da CR de Maputo

Países Baixos: Haia, dependente da CR de Roterdão

Reino Unido: Guernsey, Manchester e Saint Helier (Jersy), dependentes da CR de Londres

Congo: Bangui, (Républica Ventro-Africana) dependente da CR de Kinshasa

Suécia: Gotemburgo e Malmoe, dependentes da CR de Estocolmo

Suíça: Sion, dependente da CR de Genebra

Venezuela: Barcelona (Puerto de la Cruz), Ciudad Bolivar, Ciudad Guyana (Puerto Ordaz), Cumaná, El Tigre, La Guaira, Aruba e Curaçao (Antilhas Holandesas), dependentes da CR de Caracas; Maracaibo, Maracay, Barinas, Puerto Fijo, Mérida, Barquisemeto e San Cristobal, dependentes da CR de Valência

Zimbabwe: Blantyre (Malawi), dependente da CR de Harare

REGISTO 025745

Despacho n.º 27103/2005 (2.ª série) que aprova a abertura de concurso externo de ingresso na carreira diplomática portuguesa para o provimento de 20 vagas na categoria de adido de embaixada existentes no quadro I de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e determina a constituição do júri/MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Gabinete do Ministro

D. R. n.º 250, 2.ª s., 30/12/05 – p. 18160-18161

ASSUNTOS: CONCURSOS; ADIDOS; PESSOAL DIPLOMÁTICO; PESSOAL QUADRO; NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. Ministério

RESUMO: É aprovada a abertura de concurso externo de ingresso na carreira diplomática portuguesa para o provimento de 20 vagas na categoria de adido de embaixada existentes no quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), que foram objecto de descongelamento excepcional.

Determina-se a constituição do júri do Concurso Externo de Ingresso na Categoria de Adido de Embaixada da Carreira Diplomática, presidido pelo embaixador Pedro José Ribeiro de Menezes, e com os vogais efectivos: embaixador Manuel Gervásio Leite e Prof. Doutor Armando Marques Guedes, presidente do Instituto Diplomático.

O júri é ainda constituído por membros docentes nas áreas de: direito internacional e direito comunitário, história diplomática e relações internacionais e política económica e relações económicas internacionais.

O despacho foi assinado em 16 de Dezembro de 2005. **NE**

Referências Bibliográficas de Novas Aquisições

MONOGRAFIAS ADQUIRIDAS POR COMPRA, OFERTA E PERMUTA, DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2005

REFERÊNCIAS CONSTANTES DA BASE DE DADOS DO BDD

REGISTO 025336

COTA 341.123-A{23}

AMARAL, Diogo Freitas do – *Intervenção de S. Ex.^a o Ministro na Conferência do IDI-IDN sobre o 60.º aniversário da Fundação das Nações Unidas*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Gabinete do Ministro, 2005

ONU; REESTRUTURAÇÃO; REFORMA; ÓRGÃOS; SECRETÁRIO-GERAL; CONSELHO DE SEGURANÇA; ASSEMBLEIA GERAL;
PORTUGAL;

REGISTO 025272

COTA 92

FARIA, Ana Maria Homem Leal de – *Duarte Ribeiro de Macedo: um diplomata moderno: 1618-1680*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Diplomático, 2005

ISBN 972-245-42-8

BIOGRAFIAS; DIPLOMATA; DIPLOMACIA; MISSÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES; RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS; RELAÇÕES POLÍTICAS; POLÍTICA EXTERNA; HISTÓRIA DIPLOMÁTICA; NEGOCIAÇÕES; POLÍTICA ECONÓMICA; SÉCULO XVII; PORTUGAL;

PAZ; GUERRA; CONFLITOS; CONFLITOS ARMADOS; EUROPA; HOLANDA; FRANÇA;

ALIANÇA

REGISTO 024787

COTA 32(560)

FERNANDES, José Pedro Teixeira – *Turquia: metamorfoses de identidade*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, 2005

ISBN 972-671-148-7

IDENTIDADE; NACIONALISMOS. Política; POLÍTICA (EVOLUÇÃO); POLÍTICA INTERNA; PARTIDOS POLÍTICOS; SISTEMA POLÍTICO; MUÇULMANOS; IDEOLOGIA; POPULAÇÃO; IMPÉRIO OTOMANO; TURQUIA;

UE;

QUESTÃO DE CHIPRE

REGISTO 010803

COTA 327.5(675.97)

FERREIRA, Patrícia Magalhães – *Identidades étnicas, poder e violência em África: o conflito no Burundi*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Centro de Documentação e Informação, 2005

CONFLITOS; CONFLITOS ARMADOS; CONFLITOS INTERIORES; VIOLÊNCIA; GENOCÍDIO; IDENTIDADE; MINORIAS ÉTNICAS; GRUPOS; COLONIZAÇÃO; COLONIALISMO; PODER; INDEPENDÊNCIA; SITUAÇÃO POLÍTICA; SITUAÇÃO SOCIAL; SITUAÇÃO ECONÓMICA; BURUNDI; ETNIAS

REGISTO 025709

COTA 327(4:6){1}

FERREIRA, Patrícia Magalhães, CARDOSO, Fernando Jorge – *África <A> e a Europa: resolução de conflitos, governação e integração regional*. [Lisboa]: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), 2005

ISBN 972-8109-34-2

RELAÇÕES POLÍTICAS; RELAÇÕES BILATERAIS; RELAÇÕES ECONÓMICAS; CONFLITOS; CONFLITOS (RESOLUÇÃO DE); CONFLITOS ARMADOS; CONFLITOS INTERNACIONAIS; INTEGRAÇÃO; SEGURANÇA; TERRORISMO; COMÉRCIO; INVESTIMENTO; ONU; UE; EUROPA; ÁFRICA; SUDÃO; GUINÉ-BISSAU; ANGOLA;

REGISTO 025352

COTA 04.II.A.11

GELBSTEIN, Eduardo, KAMAL, Ahmad – *Information insecurity: a survival guide to the uncharted territories of cyber-threats and cyber-security*. New York: ONU. Information and Communication Technologies Task Force, 2005

ISBN 92-1-104530-4

INFORMAÇÃO; PLANOS; SOLUÇÕES; RECOMENDAÇÕES; CIBERNÉTICA;

REGISTO 025654

COTA 14200

GRANDES, Martin, PINAUD, Nicolas – *Reducing capital cost in Southern Africa*. Paris: OECD, 2005

ISBN 92-64-01401-2

CAPITAL; CAPITALISMO; CUSTOS; ECONOMIA; NORMALIZAÇÃO; RISCO; PAÍSES; MULTINACIONAIS; DESENVOLVIMENTO;

REGISTO 025439 **COTA 327{148}**

GUEDES, Armando Marques – *Estudos sobre relações internacionais*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), 2005

ISBN 972-9245-44-4

RELAÇÕES INTERNACIONAIS; RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Política; CIVILIZAÇÕES; RELIGIÕES; SOBERANIA; ISLÃO; ISLAMISMO; TERRORISMO; PODER; ESTADO; NOVA ORDEM INTERNACIONAL; CONJUNTURA; CONJUNTURA POLÍTICA; ESTRATÉGIA;

NATO; UE;

GLOBALIZAÇÃO; RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS

REGISTO 025277 **COTA 14176**

HAZELKORN, Ellen – *University research management: developing research in new institutions*. Paris: OECD, 2005

ISBN 92-64-00694-X

INVESTIGAÇÃO; UNIVERSIDADES; EDUCAÇÃO; ENSINO SUPERIOR; INSTITUIÇÕES; RECURSOS HUMANOS;

REGISTO 025443 **COTA 946.9{64}**

MARTINS, Luís Almeida – *Portugal: mapa histórico-cultural*. Lisboa: Visão, 2005

HISTÓRIA; CULTURA; GEOGRAFIA; PORTUGAL;

REGISTO 025695 **COTA 342.7{71}**

MARTINS, Manuel Meirinho, SÁ, Jorge de – *O exercício do direito de queixa como forma de participação política: o caso do Provedor de Justiça: 1992-2004*. Lisboa: Provedor de Justiça, 2005

DIREITO; DIREITOS DO CIDADÃO; PARTICIPAÇÃO; CIDADÃOS; CIDADÃOS. Deveres; CIDADÃOS. Direito público; PROVIDOR DE JUSTIÇA; PORTUGAL;

REGISTO 024148 **COTA 323(469){58}**

MARTINS, Susana – *Socialistas na oposição ao Estado Novo: um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*. Lisboa: Casa das Letras, Editorial Notícias, 2005

ISBN 972-46-1589-8

SOCIALISTAS. Política; SOCIALISMO; PARTIDOS POLÍTICOS; PARTIDOS DA OPOSIÇÃO; RESISTÊNCIA; HISTÓRIA; POLÍTICA; POLÍTICA (EVOLUÇÃO); POLÍTICA INTERNA; PORTUGAL;
ESTADO NOVO PORTUGUÊS

REGISTO 024951**COTA 946.9:949.4**

MONICO, Reto – Suisse-Portugal: regards croisés: 1890-1930. Genève: Société d'Histoire et d'Archéologie de Genève, 2005

ISBN 2-88442-021-5

RELAÇÕES HISTÓRICAS; RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS; RELAÇÕES POLÍTICAS; REVOLUÇÃO; REVOLUÇÃO. Política; MONARQUIA; REPÚBLICA; DIPLOMATA; REGIMES POLÍTICOS; DITADURA; NEUTRALIDADE; GUERRA; SUÍÇA; PORTUGAL;
CRISE; ULTIMATUM

REGISTO 025707**COTA 323(469){60}**

PINTO, José Filipe – Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Diplomático, 2005

ISBN 972-98906-6-8

POLÍTICA; POLÍTICA (EVOLUÇÃO); POLÍTICA INTERNA; POLÍTICA COLONIAL; ESTRATÉGIA; COLONIZAÇÃO; COLONIALISMO; DESCOLONIZAÇÃO; ULTRAMAR; SOBERANIA; FRONTEIRAS; CONJUNTURA; CONJUNTURA POLÍTICA; COLÓNIAS; COLÓNIAS. Independência; RELAÇÕES BILATERAIS; RELAÇÕES MULTILATERAIS; RELAÇÕES ECONÓMICAS; COOPERAÇÃO; GUINÉ-BISSAU; CABO VERDE; MOÇAMBIQUE; ANGOLA; SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE; TIMOR-LESTE; MACAU; PORTUGAL;

INTEGRAÇÃO; INTEGRAÇÃO POLÍTICA; INTEGRAÇÃO ECONÓMICA; CEE; UE; EFTA;

CPPL (COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA); 25 DE ABRIL DE 1974; LUSOFONIA; PALOP'S; OECE; MERCOSUL

REGISTO 025689**COTA 341.176(4)(CEE){301}**

PIZARRO, Noémia, COURELA, Pedro – Guia do cidadão europeu. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), 2005

ISBN 972-8109-33-4

UE; DIREITOS DO CIDADÃO; CIDADÃOS; CIDADÃOS. Deveres; CIDADÃOS. Direito público; DIREITOS; DIREITOS DO HOMEM; DIREITOS FUNDAMENTAIS; DIREITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS; CIDADANIA; POLÍTICA COMUNITÁRIA; JUSTIÇA; MIGRAÇÕES; COOPERAÇÃO; DESENVOLVIMENTO; AMBIENTE; PROTECÇÃO;

REGISTO 025518**COTA 33(665.8)**

QUERIDO, Chyanda M. – *Estabilização macroeconómica e financiamento do desenvolvimento em Cabo Verde*. Lisboa: IPAD. Centro de Documentação e Informação, 2005

ISBN 972-8975-00-7

ECONOMIA; ECONOMIA. Desenvolvimento; ECONOMIA. Crescimento; ECONOMIA. Conjuntura; DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA; ESTABILIZAÇÃO; MACROECONOMIA; LIBERALIZAÇÃO; POLÍTICA ECONÓMICA; PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA; POLÍTICA MONETÁRIA; ORÇAMENTO; RECURSOS; RECURSOS FINANCEIROS; SECTORES DA ECONOMIA; SECTOR PÚBLICO; SECTOR PRIVADO; CABO VERDE; PARCERIA

REGISTO 025516**COTA 325.48(cooperação){32}**

SINGENS, Edite Mendes – *A cooperação portuguesa para o desenvolvimento na imprensa: 1998-1999*. Lisboa: IPAD. Centro de Documentação e Informação, 2005

ISBN 972-99539-7-X

COOPERAÇÃO; DESENVOLVIMENTO; AJUDA FINANCEIRA; COMUNICAÇÃO SOCIAL; OPINIÃO PÚBLICA; PORTUGAL; TIMOR-LESTE; PALOP'S; ONG (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS)

REGISTO 025215**COTA 341.176(4)(CEE)**

TRIANAFYLLOU, Dimitris N. – *La Constitution de l' Union Européenne: selon le Traité de Rome de 2004: les choix clés de la Convention et de la Conférence Intergouvernementale*. Bruxelles: Bruylant, 2005

ISBN 2-8027-1984-X

UE; ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS; COMPETÊNCIAS; DIREITOS FUNDAMENTAIS; POLÍTICA EXTERNA; JUSTIÇA; SEGURANÇA; PERSONALIDADE JURÍDICA; PROCEDIMENTOS; ORÇAMENTO; CONSELHO EUROPEU; CONSTITUIÇÃO EUROPEIA (=TRATADO CONSTITUCIONAL DA UE); CIG (CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL); CIMEIRA

- REGISTO 024391** **COTA 14129**
 WHITTON, Howard – *Managing conflict of interest in the public sector: a toolkit*. Paris: OECD, 2005
 ISBN 92-64-01822-0
 CONFLITOS; SECTOR PÚBLICO; POLÍTICA;
- REGISTO 025391** **COTA 14181**
 WINPENNY, James – *Guaranteeing development?: the impact of financial guarantees*. Paris: OECD. Development Centre Studies, 2005
 ISBN 92-64-01301-6
 DESENVOLVIMENTO; INVESTIMENTO; RISCO; POLÍTICA; CUSTOS;
 MERCADOS; POLÍTICA;
- REGISTO 025660** **COTA 341.176(4)(CEE) {303}**
 ADVISORY COUNCIL ON INTERNATIONAL AFFAIRS – *European <The> Union's new Eastern Neighbours*. [Hague]: Advisory Council on International Affairs, 2005
 UE; POLÍTICA COMUNITÁRIA; POLÍTICA (EVOLUÇÃO); POLÍTICA EXTERNA;
 RELAÇÕES POLÍTICAS; ESTRATÉGIA; GEOPOLÍTICA; DEMOCRACIA; REFORMAS
 POLÍTICAS; REFORMAS ECONÓMICAS; REFORMAS SOCIAIS; ECONOMIA; PAÍSES;
 EUROPA DE LESTE;
 ALARGAMENTO
- REGISTO 025668** **COTA 325**
 ADVISORY COUNCIL ON INTERNATIONAL AFFAIRS – *Migration and development cooperation: coherence between two policy areas*. [Hague]: Advisory Council on International Affairs, 2005
 COOPERAÇÃO; DESENVOLVIMENTO; MIGRAÇÕES; MIGRAÇÕES INTERNA-
 CIONAIS; POLÍTICA; POLÍTICA (EVOLUÇÃO); SEGURANÇA; REFUGIADOS;
 AJUDAS FINANCEIRAS; ESTRATÉGIA; POLÍTICA ECONÓMICA; POLÍTICA DE
 COOPERAÇÃO; ORDEM INTERNACIONAL;
 EUROPA DE LESTE;
- REGISTO 025335** **COTA 342.4(469) 1976 -A {4}**
 ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Constituição da República Portuguesa: 7.ª revisão*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005
 CONSTITUIÇÃO; PORTUGAL;
 REVISÃO CONSTITUCIONAL

REGISTO 025596**COTA 327(4:8=6)**

COMISION EUROPEA, CENTRO LATINOAMERICANO PARA LAS RELACIONES CON EUROPA (CELARE) – *América Latina/Union Europea*. Santiago: Centro Latinoamericano para las Relaciones con Europa (CELARE), 2005

ISBN 956-7497-36-2

POLÍTICA EXTERNA; POLÍTICA DE COOPERAÇÃO; RELAÇÕES POLÍTICAS; RELAÇÕES BILATERAIS; ESTRATÉGIA; COOPERAÇÃO; RELAÇÕES MULTILATERAIS; ACORDOS; DOCUMENTOS; UE; AMÉRICA LATINA;

AMÉRICA CENTRAL; MÉXICO; CHILE; BRASIL; ARGENTINA; CUBA; VENEZUELA; HAITI;

MERCOSUL

REGISTO 025316**COTA 33{112}**

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA GLOBALIZAÇÃO – *Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos*. Oeiras: Celta Editora, 2005

ISBN 972-774-221-1

DESENVOLVIMENTO; DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA; ECONOMIA; ECONOMIA. Desenvolvimento; ECONOMIA. Conjuntura; ECONOMIA. Crescimento; CONJUNTURA ECONÓMICA; CONJUNTURA; POLÍTICA ECONÓMICA; POLÍTICA COMERCIAL INTERNACIONAL; GOVERNO; PODER; RELAÇÕES MULTILATERAIS; SITUAÇÃO ECONÓMICA; SITUAÇÃO POLÍTICA;

ÁFRICA; ÁRABES; ÁSIA; AMÉRICA LATINA; CARAÍBAS; PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO; EUROPA; ÁSIA CENTRAL; EUROPA OCIDENTAL; AMÉRICA DO NORTE; GLOBALIZAÇÃO; MUNDIALIZAÇÃO

REGISTO 025385**COTA 341.176(4)(CEE){298}**

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL – *A Estratégia de Lisboa: parecer de iniciativa aprovado no plenário de 24 de Maio de 2005*. Lisboa: Conselho Económico e Social, 2005

ISBN 972-8395-61-2

ESTRATÉGIA; ESTRUTURA; ESTRUTURA DA ECONOMIA; POLÍTICA; POLÍTICA ECONÓMICA; POLÍTICA COMUNITÁRIA; UE; PORTUGAL;

ESTRATÉGIA DE LISBOA/AGENDA DE LISBOA

REGISTO 025384**COTA 341.176(4)(CEE){297}**

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL – *O futuro da Europa: estudo*. Lisboa: Conselho Económico e Social, 2005

ISBN 972-8395-64-7

UE; INSTITUIÇÕES; HISTÓRIA; CIDADANIA; PARTICIPAÇÃO; POLÍTICA COMUNITÁRIA; ESTRATÉGIA; ORÇAMENTO; POLÍTICA SOCIAL; PORTUGAL;

ESTRATÉGIA DE LISBOA/AGENDA DE LISBOA; ALARGAMENTO; PEC (PACTO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO)

REGISTO 025386 **COTA 338.984.3(469){16}**

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL – *Parecer de iniciativa sobre Grandes Opções do Plano e estratégia de desenvolvimento e parecer sobre Grandes Opções do Plano para 2005-2009*. Lisboa: Conselho Económico e Social, 2005

ISBN 972-8395-62-0

POLÍTICA ECONÓMICA; PLANOS ORÇAMENTAIS; ESTRATÉGIA; DESENVOLVIMENTO; DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA; DESENVOLVIMENTO SOCIAL; ECONOMIA; ECONOMIA. Crescimento; ECONOMIA. Desenvolvimento; ORDENAMENTO; TERRITÓRIO; URBANO; RURAL; PORTUGAL;

GOP (GRANDES OPÇÕES DO PLANO)

REGISTO 025205 **COTA 341.014(469-6:81){2}**

IILP – *Oitava. Praia: Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, 2005

INSTITUIÇÕES; INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS; PORTUGUÊS. Língua; ESTATUTOS; ACORDOS; ACTIVIDADES;

CPLP (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA); IILP (INSTITUTO INTERNACIONAL DE LÍNGUA PORTUGUESA); LUSOFONIA

REGISTO 025212 **COTA 323(549.1)-A{2}**

INTERNATIONAL CRISIS GROUP – *Authoritarianism and political party reform in Pakistan*. Brussels: International Crisis Group, 2005

AUTORITARISMO; REFORMAS POLÍTICAS; PARTIDOS POLÍTICOS; HISTÓRIA; DEMOCRACIA; POLÍTICA INTERNA; POLÍTICA (EVOLUÇÃO); POLÍTICA REGIONAL; PODER; GOVERNO; PAQUISTÃO;

REGISTO 025676 **COTA 341.176(4)(CEE)-A{75}**

INTERNATIONAL CRISIS GROUP – *EU visas and the Western Balkans*. Brussels: International Crisis Group, 2005

UE; VISTOS; CONTROLO; PASSAPORTES; SEGURANÇA; RELAÇÕES ECONÓMICAS; LIBERALIZAÇÃO; IMIGRAÇÃO; NEGOCIAÇÕES; BALCÃS; PAÍSES BALCÂNICOS; ALBÂNIA; BÓSNIA-HERZEGOVINA; MACEDÓNIA; SÉRVIA; MONTENEGRO; KOSOVO;

REGISTO 025389 **COTA 327(569.1:569.3)-A**

INTERNATIONAL CRISIS GROUP – *Syria after Lebanon, Lebanon after Syria*. Brussels: International Crisis Group, 2005

POLÍTICA INTERNA; POLÍTICA EXTERNA; RELAÇÕES POLÍTICAS; RELAÇÕES BILATERAIS; PODER; GOVERNO; INSTABILIDADE; COMUNIDADES; REGIME POLÍTICO; SITUAÇÃO POLÍTICA; FRONTEIRAS; SÍRIA; LÍBANO;
CRISE

REGISTO 023980 **COTA 338.1{9}**

IPAD – *Objectivos de desenvolvimento do Milénio*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2005

DESENVOLVIMENTO; DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA; DESENVOLVIMENTO SOCIAL; POLÍTICA; POBREZA; SITUAÇÃO SOCIAL; SITUAÇÃO ECONÓMICA; AMBIENTE; ESTRATÉGIA; OBJECTIVOS; FINANCIAMENTO; POLÍTICA DE COOPERAÇÃO; AJUDA FINANCEIRA; AJUDA HUMANITÁRIA; RECURSOS; INVESTIMENTOS; PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO; COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO; AJUDA AO DESENVOLVIMENTO; PORTUGAL;

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; PARCERIA; MILÉNIO; CIMEIRA DO MILÉNIO

REGISTO 024656 **COTA (094.4):347.91/95(665.8)**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE – *Código de processo civil*. Lisboa: Ministério da Justiça. GRIEC, 2005

ISBN 972-99054-7-9

CÓDIGOS; PROCESSO CIVIL; CABO VERDE;

REGISTO 024303 **COTA 342.4(469){8}**

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) – *Lei eleitoral: eleição dos órgãos das autarquias locais 2005 e legislação complementar*. [Lisboa]: MAI. STAPE, 2005

LEI ELEITORAL; LEGISLAÇÃO; ÓRGÃOS; AUTARQUIAS; PODER LOCAL; PORTUGAL;

REGISTO 025294 **COTA A/59/49**

NU. Assemblée Générale – *Résolutions et décisions adoptées par l'Assemblée Générale au cours de sa cinquante-neuvième session*. New York: ONU, 2005

RESOLUÇÕES; DECISÕES; ASSEMBLEIA GERAL; ONU;

REGISTO 024401 **COTA 14136**

OCDE. AIE = OECD. IEA – *Donnés sur le pétrole: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-10887-4

PETRÓLEO; ENERGIA; INFORMAÇÕES;

AIE (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA)

REGISTO 024332 **COTA 14106**

OCDE. CAD = OECD. DAC – *Aid activities in CEECs/NIS: 2003*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00814-4

DESENVOLVIMENTO; INFORMAÇÕES (SISTEMA DE); SECTOR PÚBLICO; ESTATÍSTICA; AJUDA FINANCEIRA; PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO;

PECO'S (PAÍSES DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL)

REGISTO 024388 **COTA 14126**

OECD – *Advances in risk management of government debt*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-10441-0

DÍVIDAS PÚBLICAS; RISCO; MERCADOS; DESENVOLVIMENTO; ÁUSTRIA; BÉLGICA; CANADÁ; DINAMARCA; FINLÂNDIA; FRANÇA; PORTUGAL; SUÉCIA; REINO UNIDO; REPÚBLICA CHECA; POLÓNIA;

REGISTO 024398 **COTA 14134**

OECD – *Agricultural policies in OECD countries: monitoring and evaluation 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00955-8

AGRICULTURA; POLÍTICA AGRÍCOLA; AUSTRÁLIA; CANADÁ; UNIÃO EUROPEIA VER: UE; ISLÂNDIA; JAPÃO; COREIA; MÉXICO; NOVA ZELÂNDIA; NORUEGA; SUÍÇA; TURQUIA; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA; ESTÓNIA; LETÓNIA; LITUÂNIA; ESLOVÉNIA;

REGISTO 025663 **COTA 14205**

OECD – *Agriculture and development: the case for policy coherence*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01334-2

AGRICULTURA; DESENVOLVIMENTO; POLÍTICA; POLÍTICA AGRÍCOLA; OBJECTIVOS;

REGISTO 024707 **COTA 14147**

OECD – *Agriculture, trade and the environment: the arable crop sector*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00996-5

AGRICULTURA; COLHEITAS; AMBIENTE; PRODUÇÃO; POLÍTICA;

REGISTO 024381 **COTA 14119**

OECD – *Armenia: fighting corruption in transition economies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00984-1

CORRUPÇÃO; RECOMENDAÇÕES; CRIMINALIDADE; LUTA; ECONOMIA; ARMÉNIA;

REGISTO 024367 **COTA 14108**

OECD – *Austria: OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01104-8

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; ÁUSTRIA;

REGISTO 024384 **COTA 14122**

OECD – *Azerbaijan: fighting corruption in transition economies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01075-0

CORRUPÇÃO; COMBATES; ECONOMIA; POLÍTICA INTERNACIONAL; CRIMINALIDADE; IMUNIDADES; AZERBEIJÃO;

REGISTO 025267 **COTA 14171**

OECD – *Bank profitability: methodological country notes*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00767-9

BANCOS; ALEMANHA; AUSTRÁLIA; ÁUSTRIA; BÉLGICA; CANADÁ; REPÚBLICA CHECA; DINAMARCA; ESPANHA; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA; FINLÂNDIA;

FRANÇA; GRÉCIA; HUNGRIA; IRLANDA; ISLÂNDIA; ITÁLIA; JAPÃO; LUXEMBURGO; MÉXICO; HOLANDA; NORUEGA; NOVA ZELÂNDIA; POLÓNIA; REPÚBLICA CHECA; REINO UNIDO; SUÉCIA; SUÍÇA; TURQUIA; PORTUGAL;

REGISTO 025450**COTA 14192**

OECD – *Brazil: OECD review of agricultural policies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01254-0

AGRICULTURA; POLÍTICA AGRÍCOLA; ECONOMIA; BRASIL;

REGISTO 025661**COTA 14204**

OECD – *Bridge over trouble waters: linking climate change and development*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01275-3

CLIMA; CLIMATOLOGIA; AMBIENTE; RECURSOS NATURAIS; DESENVOLVIMENTO; NEPAL; EGÍPTO; BANGLADESH; FIDJI. Ilhas. Lugar; URUGUAI;

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS; PROTOCOLO DE KYOTO À CONVENÇÃO SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

REGISTO 024379**COTA 14117**

OECD – *Business clusters: promoting enterprise in Central and Eastern Europe*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00710-5

POLÍTICA; POLÍTICA ECONÓMICA; EMPRESAS; RECOMENDAÇÕES; EMPRESÁRIOS; ESTUDOS; ESLOVÉNIA; ESLOVÁQUIA; POLÓNIA; HUNGRIA; REPÚBLICA CHECA;

REGISTO 024387**COTA 14125**

OECD – *Catastrophic risks and insurance*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00994-9

SEGUROS; RISCO; CATÁSTROFES; MERCADOS; FINANÇAS; TERRORISMO; FRANÇA; JAPÃO; MÉXICO; ESPANHA; TURQUIA; CHINA; ÍNDIA; INDONÉSIA; FILIPINAS;

REGISTO 025734 **COTA 14218**

OECD – Chile: *OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01355-5

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; CHILE;

REGISTO 025156 **COTA 14160**

OECD – China: *OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01182-X

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; CHINA;

REGISTO 025733 **COTA 14217**

OECD – China: *OECD review of agricultural policies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01260-5

AGRICULTURA; POLÍTICA AGRÍCOLA; ECONOMIA; CHINA;

REGISTO 025276 **COTA 14175**

OECD – Czech Republic: *OECD environmental performance reviews*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01178-1

AMBIENTE; DESENVOLVIMENTO; REPÚBLICA CHECA;

BIODIVERSIDADE

REGISTO 024370 **COTA 14112**

OECD – *Dairy policy reform and trade liberalisation*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01159-5

POLÍTICA; LEITE; REFORMA; COMÉRCIO; LIBERALIZAÇÃO; ECONOMIA. Sectores; ECONOMIA;

REGISTO 025151 **COTA 14156**

OECD – *Education at a glance: OECD indicators 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01190-0

EDUCAÇÃO; EDUCAÇÃO DE ADULTOS; RECURSOS HUMANOS; INVESTIMENTO;

- REGISTO 024714** **COTA 14150**
 OECD – *Environment and the OECD guidelines for multinational enterprises: corporate tools and approaches*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
 ISBN92-64-00938-8
 EMPRESAS MULTINACIONAIS; ORIENTAÇÃO; AMBIENTE; PREVENÇÃO;
 POLÍTICA AMBIENTAL; MEIOS;
 CONFERÊNCIA DO RIO DE JANEIRO SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, DE 3 A 14 DE JUNHO DE 1992; AGENDA 21
- REGISTO 024373** **COTA 14114**
 OECD – *Environmentally harmful subsidies: challenges for reform*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
 ISBN 92-64-01204-4
 AMBIENTE; REFORMAS; SUBSÍDIOS; POLÍTICA AMBIENTAL; ECONOMIA;
- REGISTO 025255** **COTA 14161**
 OECD – *Euro area: OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
 ISBN 92-64-01169-2
 ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; POLÍTICA MONETÁRIA; INFLAÇÃO;
 MERCADO FINANCEIRO; INDICADORES ECONÓMICOS;
 REGIME FISCAL; DESPESA PÚBLICA; CONTAS PÚBLICAS;
 PEC (PACTO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO); ZONA EURO; UEM (UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA)
- REGISTO 024390** **COTA 14128**
 OECD – *Evaluating public participation in policy making*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
 ISBN 92-64-00894-2
 POLÍTICA; CIDADÃOS; PARTICIPAÇÃO; POLÍTICOS; INFORMAÇÃO;
- REGISTO 025152** **COTA 14157**
 OECD – *Evaluating agri-environmental policies: design, practice and results*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
 ISBN 92-64-01010-6
 POLÍTICA; AGRICULTURA; DESENVOLVIMENTO; ESTUDOS; REGIÕES; AMBIENTE;

REGISTO 025658 **COTA 14202**

OECD – *E-government for better government: OECD e-government studies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01833-6

TECNOLOGIA; ELECTRÓNICA; ADMINISTRAÇÃO; GOVERNO;

REGISTO 025390 **COTA 14180**

OECD – *Finland: OECD territorial reviews*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01277-X

DESENVOLVIMENTO; DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA; POLÍTICA AGRÍCOLA; FINLÂNDIA;

REGISTO 025278 **COTA 14177**

OECD – *Fostering development in a global economy: a whole of government perspective*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01014-9

ECONOMIA MUNDIAL; DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA; CONCEITO; MACROECONOMIA; POLÍTICA;

REGISTO 025155 **COTA 14159**

OECD – *France: OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01148-X

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; FRANÇA;

REGISTO 025275 **COTA 14174**

OECD – *France: OECD environmental performance reviews*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00912-4

AMBIENTE; DESENVOLVIMENTO; FRANÇA;
BIODIVERSIDADE

REGISTO 024380 **COTA 14118**

OECD – *Georgia: fighting corruption in transition economies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-011077-7

CORRUPÇÃO; COMBATES; ECONOMIA; POLÍTICA INTERNACIONAL; CRIMINALIDADE; IMUNIDADES; GEÓRGIA;

REGISTO 024673**COTA 14141**

OECD – *Governance in China: China in the global economy*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00842-X

REFORMAS ECONÓMICAS; SERVIÇOS PÚBLICOS; LUTA; CORRUPÇÃO; DESPESA PÚBLICA; TAXAS;

INVESTIMENTO; PROPRIEDADE INTELECTUAL; DIREITOS; BANCOS;

REGISTO 024389**COTA 14127**

OECD – *Governance of innovation systems*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01102-1

SISTEMAS; POLÍTICA; GOVERNO; DESENVOLVIMENTO; INFORMAÇÃO;

REGISTO 024666**COTA 14144**

OECD – *Greece: OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01174-9

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; GRÉCIA;

REGISTO 025729**COTA 14213**

OECD – *Health at a glance: OECD indicators*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01262-1

SAÚDE; CUIDADOS AOS DOENTES; DESPESAS; FINANCIAMENTO; DEMOGRAFIA; MEDICAMENTOS;

REGISTO 025398**COTA 14184**

OECD – *Health technologies and decision making: the OECD health project*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01620-1

SAÚDE; TECNOLOGIAS; CUIDADOS AOS DOENTES; DECISÕES; BIOMEDICINA;

REGISTO 024372 **COTA 14113**

OECD – *Housing finance markets in transition economies: trends and challenges*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01016-5

POLÍTICA; ECONOMIA; FINANÇAS; ECONOMIA DE MERCADO; TRIBUTAÇÃO; POLÓNIA; HUNGRIA; REPÚBLICA CHECA; ESLOVÁQUIA; LITUÂNIA; LETÓNIA; ESTÓNIA; ESLOVÉNIA; CROÁCIA; ROMÉNIA; UCRÂNIA; CAZAQUISTÃO;

REGISTO 024365 **COTA 14109**

OECD – *Hungary: OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01186-2

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; HUNGRIA;

REGISTO 025147 **COTA 14155**

OECD – *International investment law: a changing landscape: a companion volume to international investment perspectives*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01164-1

INVESTIMENTOS; DIFERENDO; ACORDOS; REGRAS; NAÇÃO; DIREITO DOS TRATADOS;

NAFTA (NORTH AMERICAN FREE TRADE AGREEMENT = ACORDO NORTE AMERICANO DE COMÉRCIO LIVRE)

REGISTO 024708 **COTA 14148**

OECD – *International investment perspectives*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01134-X

INVESTIMENTOS; FINANÇAS; PERSPECTIVAS; DESENVOLVIMENTO; VIETNAME;

REGISTO 025736 **COTA 14220**

OECD – *Italy: OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01031-9

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; ITÁLIA;

REGISTO 024385 **COTA 14123**

OECD – *Kyrgyz <The> Republic: fighting corruption transition economies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01083-1

CORRUPÇÃO; COMBATES; ECONOMIA; POLÍTICA INTERNACIONAL; CRIMINALIDADE; IMUNIDADES; QUIRGHIZISTÃO;

REGISTO 025730 **COTA 14214**

OECD – *Looking beyond tariffs: the role of non-tariff barriers in world trade*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01460-8

COMÉRCIO; TARIFAS; ALFÂNDEGA; COMÉRCIO MUNDIAL; IMPORTAÇÃO; DIREITOS; EXPORTAÇÃO; PAÍSES DESENVOLVIDOS; BARREIRAS; QUOTA; LICENÇAS;

REGISTO 025735 **COTA 14219**

OECD – *Mexico: OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01340-7

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; MÉXICO;

REGISTO 024368 **COTA 14110**

OECD – *Mexico: OECD reviews of health systems*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00892-6

SAÚDE; FINANCIAMENTO; SEGURANÇA; REFORMAS; ORGANIZAÇÃO; MÉXICO;

REGISTO 025727 **COTA 14211**

OECD – *Migration, remittances and development*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01388-1

MIGRAÇÕES; DESENVOLVIMENTO; DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA; MERCADOS; FINANÇAS; POLÍTICA; ÁFRICA; MARROCOS; MÉXICO; TURQUIA; FILIPINAS; PORTUGAL; AMÉRICA LATINA; CARAÍBAS; ITÁLIA; GRÉCIA; ÁFRICA SUBSARIANA; MALI; SENEGAL; REMESSA;

REGISTO 025145 **COTA 14153**

OECD – *Modernising government: the way forward*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01049-1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; REESTRUTURAÇÃO; EMPREGO;

REGISTO 025645 **COTA 14196**

OECD – *National treatment for foreign-controlled enterprises*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01290-7

EMPRESAS; CONTROLO; ESTRANGEIRO; ARGENTINA; AUSTRÁLIA; ÁUSTRIA; BÉLGICA; BRASIL; CANADÁ; CHILE; REPÚBLICA CHECA; DINAMARCA; ESTÓNIA; FINLÂNDIA; FRANÇA; ALEMANHA; GRÉCIA; HUNGRIA; ISLÂNDIA; IRLANDA; ISRAEL; ITÁLIA; JAPÃO; COREIA DO SUL; LETÓNIA; LITUÂNIA; LUXEMBURGO; MÉXICO; HOLANDA; NOVA ZELÂNDIA; NORUEGA; POLÓNIA; PORTUGAL; ROMÉLIA; ESLOVÁQUIA; ESLOVÉNIA; ESPANHA; SUÉCIA; SUÍÇA; TURQUIA; REINO UNIDO; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA;

REGISTO 025257 **COTA 14163**

OECD – *New Zealand: OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01194-3

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; MACROECONOMIA; FINANÇAS PÚBLICAS; COMPETITIVIDADE; PRODUTIVIDADE; ECONOMIA. Crescimento; MERCADO DE TRABALHO; INDICADORES ECONÓMICOS; NOVA ZELÂNDIA;

REGISTO 025449 **COTA 14191**

OECD – *Norway: OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01294-X

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; NORUEGA;

REGISTO 024397 **COTA 14133**

OECD – *OECD communications outlook: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00950-7

COMUNICAÇÕES; TELECOMUNICAÇÕES; TECNOLOGIAS; DESENVOLVIMENTO;
PERSPECTIVAS;

REGISTO 024393**COTA 14130**

OECD – OECD E-government studies: Norway. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01067-X

ADMINISTRAÇÃO; ELECTRÓNICA; PLANEAMENTO; LIDERANÇA; ESTUDOS;
NORUEGA;

REGISTO 025724**COTA 14206**

OECD – OECD economic globalisation indicators: 2005. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01238-9

ECONOMIA; MERCADO FINANCEIRO; INVESTIMENTO; EMPRESAS MULTI-
NACIONAIS; TECNOLOGIA; DADOS;
GLOBALIZAÇÃO

REGISTO 024394**COTA 14131**

OECD – OECD e-government studies: Mexico. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01071-8

ADMINISTRAÇÃO; ELECTRÓNICA; PLANEAMENTO; LIDERANÇA; ESTUDOS; MÉXICO;

REGISTO 025392**COTA 14182**

OECD – OECD in figures: statistics on the member countries. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01304-0

POLÍTICA ECONÓMICA; ESTATÍSTICA; OCDE;

REGISTO 024342**COTA 14107**

OECD – OECD regions at a glance. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01863-8

REGIÕES; CONCENTRAÇÃO; BALANÇOS; QUALIDADE DE VIDA; DADOS;
CRESCIMENTO ECONÓMICO;

- REGISTO 025269** **COTA 14172**
OECD – *OECD science, technology and industry scoreboard: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-01055-6
CIÊNCIA; INDÚSTRIA; TECNOLOGIA; PATENTES; RECURSOS HUMANOS;
- REGISTO 025416** **COTA 14187**
OECD – *OECD statistics catalogue: 2006*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
CATÁLOGOS DE VENDA DE LIVROS; PERIÓDICOS; BASE DE DADOS;
INTERNET; CDROM
- REGISTO 025461** **COTA 14195**
OECD – *Oslo manual: guidelines for collecting and interpreting innovation data: the measurement of scientific and technological activities*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), Eurostat, 2005
ISBN 92-64-01308-3
TECNOLOGIAS;
- REGISTO 025448** **COTA 14190**
OECD – *Performance based: standards for the road sector*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-821-2337-5
SECTORES; TRANSPORTES RODOVIÁRIOS; NORMAS; NORMAS. Aplicação;
- REGISTO 024331** **COTA 14087**
OECD – *Pisa 2003: technical report*. Paris: OECD, 2005
ESTUDANTES; ESCOLAS; QUESTIONÁRIOS. Inquiridos sociais; ENSINO;
EDUCAÇÃO; POLÍTICA; DESENVOLVIMENTO; CULTURA; BASE DE DADOS
- REGISTO 025146** **COTA 14154**
OECD – *Policy coherence for development: promoting institutional good practice*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-10854-8
DESENVOLVIMENTO; POLÍTICA; REFORMAS; LIDERANÇA; INSTITUIÇÕES;

- REGISTO 025657** **COTA 14201**
 OECD – *Policy coherence towards East Asia: development challenges for OECD countries*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
 ISBN 92-64-01442-X
 DESENVOLVIMENTO; DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; MACROECONOMIA; REFORMAS ECONÓMICAS; LIBERALIZAÇÃO; MERCADO FINANCEIRO; POBREZA; POLÍTICA AGRÍCOLA; POLÍTICA AMBIENTAL; INTEGRAÇÃO ECONÓMICA; COOPERAÇÃO; MIGRAÇÕES; TRABALHADORES; ÁSIA; COREIA; ÁSIA DO SUL; ÁSIA CENTRAL; AMÉRICA LATINA;
- REGISTO 024662** **COTA 14146**
 OECD – *Promoting adult learning*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
 ISBN 92-64-01092-0
 ENSINO; ADULTOS; FINANCIAMENTO; POLÍTICA;
- REGISTO 025648** **COTA 14199**
 OECD – *Reforming the insurance market in Russia*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
 ISBN 92-64-01118-8
 MERCADOS; SEGUROS; REGULAMENTOS; REGRAS; ASSOCIAÇÕES; ASSOCIAÇÕES TRANSNACIONAIS; RECOMENDAÇÕES; RÚSSIA;
- REGISTO 024664** **COTA 14145**
 OECD – *Russia: building rules for the market*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
 ISBN 92-64-01122-6
 REGRAS; REGULAMENTOS; SERVIÇOS PÚBLICOS; POLÍTICA; RÚSSIA;
- REGISTO 025256** **COTA 14162**
 OECD – *Slovak Republic: OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
 ISBN 92-64-01267-2
 ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; ESTRATÉGIA; MOBILIDADE; TRABALHO; MERCADO DE TRABALHO; SECTOR PÚBLICO; INVESTIMENTOS; ESLOVÁQUIA;
 ZONA EURO

REGISTO 025732 **COTA 14216**

OECD – *Statistics, knowledge and policy: key indicators to inform decision making*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-00900-0

ESTATÍSTICA; POLÍTICA; DESENVOLVIMENTO; INDICADORES ECONÓMICOS; PRODUTIVIDADE; CONTAS NACIONAIS; AMBIENTE; INFORMAÇÃO (SOCIEDADE DE); SERVIÇOS PÚBLICOS; BANCOS; SOCIEDADE CIVIL; MERCADO FINANCEIRO;

REGISTO 024396 **COTA 14132**

OECD – *Sweden: OECD economic surveys: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01153-6

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; SUÉCIA;

REGISTO 024383 **COTA 14121**

OECD – *Tajikistan: fighting corruption in trnsition economies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01079-3

CORRUPÇÃO; COMBATES; ECONOMIA; POLÍTICA INTERNACIONAL; CRIMINALIDADE; IMUNIDADES; TAJIQUISTÃO;

REGISTO 025723 **COTA 14207**

OECD – *Taxing working families: a distributional analysis*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01320-2

TAXAS; IMPOSTOS; FAMÍLIAS; FAMÍLIA. Política; AUSTRÁLIA; ÁUSTRIA; BÉLGICA; CANADÁ; REPÚBLICA CHECA; DINAMARCA; FINLÂNDIA; FRANÇA; ALEMANHA; GRÉCIA; HUNGRIA; ISLÂNDIA; IRLANDA; ITÁLIA; JAPÃO; COREIA; LUXEMBURGO; MÉXICO; HOLANDA; NOVA ZELÂNDIA; NORUEGA; POLÓNIA; PORTUGAL; ESLOVÁQUIA; ESPANHA; SUÉCIA; SUÍÇA; TURQUIA; REINO UNIDO; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA;

REGISTO 025259 **COTA 14165**

OECD – *Trade and structural adjustment: embracing globalisation*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01096-3

ECONOMIA; POLÍTICA ECONÓMICA; COMÉRCIO; ESTRUTURA DA ECONOMIA; AGRICULTURA; PESCA; TÊXTEIS; AÇO; NAVEGAÇÃO; VEÍCULOS; SAÚDE; SISTEMAS;

REGISTO 025725**COTA 14209**

OECD – *Trade that benefits the environment and development: opening markets for environmental goods and services*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-03577-X

BENS; SERVIÇOS; AMBIENTE; COMÉRCIO; LIBERALIZAÇÃO; NEGOCIAÇÕES; APEC (ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION)

REGISTO 024382**COTA 14120**

OECD – *Ukraine: fighting corruption in transition economies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01081-5

CORRUPÇÃO; COMBATES; ECONOMIA; POLÍTICA INTERNACIONAL; CRIMINALIDADE; IMUNIDADES; UCRÂNIA;

REGISTO 025258**COTA 14164**

OECD – *Why fish piracy persists: the economics of illegal, unreported and unregulated fishing*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN92-64-01087-4

PESCA; PESCARIA; PIRATARIA; LUTA; PREVENÇÃO; ECONOMIA; INCENTIVOS; ACTIVIDADES;

REGISTO 016964**COTA 14152**

OECD = OCDE – *Canada: ageing and employment policies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01244-3

TRABALHO; MERCADO DE TRABALHO; PESSOAS DE IDADE; POLÍTICA; EMPREGO; CANADÁ;

REGISTO 025647**COTA 14198**

OECD = OCDE – *Denmark: ageing and employment policies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01415-2

POLÍTICA; TRABALHO; EMPREGO; PESSOAS DE IDADE; DINAMARCA;

- REGISTO 025274** **COTA 14173**
OECD = OCDE – *France: ageing and employment policies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-00846-2
POLÍTICA; TRABALHO; EMPREGO; MERCADOS; TRABALHADORES; PESSOAS DE IDADE; FRANÇA;
- REGISTO 025646** **COTA 14197**
OECD = OCDE – *Germany: ageing and employment policies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-01273-7
POLÍTICA; TRABALHO; EMPREGO; PESSOAS DE IDADE; ALEMANHA;
- REGISTO 024333** **COTA 14104**
OECD = OCDE – *Insurance statistics yearbook: 1994-2003*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-01701-1
SEGUROS; ESTATÍSTICA; ANUÁRIOS;
- REGISTO 024668** **COTA 14143**
OECD = OCDE – *Labour force statistics: 1984-2004*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-01271-0
TRABALHO; POPULAÇÃO; POPULAÇÃO. Estatística; EMPREGO; DESEMPREGO;
- REGISTO 024717** **COTA 14149**
OECD = OCDE – *Netherlands: ageing and employment policies*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-01208-7
TRABALHO; MERCADO DE TRABALHO; PESSOAS DE IDADE; POLÍTICA; EMPREGO; HOLANDA;
- REGISTO 025266** **COTA 14170**
OECD = OCDE – *Revenue statistics: 1965-2004: special feature: tax revenues in Argentina, Russia and South Africa*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-01284-2
RECEITAS; FINANÇAS; ESTATÍSTICA;

- REGISTO 024353** **COTA 14103**
OECD = OCDE – *Review of fisheries in OECD countries: country statistics 2001-2003*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-00902-7
PESCA; IMPORTAÇÃO; EXPORTAÇÃO; PESCADORES; EMPREGO;
- REGISTO 025726** **COTA 14210**
OECD = OCDE – *Bank profitability: financial statements of banks: 1994-2003*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-00765-2
BANCOS;
- REGISTO 025664** **COTA 14206**
OECD = OCDE – *International standardisation of fruit and vegetables: strawberries*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-01322-9
FRUTOS. FRUTICULTURA; LEGUMES. Cultura;
- REGISTO 025260** **COTA 14166**
OECD. Centre for Educational Research and Innovation – *Students with disabilities, learning difficulties and disadvantages: statistics and indicators*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-00980-9
ALUNOS; DEFICIENTES; DESIGUALDADES; INDICADORES SOCIAIS; ESTATÍSTICA; DIFICULDADES;
- REGISTO 025284** **COTA 14179**
OECD. Committee on Fiscal Affairs – *Model Tax Convention on Income and on Capital: condensed version 15 July 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-01199-4
CONVENÇÕES INTERNACIONAIS; RECEITAS; FINANÇAS;

REGISTO 024686**COTA 14140**

OECD. ECMT – 50 years of transport research: experience gained and major challenges ahead: introductory reports and summary of discussions. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-821-2333-2

TRANSPORTES; ECONOMIA; INVESTIGAÇÃO; COMPETIÇÃO; REGRAS;

REGISTO 025261**COTA 14167**

OECD. ECMT – National systems of transport infrastructure planning: report of the one hundred and twenty eight round table on transport economics. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-821-2341-3

TRANSPORTES; PLANIFICAÇÃO; SISTEMAS; ALEMANHA; ESPANHA; FRANÇA; ITÁLIA; HOLANDA; REINO UNIDO;

REGISTO 025731**COTA 14215**

OECD. ECMT – Railway reform & charges for the use of infrastructure. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-821-0351-X

TRANSPORTES FERROVIÁRIOS; REFORMA; INFRA-ESTRUTURAS; RECOMENDAÇÕES;

REGISTO 024369**COTA 14111**

OECD, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO) – OECD-FAO: agricultural outlook: 2005-2014. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01018-1

AGRICULTURA;

OCDE; FAO

REGISTO 024386**COTA 14124**

OECD. IEA – Australia: energy policies of IEA countries: 2005 review. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-10933-1

ENERGIA; POLÍTICA; AUSTRÁLIA;

AIE (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA)

- REGISTO 024689** **COTA 14139**
OECD. IEA – Coal information: 2005. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-10895-5
ENERGIA;
AIE (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA); OCDE
- REGISTO 024925** **COTA 14151**
OECD. IEA – The Czech Republic: energy policies of IEA countries. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-10929-3
ENERGIA; POLÍTICA; REPÚBLICA CHECA;
- REGISTO 024691** **COTA 14138**
OECD. IEA – Natural gas information: 2005. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-10899-8
GÁS NATURAL. Exploração;
- REGISTO 025262** **COTA 14168**
OECD. IEA – Resources to reserves: oil & gas technologies for the energy markets of the future. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-10947-1
TECNOLOGIAS; MERCADOS; ENERGIA; FONTES; COMBUSTÍVEIS; TRANSPORTE; AMBIENTE; SEGURANÇA; RESERVAS;
- REGISTO 025659** **COTA 14203**
OECD. IEA – World energy outlook: 2005: Middle East and North Africa insights. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005
ISBN 92-64-10949-8
ENERGIA; MERCADOS; GÁS NATURAL. Exploração; PREÇOS; INVESTIMENTOS; PETRÓLEO; DESENVOLVIMENTO; ELECTRICIDADE; MÉDIO ORIENTE; ÁFRICA DO NORTE;
AIE (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA); OCDE

REGISTO 024402**COTA 14137**

OECD. International Energy Agency – *Electricity information: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-10903-X

ELECTRICIDADE; ENERGIA;

AIE (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA)

REGISTO 025728**COTA 14212**

OECD. International Energy Agency – *Prospects for hydrogen and fuel cells: energy technology analysis*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-10957-9

ENERGIA; PERSPECTIVAS; TECNOLOGIA; HIDROGÊNIO; TRANSPORTE; ARMAZENAMENTO; DISTRIBUIÇÃO;

AIE (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA)

REGISTO 024400**COTA 14135**

OECD. International Energy Agency – *Renewables information: 2005*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-10907-2

ELECTRICIDADE; ENERGIA; PAÍSES; AMÉRICA DO NORTE; PACÍFICO; EUROPA; UE; AUSTRÁLIA; ÁUSTRIA; BÉLGICA; CANADÁ; REPÚBLICA CHECA; DINAMARCA; FINLÂNDIA; FRANÇA; ALEMANHA; GRÉCIA; HUNGRIA; ISLÂNDIA; IRLANDA; ITÁLIA; JAPÃO; COREIA; LUXEMBURGO; MÉXICO; HOLANDA; NOVA ZELÂNDIA; NORUEGA; POLÓNIA; PORTUGAL; ESLOVÁQUIA; ESPANHA; SUÉCIA; SUÍÇA; TURQUIA; REINO UNIDO; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA;

AIE (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA)

REGISTO 025279**COTA 14178**

OECD. International Energy Agency – *Spain: energy policies of IEA countries: 2005 review*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-10931-5

AMBIENTE; DESENVOLVIMENTO; GÁS NATURAL; CARVÃO; ENERGIA; ENERGIAS RENOVÁVEIS; ELECTRICIDADE; TECNOLOGIAS; ESPANHA;

REGISTO 025153 **COTA 14158**

OECD. NEA – *Engineered Barrier Systems (EBS) in the context of the entire safety case*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01313-X

SEGURANÇA; DETRITOS RADIOATIVOS; SISTEMAS;

REGISTO 025402 **COTA 14186**

OECD. Nuclear Energy Agency – *Evolution of the system of radiological protection*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01362-8

ENERGIA NUCLEAR; RADIAÇÕES; RADIOATIVIDADE; PROTECÇÃO;

AEN (AGÊNCIA DE ENERGIA NUCLEAR)

REGISTO 024374 **COTA 14115**

OECD. Nuclear Energy Agency – *NEA sorption project phase II: interpretation and prediction of radionuclide sorption onto substrates relevant for radioactive waste disposal using thermodynamic sorption models*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01206-0

ENERGIA; DETRITOS RADIOATIVOS; TRANSPORTES. Técnica;

AEN (AGÊNCIA DE ENERGIA NUCLEAR)

REGISTO 025400 **COTA 14185**

OECD. Nuclear Energy Agency – *Occupational exposure management at nuclear power plants*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01036-X

RADIAÇÕES; PERIGO; REACTORES; PROTECÇÃO;

AEN (AGÊNCIA DE ENERGIA NUCLEAR)

REGISTO 024378 **COTA 14116**

OECD. Nuclear Energy Agency – *Pellet-clad interaction in water reactor fuels*. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01157-9

ENERGIA; REACTORES; COMBUSTÍVEIS;

REGISTO 025263**COTA 14169**

OECD. Nuclear Energy Agency – Radioactive waste management programmes in OECD/NEA member countries. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01210-9

DETRITOS RADIOACTIVOS; ENERGIA; PROGRAMAS; PAÍSES;

AEN (AGÊNCIA DE ENERGIA NUCLEAR)

REGISTO 025417**COTA 14188**

OECD. Nuclear Energy Agency – Utilisation and reliability of high power proton accelerators. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01380-6

ENERGIA; TECNOLOGIA; TESTES;

REGISTO 025451**COTA 14193**

OECD – International standardisation of fruit and vegetables: beans. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01327-X

FRUTOS. FRUTICULTURA; LEGUMES. Cultura;

REGISTO 025452**COTA 14194**

OECD – International standardisation of fruit and vegetables: cultivated mushrooms. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01324-5

FRUTOS. FRUTICULTURA; LEGUMES. Cultura;

REGISTO 025570**COTA A/59/6/Rev.1**

ONU. Assemblée Générale – Plan-programme bienal et priorités pour la période 2006-2007. New York: ONU, 2005

ASSEMBLEIA GERAL; CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL; CONFERÊNCIAS; PLANIFICAÇÃO; OBJECTIVOS; PROGRAMAS;

POLÍTICA; DESARMAMENTO; MANUTENÇÃO; PAZ; MISSÕES; ESPAÇO EXTERIOR; ACTOS JURÍDICOS; ECONOMIA; PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO; COMÉRCIO; DESENVOLVIMENTO; AMBIENTE; DROGAS; CRIMES;

REGISTO 025568**COTA A/60/37**

ONU. Assemblée Générale – Rapport du Comité spécial créé par la résolution 51/210 de l'Assemblée Générale en date du 17 décembre 1996: neuvième session 28 mars-1er avril 2005. New York: ONU, 2005

DOCUMENTOS; RECOMENDAÇÕES; CONVENÇÕES. Direito; TERRORISMO; NUCLEAR; REPRESSÃO;

REGISTO 025559**COTA E/2005/26; E/CN.5/2005/7**

ONU. Conseil Économique et Social – Commission du Développement Social: rapport sur les travaux de la quarante-troisième session: 20 février 2004 et 9-18 février 2005. New York: ONU, 2005

ONU; DOCUMENTOS; RELATÓRIO. Forma de publicação; COMISSÕES; DESENVOLVIMENTO SOCIAL;

REGISTO 008374**COTA 339.12(047)-A{16}**

ONU. PNUD – Relatório do desenvolvimento humano 2005: cooperação internacional numa encruzilhada: ajuda, comércio e segurança num mundo desigual. Lisboa: PNUD, 2005

ISBN 972-8920-17-2

DESENVOLVIMENTO HUMANO; DESENVOLVIMENTO SOCIAL; AJUDA HUMANITÁRIA; AJUDA FINANCEIRA; COOPERAÇÃO INTERNACIONAL; COMÉRCIO INTERNACIONAL; CONFLITOS; CONFLITOS INTERNACIONAIS; FINANCIAMENTO; RECURSOS; INDICADORES SOCIAIS; INDICADORES ECONÓMICOS; SEGURANÇA; SEGURANÇA SOCIAL; COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO; AJUDA AO DESENVOLVIMENTO; OMC; MILÉNIO

REGISTO 025338**COTA 339.12(047)-A**

ONU. UNFPA – A situação da população mundial 2005: a promessa de igualdade: equidade em matéria de género, saúde reprodutiva e objectivos de desenvolvimento do milénio. New York: ONU. UNFPA, 2005

ISBN 0-89714-750-2

DESENVOLVIMENTO; POPULAÇÃO; INVESTIMENTOS; ESTRATÉGIA; DIREITOS DO HOMEM; DIREITOS FUNDAMENTAIS; IGUALDADE; POBREZA; DEMOGRAFIA; POPULAÇÃO. Estudos; SITUAÇÃO SOCIAL; SITUAÇÃO ECONÓMICA; VIOLÊNCIA; MULHERES; JOVENS; INDICADORES SOCIAIS; INDICADORES ECONÓMICOS; OBJECTIVOS; ONU; MILÉNIO

REGISTO 025710**COTA 33(469){68}**

ORDEM DOS ECONOMISTAS – O economista: anuário da economia portuguesa. [Lisboa]: Deloitte & Touche Quality Firm, S.A., 2005

ECONOMIA; ECONOMIA. Conjuntura; ECONOMIA. Desenvolvimento; CONJUNTURA ECONÓMICA; SITUAÇÃO ECONÓMICA; POLÍTICA ECONÓMICA; DÉFICE; ESTADO; REFORMAS SOCIAIS; SEGURANÇA SOCIAL; FUNDOS; CONVERGÊNCIA; COMPETITIVIDADE; EMPRESAS; QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL; TECNOLOGIAS; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; COOPERAÇÃO; PREÇOS; PETRÓLEO; ENERGIA; TURISMO; CONCORRÊNCIA; MERCADOS; DÍVIDAS PÚBLICAS; FINANCIAMENTO; BANCOS; AGRICULTURA; PESCA; JUSTIÇA; POLÍTICA; SAÚDE; PORTUGAL;

REGISTO 025382**COTA F.04.V.6**

UN – *Commission <La> du droit international et son oeuvre*. New York: ONU, 2005

ISBN 92-1-233393-1

COMISSÕES; DIREITO INTERNACIONAL; OBJECTIVOS; ESTRUTURA; ONU;

REGISTO 025381**COTA 04.II.A.14**

UN – *Connected for development: information kiosks and sustainability*. New York: ONU. Information and Communication Technologies Task Force, 2005

ISBN 92-1-104533-9

DESENVOLVIMENTO; INFORMAÇÃO; AMBIENTE; QUIOSQUE; POLÍTICA; ÁFRICA; ÁSIA; AMÉRICA LATINA;

REGISTO 025509**COTA ST/LIB/SER.B/A.67**

UN – *Index to proceedings of the General Assembly: fifty-eighth session: 2003/2004*. New York: ONU, 2005

ISBN 92-1-100969-3

ÍNDICE; DOCUMENTOS; ASSEMBLEIA GERAL; ONU;

REGISTO 025353**COTA 04.II.A.12**

UN – *Information and communication technologies for african development: an assessment of progress and challenges ahead*. New York: ONU. Information and Communication Technologies Task Force, 2005

ISBN 92-1-104531-2

INFORMAÇÃO; COMUNICAÇÃO; TECNOLOGIAS; DESENVOLVIMENTO; ÁFRICA;

- REGISTO 025350** **COTA F.03.V.9**
 UN – Instruments internationaux relatifs à la prévention et à la répression du terrorisme international. New York: ONU, 2005
 ISBN 92-1-233385-0
 PREVENÇÃO; REPRESSÃO; TERRORISMO; CONVENÇÕES INTERNACIONAIS; DECLARAÇÕES; RESOLUÇÕES; CONSELHO DE SEGURANÇA;
- REGISTO 025292** **COTA ST/LEG/SER.E/23**
 UN – Multilateral treaties deposited with the Secretary-General: status as at 31 december 2004. New York: ONU, 2005
 TRATADOS INTERNACIONAIS; CONVENÇÕES INTERNACIONAIS; ACORDOS; ASSINATURA; ADESÃO; RATIFICAÇÃO;
- REGISTO 025379** **COTA 04.II.A.13**
 UN – The role of information and communication technologies in global development: analyses and policy recommendations. New York: ONU. Information and Communication Technologies Task Force, 2005
 ISBN 92-1-104532-0
 INFORMAÇÃO; COMUNICAÇÃO; TECNOLOGIAS; DESENVOLVIMENTO; RECOMENDAÇÕES; POLÍTICA; GOVERNO; RECURSOS HUMANOS; EMPRESAS;
- REGISTO 025572** **COTA E.05.II.C.2**
 UN. Department of Economic and Social Affairs. United Nations Conference on Trade and Development – World economic situation and prospects 2005. New York: ONU, 2005
 ISBN 92-1-109148-9
 ECONOMIA; DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA; CRESCIMENTO ECONÓMICO; COOPERAÇÃO ECONÓMICA; POLÍTICA MONETÁRIA; MUNDO; POLÍTICA FINANCEIRA;
- REGISTO 025609** **COTA ST/ESA/294; A/59/287/Add.1**
 UN. Department of Economic and Social Affairs. Division for the Advancement of Women – 2004: world survey on the role of women in development: women and international migration. New York: ONU, 2005
 ISBN 92-1-130235-8
 MIGRAÇÕES; DESENVOLVIMENTO; MULHERES; POBREZA; FAMÍLIA; REFUGIADOS; TRÁFICO; PESSOAS; SAÚDE; SIDA

REGISTO 025562025349**COTA ST/ESA/SER.A/247**

UN. Department of Economic and Social Affairs. Population Division – *Population, development and HIV/AIDS with particular emphasis on poverty: the concise report*. New York: ONU, 2005

ISBN 92-1-151404-5

POPULAÇÃO; DESENVOLVIMENTO; DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS; POBREZA; MORTALIDADE; FERTILIDADE; MOBILIDADE; PREVENÇÃO; TRATAMENTOS MÉDICOS; DEMOGRAFIA; INDICADORES SOCIAIS;

REGISTO 025562**COTA ST/ESA/SER.A/228**

UN. Department of Economic and Social Affairs. Population Division – *World population monitoring 2003: population, education and development*. New York: ONU, 2005

POPULAÇÃO; DESENVOLVIMENTO; EDUCAÇÃO; FERTILIDADE; MORTALIDADE; MIGRAÇÕES; DADOS;

REGISTO 025624**COTA ST/ESA/STAT/SER.W/12**

UN. Department of Economic and Social Affairs. Statistics Division – *Energy balances and electricity profiles: 2002*. New York: ONU, 2005

ISBN 92-1-061213-2

ESTATÍSTICA; ENERGIA; ELECTRICIDADE; MUNDO;

REGISTO 025571**COTA ST/ESA/STAT/SER.A/232-233**

UN. Department of Economic and Social Affairs. Statistics Division – *Population and vital statistics report*. New York: ONU, 2005

POPULAÇÃO; DEMOGRAFIA; ESTATÍSTICA; RELATÓRIO. Forma de publicação;

REGISTO 025339**COTA ST/ESA/STAT/SER.V/28**

UN. Department of Economic and Social Affairs. Statistics Division – *World statistics pocketbook: containing data available as of 30 November 2004*. New York: ONU, 2005

ISBN92-1-161479-1

ESTATÍSTICA; ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO; INDICADORES ECONÓMICOS; INDICADORES SOCIAIS; AMBIENTE; EDIÇÃO DE BOLSO. Forma de publicação;

REGISTO 024330**COTA E/CN.15/2005/20**

UN. Economic and Social Council – *Commission on Crime Prevention and Criminal Justice: report on the fourteenth session (23-27 May 2005)*. New York: ONU, 2005

CRIMES; PREVENÇÃO; JUSTIÇA; COOPERAÇÃO INTERNACIONAL; RELATÓRIO. Forma de publicação; ONU; COMISSÕES; VÍTIMAS; TESTEMUNHAS;

REGISTO 025341 **COTA ST/SG/SER.A/293**

UN. Executive Office of the Secretary-General Protocol and Liaison Service – Permanent missions to the United Nations: no. 293, March 2005. New York: ONU, 2005
MISSÕES PERMANENTES; ONU;

REGISTO 025618 **COTA A/60/21**

UN. General Assembly – Committee on information: report on the twenty-seventh session 18 April-3 May 2005. New York: ONU, 2005
ASSEMBLEIA GERAL; RESOLUÇÕES; RELATÓRIO. Forma de publicação; INFORMAÇÃO; ONU;

REGISTO 025510 **COTA ST/LIB/SER.B/S.41**

UN. Security Council – Index to proceedings of the Security Council: fifty-ninth year: 2004. New York: ONU, 2005
ISBN 92-1-100975-8
DOCUMENTOS; INFORMAÇÕES; CONSELHO DE SEGURANÇA; ONU;

REGISTO 024304 **COTA 338.1-A{1}**

UN. WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION – Sustainable development in the information age: annual report 2004. Geneva: ONU. WMO, 2005
ISBN92-63-10980-X
AMBIENTE; CLIMA; ESTRATÉGIA; DESENVOLVIMENTO; CATÁSTROFES NATURAIS;
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; OZONO (CAMADA DO); OMM (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE METEOROLOGIA)

REGISTO 025464 **COTA 327{151}**

UNESCO – Actes de la Conférence internationale sur le dialogue interculturel et la culture de la paix en Afrique Centrale et dans la région des Grands Lacs. Paris: UNESCO, 2005
POLÍTICA CULTURAL; POLÍTICA INTERNACIONAL; PATRIMÓNIO; CULTURA; RELAÇÕES CULTURAIS; PLURALIDADE; RELIGIÃO; TRADIÇÃO; CONFLITOS; CONFLITOS INTERNACIONAIS; CONFLITOS (RESOLUÇÃO DE); CONFLITOS (PRE-

VENÇÃO DE); PAZ; PODER; ESTABILIDADE; CIDADANIA; DIREITOS DO HOMEM; DIREITOS FUNDAMENTAIS; DEMOCRACIA; ÁFRICA CENTRAL; DIVERSIDADE; ETNIAS; GRANDES LAGOS (REGIÃO DOS)

REGISTO 025465**COTA 327{150}**

UNESCO – The International symposium on “Dialogue among cultures and civilizations”. Paris: UNESCO, 2005

CULTURAS; CIVILIZAÇÕES; POLÍTICA INTERNACIONAL; RELAÇÕES INTERNACIONAIS; RELAÇÕES POLÍTICAS; RELAÇÕES CULTURAIS; DIVERSIDADE; GLOBALIZAÇÃO

REGISTO 025393**COTA 14183**

UNESCO. INSTITUTE FOR STATISTICS, OECD – Education trends in perspective: analysis of the world education indicators. Paris: Organisation de Coopération et Développement Economique (OCDE), 2005

ISBN 92-64-01360-1

EDUCAÇÃO; PERSPECTIVA; PARTICIPAÇÃO; FONTES; ARGENTINA; BRASIL; CHILE; CHINA; EGÍPTO; ÍNDIA; INDONÉSIA; JAMAICA; JORDÂNIA; MALÁSIA; PARAGUAI; PERU; FILIPINAS; RÚSSIA; SRI LANKA; TAILÂNDIA; TUNÍSIA; URUGUAI; ZIMBABWE (Ex-RODÉSIA DO SUL);

RECURSOS HUMANOS; DEMOGRAFIA; INFRA-ESTRUTURAS; INVESTIMENTOS;

REGISTO 025388**COTA 341.123{103}**

UNITED NATIONS – United Nations handbook: 2005/2006: an annual guide for those working with and within the United Nations. New York: ONU, 2005

ISBN 0-477-03789-5

ONU; ASSEMBLEIA GERAL; CONSELHO DE SEGURANÇA; CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL; TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA (TIJ); SECRETARIADO; AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS; ESTRUTURA; ORÇAMENTO;

REGISTO 024967**COTA 930.9(084.4)-A{3}**

Atlas da história mundial. Barcelona: Editorial Sol, 2005

ISBN84-9820-075-X

ATLAS; HISTÓRIA; HISTÓRIA UNIVERSAL; HISTÓRIA ANTIGA; HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA; HISTÓRIA MODERNA;

REGISTO 024858**COTA 33(469){67}**

Empresas portuguesas e mercados lusófonos: acesso a fontes de financiamento multilateral. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico, 2005

ISBN 972-672-962-9

EMPRESAS; MERCADOS; FINANCIAMENTO; ECONOMIA; ECONOMIA. Conjuntura; INTEGRAÇÃO ECONÓMICA; ESTRATÉGIA; DESENVOLVIMENTO; DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA; COOPERAÇÃO INTERNACIONAL; ANGOLA; CABO VERDE; GUINÉ-BISSAU; MOÇAMBIQUE; SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE; TIMOR-LESTE; BRASIL; PORTUGAL;

INSTITUIÇÕES; FUNDOS; PALOP'S; LUSOFONIA

REGISTO 025632**COTA 323(469){59}**

O Partido Socialista e a democracia. Oeiras: Celta Editora Ld.ª, 2005

ISBN 972-774-210-6

SOCIALISTAS. Política; SOCIALISMO; PARTIDOS POLÍTICOS; PROGRAMAS; PARTIDOS DA OPOSIÇÃO; RESISTÊNCIA; HISTÓRIA; POLÍTICA; POLÍTICA (EVOLUÇÃO); POLÍTICA INTERNA; DEMOCRACIA; PORTUGAL

REGISTO 024149**COTA 946.9{62}**

Portugal visto pelos nazis: documentos 1933-1945. Lisboa: Fim de Século, 2005

ISBN 972-754-232-8

HISTÓRIA; GUERRA MUNDIAL 1939-1945; RELAÇÕES BILATERAIS; RELAÇÕES POLÍTICAS; RELAÇÕES ECONÓMICAS; ARMAS; ARMAMENTO; OURO; VOLFRÂMIO; EXPORTAÇÃO; IMPORTAÇÃO; MERCADOS; ALEMANHA; PORTUGAL;

NAZISMO; OURO NAZI; ESTADO NOVO PORTUGUÊS

REGISTO 024843**COTA 341.176(4)(CEE){293}**

Portugal, Espanha e a integração europeia: um balanço. Lisboa: Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais, 2005

ISBN 972-671-149-5

INTEGRAÇÃO; INTEGRAÇÃO ECONÓMICA; INTEGRAÇÃO POLÍTICA; INTEGRAÇÃO SOCIAL; DEMOCRACIA; SOCIEDADE CIVIL; SOCIEDADE; POLÍTICA INTERNA; POLÍTICA COMUNITÁRIA; ESTABILIDADE; POLÍTICA ECONÓMICA; PIB (PRODUTO INTERNO BRUTO); MERCADO DE TRABALHO; ADESÃO; UE; ESPANHA; PORTUGAL;

UEM (UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA); ALARGAMENTO

REGISTO 003248

COTA 327(469){49}

Visões de política externa portuguesa: ciclo de conferências-debate organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em colaboração com o Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 2005

ISBN 972-98963-4-8

POLÍTICA EXTERNA; RELAÇÕES POLÍTICAS; DIPLOMACIA; ECONOMIA; FORÇAS ARMADAS; PORTUGAL;

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS; UE; NATO; AMÉRICA DO NORTE; AMÉRICA DO SUL; AMÉRICA CENTRAL; ÁFRICA; EUROPA; ORIENTE; ESPANHA; CHINA.**NE**

Arquivo Histórico-Diplomático



Breve Historial A HISTÓRIA DO Arquivo Histórico-Diplomático (AHD) está naturalmente ligada à génese e evolução orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), dado que se trata do Arquivo da instituição, vocacionado para acolher todo o espólio documental por ela produzido.

Na sequência da reorganização da administração pública que teve lugar na primeira metade do século XVIII, foi criada, por Alvará de 28 de Julho de 1736, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sendo esta data geralmente referida como a da criação do MNE. Juntos se mantiveram os “negócios estrangeiros” e os da “guerra” até que, pela Carta de Lei de 12 de Junho de 1822, se separam as duas competências, dando origem a Secretarias de Estado distintas. Surge, assim autonomizada, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Durante todo o século XIX e mais de metade do século XX, o Arquivo e a Biblioteca figuraram como um único departamento nas orgânicas do Ministério. Considerados serviços “privativos” da instituição, as suas funções tinham objectivos meramente administrativos.

A utilização do Arquivo do MNE com fins de investigação histórica foi pela primeira vez contemplada na efémera Orgânica de 1921 (não vigorou), mas esses objectivos só foram realmente efectivados com a Orgânica de 1965, a qual estabeleceu a possibilidade de acesso dos investigadores aos fundos históricos e reconheceu a necessidade de garantir serviços de acolhimento do público.

Com a reorganização do Ministério de 1986, o Arquivo e a Biblioteca adquiriram autonomia, tornando-se Divisões com chefias próprias. Entretanto, na sequência da adesão de Portugal à CEE, o MNE reconheceu a necessidade de liberalizar as condições de acesso à documentação do seu Arquivo, até aí muito restritivas, aproximando-as da prática dos Países-Membros e das Instituições Comunitárias. Em 1987 é publicado o primeiro Regulamento do Arquivo, no qual se estipulou a regra dos 30 anos para abertura ao público e se criou a Comissão de Selecção e Desclassificação, órgão com competências de decisão em matéria de acesso à documentação. Foi neste Regulamento que se adoptou a designação

“Arquivo Histórico-Diplomático” para passar a referir o até então denominado Arquivo-Geral do MNE. Com a liberalização do acesso aos fundos documentais o AHD ganha uma dinâmica própria, registando as suas estatísticas um crescimento exponencial de mais de 1.000% no que respeita ao atendimento de investigadores.

A Documentação Diplomática e os Fundos do AHD Infelizmente a documentação diplomática sofreu, ao longo dos tempos, várias perdas e dispersões. A documentação herdada e produzida pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, nos seus primeiros anos de existência, desapareceu quase por completo no terramoto de Lisboa de 1755. Depois de 1756 verificaram-se várias mudanças de instalações da Secretaria de Estado, que se traduziram em alguns abandonos, extravios e dispersões documentais. A separação das Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1822, e conseqüentemente a dos respectivos arquivos (tarefa nem sempre óbvia), justifica a existência de documentos diplomáticos no Arquivo Histórico-Militar.

Durante o século XIX realizaram-se várias transferências de documentação para a Torre do Tombo e em 1950 efectuou-se a denominada “grande transferência”, tendo-se então estabelecido a data de 1850 como limite cronológico da documentação a transferir. Houve, contudo, flexibilidade na aplicação desta regra, não se tendo, em caso algum, desintegrado as unidades arquivísticas. Por outro lado, algumas transferências de arquivos dos serviços externos (Embaixadas e Consulados), realizadas após 1950, incluíram documentação anterior a 1850. Estas duas razões principais explicam a existência de documentação anterior a 1850 no AHD.

Como ficou explícito, o AHD tem por missão principal conservar a documentação produzida pelo próprio MNE. No entanto, o AHD conserva também outra documentação, como sejam espólios, doados ou adquiridos por compra, e acervos herdados de organismos extintos.

Os acervos actualmente conservados no AHD perfazem cerca de 6.500 metros lineares. Os seus principais fundos/subfundos e colecções são os seguintes:

FUNDO MNE:

- Subfundo Secretaria de Estado (ca. 1801-1985; séries completas a partir de 1850): documentação produzida pelos diversos serviços internos do MNE;
- Subfundos serviços externos (ca. 1812-1987): documentação produzida pelas Legações/Embaixadas, pelas Representações/Missões junto de organismos internacionais e pelos Consulados/Vice-Consulados;

- Coleção de Tratados (ca. 1839-2006): originais e cópias certificadas dos Actos internacionais subscritos por Portugal e respectivos instrumentos de ratificação/adesão;
- Coleção de relatórios e monografias (ca. 1922-1966): relatórios anuais e monografias apresentadas nos concursos para Conselheiros, realizados pelos funcionários diplomáticos.

ESPÓLIOS

Documentos particulares e outras espécies, pertencentes a diplomatas, ministros, políticos, etc., adquiridos por doação ou por compra (ca. 1756-2000).

ORGANISMOS EXTINTOS

Documentação herdada pelo MNE na sequência da extinção de órgãos e departamentos da administração central do Estado (ca. 1950-1975).

Actual Enquadramento Orgânico do AHD e suas Competências Nos termos da actual Lei Orgânica do MNE, o Arquivo Histórico-Diplomático é uma Direcção de Serviços dependente do Instituto Diplomático.

Muito embora a sua designação, o Arquivo Histórico-Diplomático não cumpre apenas funções de arquivo definitivo (=histórico), estando-lhe também atribuídas competências de intervenção a nível dos arquivos correntes, bem como as de gestão do arquivo intermédio. Estas atribuições estão consignadas no Decreto-Lei n.º 285/97, de 22 de Outubro, e pormenorizadamente descritas na Portaria n.º 457/2001, de 8 de Maio, que aprova o Regulamento do AHD, nos termos dos quais lhe compete:

- Orientar tecnicamente os arquivos correntes dos serviços do Ministério;
- Controlar e calendarizar as transferências e incorporações documentais;
- Gerir o arquivo intermédio, compreendendo:
 - . a salvaguarda do segredo da documentação classificada;
 - . a adequada preservação dos documentos e a correcta gestão dos espaços disponíveis para o efeito;
 - . a organização e descrição dos fundos documentais tendo em conta os interesses dos serviços produtores/remetentes;
 - . a microfilmagem de substituição da documentação considerada sem valor permanente, mas indispensável do ponto de vista técnico-arquivístico;
 - . a eventual eliminação dos documentos considerados sem interesse permanente;
 - . a satisfação das requisições internas de documentação.

- Gerir o arquivo definitivo, compreendendo:
 - . a preservação das espécies documentais, através das adequadas medidas preventivas, do restauro e da microfilmagem de conservação e segurança;
 - . a organização e descrição dos fundos tendo em conta os interesses da investigação;
 - . a manutenção da inviolabilidade do segredo da documentação classificada;
 - . o atendimento do público investigador;
 - . a difusão da documentação do arquivo através de publicações, exposições, etc..

A atribuição de prazos às três etapas do ciclo de vida dos documentos, associados à definição do que é um arquivo corrente, intermédio ou definitivo/histórico, é convencional e determinada por razões de ordem prática. Compete sempre aos serviços produtores determinar os prazos de utilidade administrativa imediata da documentação acumulada na prossecução da sua actividade (arquivos correntes) e propor a transferência para o AHD da documentação que perdeu essa utilidade (arquivo intermédio). Por último, convencionou-se considerar histórica aquela documentação que, decorridos 30 anos após a sua produção, se reconhecesse de valor arquivístico permanente, justificando uma conservação definitiva. Este prazo dos 30 anos está, por sua vez, intimamente ligado à regra geral de disponibilização à consulta pública, seguida pelas Instituições e Países-Membros da UE.

Em estreita ligação com AHD funciona a Comissão de Selecção e Desclassificação (CSD), cujo secretariado é assegurado pela Directora do AHD, nos termos do Decreto-Lei n.º 285/97, de 22 de Outubro e da Portaria n.º 896/2004, de 22 de Julho, que aprova o Regulamento da CSD. Acrescem, pois, às atribuições gerais do AHD as que lhe advêm por força desta ligação.

Funções Básicas do AHD As funções básicas do AHD, tal como as de qualquer outro arquivo, resumem-se às seguintes:

- recolha/aquisição
- conservação
- organização/descrição
- comunicação
- divulgação

Na sua função de **recolha/aquisição** cabe referir que o AHD recolhe e/ou adquire documentação (e outro material) por três formas fundamentais: por incorporação de remessas dos serviços internos e externos do MNE, por doação ou por compra (em leilão ou alfarrabista).

No que respeita à incorporação de documentação dos serviços do MNE, o AHD viu-se forçado, dada a superlotação dos seus depósitos, a suspender as remessas, a partir de 1989, o que se traduz numa cessão temporária das suas funções de arquivo intermédio. Exceptuam-se, no entanto, desta restrição os originais e as cópias certificadas dos Actos internacionais subscritos por Portugal, bem como os instrumentos de ratificação ou adesão, dos quais o AHD é fiel depositário, e cuja remessa é obrigatória e contínua, nos termos do seu Regulamento. O AHD abre ainda algumas outras excepções às restrições de remessa, sempre que se trate de documentação de particular interesse que importe de imediato salvaguardar, e desde que o volume documental em causa permita a sua incorporação.

Dada a impossibilidade de recolha no AHD, os serviços do MNE, sobretudo os externos, passaram, também eles, a confrontar-se com graves e crescentes problemas de espaço, situação que levou o MNE a realizar, em 2004, um “Contrato de Depósito” com a *Keep-it-Safe*, empresa especializada em custódia documental, localizada no Bombarral, para cujos armazéns foram já transferidos arquivos de vários Postos e também alguns acervos de departamentos da Secretaria de Estado (Ver lista em Anexo).

Directamente ligada à função de recolha, e ao problema da falta de espaço, está a necessidade de conservar apenas o que realmente interessa e pelo prazo estritamente necessário. Assim, reconhecendo-se que nem toda a documentação produzida pelos Consulados e Secções Consulares das Embaixadas possui valor arquivístico que justifique a sua conservação permanente, contrataram-se, em 2003, os serviços de uma empresa especializada – a *Arquivarius* – para a elaboração de um Regulamento que estabelecesse um novo “Plano de Classificação” para aplicação obrigatória em todos os Postos, e uma “Tabela de Avaliação/Seleção” que definisse prazos de conservação documental. Em 2004 ficou concluído o “Regulamento de Arquivo dos Postos Consulares e das Secções Consulares das Embaixadas”, o qual foi aprovado em 2005. Em Janeiro do corrente ano deu-se início à aplicação do “Regulamento”, o qual se encontrará em fase de teste durante o 1.º semestre.

No que respeita a aquisições, é de referir que o AHD conserva já um número significativo de Espólios, sobretudo de antigos diplomatas, doados pelos próprios ou pelos seus herdeiros, ou comprados em leilão ou alfarrabistas. A última doação

foi a do “Arquivo Político e Diplomático do Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral, relativo ao período de desempenho das funções de Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas”, realizada em Julho de 2004. Por sua vez, a última aquisição por compra foi a do “Cartório de Francisco José de Horta Machado, relativo ao período em que foi Ministro Plenipotenciário em S. Petersburgo (1779-1800), realizada à Livraria Histórica Ultramarina em Dezembro de 2004.

O cumprimento da função **conservação** é uma das principais preocupações do AHD, sobretudo porque as actuais instalações não reúnem as melhores condições ambientais para a boa preservação das espécies documentais.

Neste âmbito, o AHD tem vindo a desenvolver um programa sistemático de microfilmagem e digitalização de conservação e segurança do denominado “Núcleo Antigo”, o qual integra a documentação do século XIX.

Com o mesmo objectivo de preservação, o AHD tem promovido o correcto acondicionamento das espécies documentais, através da aquisição de material adequado e mobiliário específico.

Tendo em vista a conservação do seu espólio cinematográfico, realizou-se, em Outubro de 2002, um “Acordo de Depósito” com a Cinemateca Portuguesa, na sequência do qual o AHD depositou já vários filmes, recebendo da Cinemateca as respectivas reproduções em vídeo.

No que respeita à preservação do seu acervo fotográfico, o AHD mantém negociações com a “Divisão de Documentação Fotográfica” (DDF) do “Instituto Português de Museus” (IPM) para a celebração de um “Protocolo de cooperação”, cuja concretização se prevê para muito breve.

O AHD tem vindo também a desenvolver um programa de restauro, realizando, para o efeito, inspecções periódicas aos fundos para levantamento das necessidades de intervenção e estabelecimento de prioridades. Em resultado deste programa encontram-se já restaurados vários processos e conjuntos documentais que se encontravam ameaçados de degradação.

Directamente relacionado com a necessidade de preservar, e também com a de recolher, está o projecto de recuperação do complexo do “Mosteiro do Sacramento”, destinado a albergar as futuras instalações do IDI, incluindo o AHD, Serviço dele dependente. Neste sentido, o AHD delineou já o seu “Programa Preliminar” (com previsão das necessidades para os próximos 50 anos), documento que servirá de base aos projectos arquitectónicos. A dimensão dos futuros depósitos do AHD está prevista para recolher 30.000 metros lineares de documentação. Este projecto

está há muito definido como a 1.^a prioridade do AHD, até porque dele dependem a concretização de outros objectivos, como sejam a recolha documental e o melhoramento das condições de atendimento do público.

As tarefas arquivísticas de **organização e descrição** documentais são, por certo, aquelas que mais dependem de recursos humanos, particularmente de pessoal especializado.

Dada a falta de pessoal especializado, o AHD não tem conseguido dar tratamento arquivístico a todos os fundos acumulados.

Em 2003 foi adquirido o programa “InfoGest/ArqGest”, aplicação informática especialmente concebida para a informatização de instrumentos de descrição arquivística, de acordo com a “Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística”, adoptada pelo “Conselho Internacional de Arquivos” (UNESCO). Depois desta aquisição os Actos internacionais passaram a ser catalogados com recurso à base de dados do sistema.

No que respeita à informatização dos instrumentos de descrição tradicionais já existentes (introdução retrospectiva de dados), não tem sido possível avançar muito, dados os escassos recursos humanos disponíveis.

Todo o trabalho desenvolvido pelo AHD culmina na função de **comunicação**. É essa a sua razão de existir. Só tem sentido recolher, conservar e organizar/descrever, se esse trabalho se tornar útil para satisfazer as necessidades de informação, quer do próprio MNE, quer dos investigadores, quer das várias instituições que se lhe dirigem (utilizadores).

A função comunicação tem, contudo, duas facetas diferenciadas: a comunicação directa, que se concretiza pela disponibilização das fontes primárias aos interessados, sendo a pesquisa realizada pelos próprios; e a comunicação indirecta, na qual os interessados não realizam as pesquisas e delegam essa tarefa no AHD. No que respeita ao utilizador-MNE, a comunicação directa traduz-se na satisfação de requisições dos serviços internos, sendo a documentação deslocada até ao funcionário/serviço que a solicita. Já no que se refere aos utilizadores-investigadores, os pedidos de documentação são satisfeitos na Sala de Leitura, sendo a pesquisa obrigatoriamente presencial. Por outro lado, a comunicação indirecta é a única forma de satisfazer as solicitações dos serviços externos do MNE, bem como as dos investigadores que não podem deslocar-se até às instalações do AHD (sobretudo estrangeiros), ou cujo pedido de informação não justifica essa deslocação. É também esta a forma usual de responder aos pedidos formulados por várias instituições.

O AHD tem procurado manter um alto padrão de satisfação no atendimento dos seus utilizadores, o que tem sido reconhecido por quantos a ele recorrem. Mas, se no que respeita à satisfação de requisições internas e ao atendimento na Sala de Leitura, tem sido mais fácil lidar com a situação, já no que se refere aos serviços de comunicação indirecta, que exigem investigações por parte do AHD, a função tem vindo a revelar crescentes dificuldades, dada a falta de pessoal.

Se, do ponto de vista arquivístico, as funções anteriores se impõem como obrigatórias, já a função de **divulgação** apresenta-se apenas como desejável, uma vez garantida todas as outras. A experiência, contudo, ensina que muitas vezes é necessário alterar as prioridades, face a situações de interesse político-cultural. Assim, o AHD é frequentemente confrontado com a necessidade de concretizar projectos e de preparar eventos que ultrapassam as suas obrigações mais básicas, situações que surgem de forma imprevista e quase sempre com carácter de urgência. Esses desafios fogem, pois, a qualquer planeamento de actividades. O AHD encara essas situações naturalmente, empenhando-se na concretização das iniciativas e envolvendo-se para garantir o seu êxito. Cabem neste âmbito a realização de exposições, homenagens a diplomatas, cerimónias de doações de Espólios, etc..

Na sua função de divulgação é de referir que o AHD tem na “Associação dos Amigos do AHD” uma preciosa “frente” de actuação. Por esse motivo o AHD participa activamente na concretização das suas iniciativas, particularmente na realização das “Conferências do Arquivo”, na atribuição do “Prémio Teixeira de Sampayo” e na publicação de obras. As “Conferências do Arquivo”, iniciadas em 2003, têm por objectivo promover a divulgação de trabalhos de investigação, centrados em temas da política externa portuguesa, baseados na documentação do AHD. Por sua vez, o “Prémio Teixeira de Sampayo”, criado em 2005, destina-se a premiar trabalhos realizados com base em pesquisas das fontes documentais do AHD.

Outras Actividades do AHD Por último, o AHD está envolvido em diversos projectos, uns resultantes de compromissos internacionais, outros de colaborações com instituições portuguesas e estrangeiras, e outros da iniciativa do próprio MNE. A concretização desses projectos traduz-se na prossecução de actividades específicas, que assumem um carácter extraordinário para o AHD.

O AHD tem sob sua responsabilidade a coordenação geral de dois **projectos editoriais**:

- A “Colectânea Documental Conjunta sobre as Relações Luso-Russas, 1722-1918”, projecto que se insere no âmbito da execução do “Protocolo relativo à Preparação de uma Colectânea Conjunta de Documentos Diplomáticos de Arquivo sobre as Relações entre os dois Países”, realizado entre os MNE’s russo e português em 1998. O 1.º volume da Colectânea (1722-1815) foi publicado em finais de 2004. O projecto conta com a orientação científica do Prof. Doutor José Saldanha, subsidiado pelo MNE para o efeito.
- Projecto de publicação de uma obra de referência, provisoriamente denominada “Representantes diplomáticos portugueses no estrangeiro, 1640-2000”, na qual se pretendem listar os chefes das missões diplomáticas portuguesas nos diversos países, com menção do carácter da sua representação e das datas de início e termo de funções. A iniciativa conta com as colaborações do Prof. Doutor José Saldanha (orientador científico do projecto e responsável pelas pesquisas e recolha da informação relativa ao período entre 1834 a 2000) e do Prof. Doutor Tiago Miranda (responsável pelo período entre 1640 a 1834). Ambos os investigadores são subsidiados pelo MNE para o efeito.

O AHD assegura também o apoio arquivístico e logístico ao projecto de publicação de uma obra sobre a história do Consulado de Portugal em Xangai, para o qual o MNE contratou o Prof. Doutor Moisés Silva Fernandes. Este projecto está associado à reabertura do Consulado em Xangai.

O AHD tem responsabilidades de **representação em Grupos/Reuniões internacionais** (formais e informais), bem como de contribuição para os seus projectos:

- Reuniões dos Directores dos Arquivos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Instituições da UE, grupo informal, criado em 1987, que reúne semestralmente, no âmbito das Presidências do Conselho da UE. O AHD tem participado nas Reuniões e contribuído para os projectos do Grupo desde a sua criação, tendo assegurado a realização das Reuniões em Lisboa, em 1992 e em 2000 (Presidências portuguesas).
- Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos (RADI), programa formal aprovado na VIII Cimeira Ibero-Americana, realizada no Porto em 1998. O MNE aderiu ao Programa em 1998, tendo o AHD participado nas suas Reuniões

anuais e contribuído para os respectivos projectos até 2001. A partir desta data, por motivos de contenção orçamental e falta de pessoal, o AHD viu-se forçado a suspender, temporariamente, a sua participação nas Reuniões e as suas contribuições para os projectos do Programa. Entretanto, encontra-se já confirmada a retoma da participação do AHD na RADÍ no decurso de 2006.

- Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Património Documental, grupo formal criado no âmbito da execução do “Protocolo de colaboração na área dos arquivos, entre Portugal e o Brasil, para a microfilmagem de documentação relativa à história comum”, assinado em 1995. O AHD integra a Comissão desde o início das suas actividades, a qual reúne, sem periodicidade certa, alternadamente em Portugal e no Brasil, tendo o AHD participado nessas reuniões. No intervalo entre as Reuniões bilaterais reúne a Secção Portuguesa, em cujos trabalhos o AHD tem também participado.

Importa ainda referir que o AHD mantém e desenvolve laços de **cooperação e colaboração com diversos arquivos e instituições nacionais e estrangeiras**.

No que respeita aos arquivos portugueses o AHD tem uma relação privilegiada com o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), tanto na permuta permanente de informações, como na consultoria técnico-arquivística, como na realização em parceria de exposições e outras iniciativas, como ainda na participação formal daquela instituição no projecto de recuperação do complexo do “Mosteiro do Sacramento”, para só mencionar algumas das principais áreas de cooperação. O AHD mantém também uma estreita cooperação e constante intercâmbio informativo com outros Arquivos cujos fundos se relacionam com os do AHD: Arquivo Histórico-Militar, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Central da Marinha e Arquivo Histórico-Parlamentar.

No que respeita a arquivos estrangeiros, o AHD tem privilegiado as relações com os Arquivos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos Países-Membros da UE e com o Arquivo Histórico do MNE brasileiro no Rio de Janeiro (“Itamaraty”).

A cooperação tem-se alargado, contudo, muito para além dos arquivos, e o AHD tem colaborado com diversas instituições nacionais e estrangeiras em áreas diversificadas, como sejam a microfilmagem e digitalização de documentos, a realização de exposições, o empréstimo de documentação, o desenvolvimento de projectos de investigação, o acolhimento de estagiários curriculares, etc..

DADOS RELATIVOS A 2005

1. RECOLHA/AQUISIÇÃO DOCUMENTAL

1.1 Documentação incorporada no AHD por remessa dos serviços internos e externos do MNE:

- 77 Originais ou cópias certificadas de Actos internacionais subscritos por Portugal e instrumentos de ratificação ou adesão (remetidos por diversos serviços internos);
- 8 Originais de Acordos ou Protocolos institucionais (remetidos por diversos serviços internos);
- 29 Pastas com documentação relativa às negociações e assinatura da Concordata com a Santa Sé, 2000-2005 (remetida pelo DAJ); o conjunto documental inclui documentação do próprio DAJ e documentação da Embaixada de Portugal no Vaticano entregue ao DAJ para depósito no AHD;
- “Livro de Matrícula do Consulado de Portugal em Berlim”, 1944 (remetido pela Embaixada de Portugal em Berlim, que por sua vez o recebeu do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, tendo sido encontrado, por acaso, nos seus Arquivos, desconhecendo-se como e quando ali foi parar);
- Carta do Cardeal Joseph Ratzinger, Decano do Colégio Cardinalício, dirigida a S. Ex.^a o Professor Doutor Freitas do Amaral, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, agradecendo os pêsames apresentados pela morte do Papa João Paulo II, datada do Vaticano, 12 de Abril de 2005 (remetida pela DSE);
- Texto de carta dirigida ao Professor Doutor Aníbal Cavaco Silva, Primeiro-Ministro de Portugal, pelo Presidente dos Estados Unidos da América, George Bush, s.l., 14 de Dezembro de 1992 (remetida pelo GMNECP);
- 1 Volume (encadernado) contendo o Projecto de Lei dos Serviços Externos, o Projecto de Regulamento dos Serviços Externos, o Projecto de Regulamento dos Consulados Honorários e o Projecto de Decreto criando a Inspeção-Geral dos Serviços Externos, elaborados por Armando Martins, 1961 (remetido pela IDC);

1.2 Transferências para os armazéns da *Keep-it-Safe*:

- Transferência de documentação do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, 1987-1998, num total de 383 pastas, realizada em 27/04/2005;

- Aprovação de nova lista de prioridades de transferências de mais seis Postos:
 - . Embaixada em Caracas – 2 m³
 - . Embaixada no México – 4 m³
 - . Embaixada em Pequim – 3 m³
 - . Missão Permanente ONU – Nova Iorque – 52 m³
 - . Delegação UEO (à guarda da DELNATO) – 1,5 m³
 - . Consulado em Porto Alegre – 6,4 m³.

1.3 Doações ao AHD:

- 40 Reproduções de fotografias da Missão Especial de Inquérito Judicial à Província de Moçambique, para investigação das condições do trabalho indígena, 1921 (doadas pelo neto do fotógrafo, o qual foi Secretário da Missão);
- Caneta utilizada na assinatura, pela parte portuguesa, do Tratado de Adesão de Portugal e Espanha à CEE, 1985 (doada pelo Embaixador Pinto da França que, em documento de entrega, conta a história).

2. AVALIAÇÃO/SELECÇÃO DOCUMENTAL

- Aprovação do “Regulamento de Arquivo dos Postos Consulares e das Secções Consulares das Embaixadas” por despacho de S. Ex.^a o Ministro de 27/06/2005;
- Remessa de Circular aos Postos, em 11/10/2005, transmitindo instruções para aplicação do “Regulamento” a partir de 2 de Janeiro de 2006.

3. PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO

3.1 Preservação do espólio cinematográfico

- Depósito na Cinemateca dos seguintes filmes:
 - . “Portugal, Dream of Empire – Part Two, Bread and Circuses”, 1970 (?), de Anthony Thomas;
 - . “A Regata Torbay-Cascais”, 1956, de António Lopes Ribeiro.
- Recepção da Cinemateca de cópias em formato VHS dos seguintes filmes depositados:
 - . “Voice of Vintage”, 1949;
 - . “Tin Sardines”, s.d.;
 - . “Le Portugal”, s.d.;
 - . “Portugal, Terre de Lumière”, s.d..

3.2 Preservação do espólio fotográfico

- Negociação de um “Protocolo de cooperação” com a Divisão de Documentação Fotográfica do Instituto Português de Museus (DDF-IPM);
- Depósito temporário na DDF-IPM de duas albuminas de 1896 (em adiantado estado de degradação) com imagens do Consulado de Portugal em Demerara e da Comunidade portuguesa local.

3.3 Restauro

- Limpeza, desacidificação, consolidação e restauro de documentação relativa à “Questão do Zaire e Conferência de Berlim”, 1876-1887.

3.4 Microfilmagem e digitalização de conservação e segurança

- Digitalização da correspondência recebida das Legações de Portugal pertencente ao “Núcleo Antigo” (século XIX).

3.5 Preservação de documentos de grandes dimensões

- Aquisição de dois armários para acondicionamento de mapas, plantas e diversos documentos iconográficos de grandes dimensões.

3.6 Digitalização dos álbuns de fotografias pertencentes ao “Protocolo do Estado” sobre cerimónias oficiais:

- Álbum de 1939-1941 (contém, entre outras, fotografias das Comemorações dos Centenários, da assinatura da Concordata, das exéquias de Sidónio Pais, das exéquias de PIO XI, das exéquias do General Sanjurjo);
- Álbum de 1942-1948 (contém, entre outras, fotografias da assinatura do Acordo Ortográfico, da Comemoração do Centenário da Tomada de Lisboa, da Coroação de Nossa Senhora de Fátima, da visita de Eva Perón a Portugal);
- Álbum de 1948-1954 (contém, entre outras, fotografias da visita do Ministro das Obras Públicas de Espanha, da visita do Dr. Levy Carneiro a Portugal, da entrega de credenciais do Embaixador Faria no Rio de Janeiro, do enterro do Rei Carol, da entrega de credenciais na Indonésia do Dr. Potier, da entrega de credenciais em Viena do Dr. Pile);
- Álbum da visita dos Reis da Tailândia a Portugal, em 1960.

4. ORGANIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOCUMENTAL

- Catalogação, indexação, acondicionamento e cotação dos originais e cópias certificadas dos Actos internacionais e instrumentos de ratificação/adesão remetidos para depósito durante o ano, com utilização da base de dados “InfoGest/ArqGest” (tarefas realizadas por funcionárias do AHD);

- Catalogação, indexação, acondicionamento e cotação dos Acordos e Protocolos institucionais remetidos durante o ano, com utilização da base de dados “InfoGest/ArqGest” (tarefas realizadas por funcionárias do AHD);
- Inventariação do Arquivo da Embaixada de Portugal em Londres, 1934 – ? (ainda em curso): inventariou-se documentação de 1934 a 1946, com utilização de base de dados concebida em *Access*, num total de 290 maços (realizada por estagiário não profissional);
- Informatização do inventário topográfico do núcleo “Assuntos Diversos”, ca. 1850-1935 (ainda em curso), com utilização da base de dados “InfoGest/ArqGest”: inventariou-se a documentação até 1910, num total de 84 caixas (realizada por funcionária do AHD);
- Organização e inventariação do núcleo “Negociações de Tratados de Comércio”, 1877 – 1914, com utilização de base de dados concebida em *Access*, num total de 68 maços (realizada por estagiária curricular);
- Organização e inventariação do fundo do “Comissariado-Geral da Exposição de Portugal no Rio de Janeiro”, 1964-1966, com utilização de base de dados concebida em *Access*, num total de 99 pastas (realizada por estagiária curricular);
- Inventariação do fundo “Gabinete dos Negócios Políticos” do ex-Ministério do Ultramar/Ministério da Coordenação Interterritorial, ca. 1960-1975 (não concluída), com utilização de base de dados criada em *Access*: a base de dados tem actualmente 6.680 registos (realizada por estagiária não profissional);
- Organização e inventariação do “Arquivo da Legação/Embaixada de Portugal em Paris”, 1829-1970 (em curso): inventariou-se documentação entre 1829 e 1948, num total de 207 maços (realizada por funcionária do AHD);
- Inventariação da “Série antiga de Processos Individuais”, século XIX e primeira metade do século XX, num total de 157 caixas (realizada por funcionária do AHD);
- Inventariação da “Série de Processos Disciplinares”, 1912-1983, um total de 47 processos (realizada por funcionária do AHD);
- Organização do “Arquivo do Consulado/Consulado-Geral em Xangai”, 1920-1952 (realizada por funcionária do AHD).

5. COMUNICAÇÃO

5.1 Pedidos de documentação/informação dos serviços internos e externos do MNE:

- Satisfação de 38 pedidos de informação e/ou documentação que envolveram pesquisa de fontes;

- Fornecimento de fotocópias certificadas de 23 originais ou cópias certificadas de Actos internacionais subscritos por Portugal;
- Satisfação de 3 requisições de processos.

5.2 Atendimento dos investigadores

(Ver em anexo lista de investigadores, temas de pesquisa e objectivos).

- Número de investigadores atendidos:
 - . Contabilizados individualmente: 141;
 - . Novas inscrições: 111;
 - . Média de investigadores/dia: 6;
- Pedidos de documentação: 1.552 unidades arquivísticas (caixas, maços, pastas, livros de registo, etc.) fornecidas à leitura;
- Pedidos de fotocópias: 10.086 reproduções realizadas.

5.3 Pedidos externos de documentação/informação

- Satisfação de 14 pedidos de informação/documentação que envolveram pesquisa de fontes.

6. DIVULGAÇÃO

Colaboração com a “Associação dos Amigos do AHD”

Na realização das “Conferências do Arquivo”:

- “Quadro das relações Portugal-China na última década do século XIX: Crises de identidade a que não escapou Wenceslau de Moraes”, pelo Embaixador José Manuel Duarte de Jesus, em 24/02;
- “Pedro Theotónio Pereira, Diplomata”, pelo Dr. Fernando Martins, em 5/04;
- “Franco Nogueira, os meandros de uma fidelidade”, pelo Dr. Manuel Lucena, em 5/05;
- “A preponderância dos factores exógenos na rejeição do plano português de descolonização para Timor”, pelo Prof. Doutor Moisés Silva Fernandes, em 1/06;
- “As duas missões em Portugal de Armand du Chayla (1898-1979), Embaixador de França, por António Coimbra Martins, em 28/06;
- “Olhares cruzados luso-suíços – 1890-1930”, pelo Prof. Doutor Reto Monico, em 20/09;
- “Um contributo para a definição da política externa da China: a perspectiva diplomática de Portugal”, pelo Dr. Marco António Baptista Martins, em 25/10;
- “Relação luso-alemã durante os anos do nazismo: histórias dos bastidores”, em 7/12, pelo Dr. António Louçã.

Na realização de cerimónias de Lançamento de Livros:

- Lançamento da obra “Suisse-Portugal: regards croisés, 1890-1930”, da autoria de Reto Mónico, em 20/09; a obra foi apresentada pelo Professor Doutor António Ventura e pelo Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira.

Na participação no “Prémio Teixeira de Sampaio”:

- Preparação do “Regulamento do Prémio”, sua abertura pública e constituição do júri (a Directora do AHD integrou o júri);
- Selecção da obra vencedora e atribuição do prémio a David Mourão Ferreira Castaño com o trabalho intitulado “Paternalismo e cumplicidade: as relações luso-britânicas de 1943 a 1949” (publicação em curso).

7. PROJECTOS EDITORIAIS

7.1 “Representantes Diplomáticos Portugueses no Estrangeiro, 1640-2000”

- Continuação da coordenação-geral do projecto.

7.2 História do Consulado de Portugal em Xangai

- Continuação do apoio arquivístico e logístico ao projecto.

8. REPRESENTAÇÃO EM GRUPOS/REUNIÕES INTERNACIONAIS

8.1 Reuniões dos Directores dos Arquivos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos Países-Membros e das Instituições da UE:

- Participação na Reunião realizada no Luxemburgo, 19-20 de Maio;
- Contribuição para o projecto “Database on Transparency”;
- Tradução para a língua inglesa do novo “Regulamento da Comissão de Selecção e Desclassificação”;
- Contribuição para a 3.^a edição das versões inglesa e francesa do “Guia dos Arquivos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos Países-Membros e das Instituições da União Europeia”.

8.2 “COMISSÃO BILATERAL LUSO-BRASILEIRA DE SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL”

- Participação nas reuniões da Secção Portuguesa, realizadas no IAN/TT.

9. COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO COM DIVERSOS ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

- Manutenção e desenvolvimento da cooperação/colaboração privilegiada com o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT):
 - . permuta permanente de informações
 - . consultoria técnico-arquivística
 - . apoio formal ao projecto de construção das futuras instalações do AHD;
- Manutenção e desenvolvimento da cooperação e intercâmbio informativo com os Arquivos cujos fundos se relacionam com os do AHD: IAN/TT, Arquivo Histórico-Militar, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Central da Marinha e Arquivo Histórico-Parlamentar;
- Conclusão do Acordo de empréstimo com o Museum of Jewish Heritage de Nova Iorque para a cedência do Livro de Registo do Consulado-Geral em Bordéus (vistos concedidos por Aristides de Sousa Mendes em 1940);
- Execução do Protocolo de cooperação realizado com a Presidência da República em 2004, para o apoio às pesquisas e à digitalização de documentos do AHD relativos aos Presidentes da República;
- Colaboração com a Presidência da República para as Exposições “Os Presidentes da República Portuguesa” e “O Palácio de Belém”, na cedência, por empréstimo, de documentação do AHD;
- Colaboração com a BN na preparação de uma Conferência sobre as relações Portugal-Tailândia, através da cedência de reproduções digitais de fotografias da antiga feitoria de Portugal em Bangucoque e da visita dos Reis da Tailândia a Portugal em 1960;
- Colaboração com o Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa no levantamento de fontes documentais do AHD relativos às relações de Portugal com a UNESCO e apoio às pesquisas realizadas para preparação de Conferência comemorativa do 40.º Aniversário da Adesão de Portugal à UNESCO;
- Colaboração com o Arquivo Histórico-Militar organizando, a seu pedido, uma visita de estudo ao AHD de dois elementos da Comissão Marroquina de História Militar;
- Colaboração com o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, na cedência, por empréstimo, do Tratado de Adesão de Portugal e Espanha à CEE, para realização de uma cerimónia evocativa dos 20 anos da assinatura;
- Colaboração com a Universidade de Évora acolhendo e orientando dois estágios curriculares de finalistas do Curso de Pós-Graduação em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação.

10. COMISSÃO DE SELECÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO

10.1 Secretariado técnico-arquivístico

- Introdução de medidas de melhor e mais rigoroso controlo do circuito de desclassificação (ligação dos pedidos formulados pelos investigadores com a CSD);
- Simplificação e melhoramento dos formulários de desclassificação;
- Revisão de procedimentos técnico-arquivísticos ligados à desclassificação;
- Recolha e estudo da legislação de acesso de outros países, especialmente a que se aplica à documentação diplomática, de forma a fornecer à CDS termos de comparação e referência;
- Participação em reuniões.

10.2 Actividade de desclassificação

- Desclassificadas: 464 unidades arquivísticas (maços, caixas, pastas, etc.);
- Parcialmente desclassificadas: 40 unidades arquivísticas;
- Não desclassificadas: 5 unidades arquivísticas.

11. PROJECTO DAS FUTURAS INSTALAÇÕES DO AHD

(recuperação do complexo do Mosteiro do Sacramento)

- Participação em reuniões do projecto e visitas ao local para estudo da questão;
- Manutenção da consultoria formal do IAN/TT;
- Revisão e afinação do “Programa Preliminar”.

12. RECURSOS HUMANOS

OS MEIOS HUMANOS DISPONÍVEIS:

Dirigente	Técnica Superior Arquivo – Quadro	1
Administrativo	Quadro	2
Auxiliar	Quadro	1

O AHD contou ainda com a colaboração de dois historiadores (subsidiados pelo FRI) afectos ao projecto de publicação “Representantes diplomáticos portugueses no estrangeiro, 1640-2000”: o Prof. Doutor José Saldanha e o Prof. Doutor Tiago Miranda.

Para além disso, o AHD contou também com a colaboração de dois estagiários não profissionais e acolheu dois estagiários curriculares. **NE**

Documentação do MNE armazenada na KEEP-IT-SAFE

IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO	DIMENSÃO (m ³)	DATA DE INGRESSO
Arquivo da Embaixada em Madrid	35	27/11/03
Arquivo da Embaixada em Atenas	8	09/02/04
Arquivo do Consulado-Geral em São Francisco	12	09/02/04
Arquivo do Consulado-Geral em Vigo	7,5	12/02/04
Arquivo da Embaixada em Haia	15	05/03/04
Arquivo da Embaixada em Telavive	12	11/03/04
Arquivo da Embaixada no Cairo	4	12/03/04
Arquivo do Consulado-Geral em Estugarda	2	29/03/04
Documentação dos Serviços de Informação e Imprensa (SII)	53,5 (SII e RC)	02/04/04
Documentação da Repartição Consular (RC)		
Documentação de Contabilidade Consular (CC)	12	02/04/04
Arquivo do Consulado-Geral em Madrid	2,5	15/04/04
Arquivo do Consulado-Geral no Luxemburgo	8	24/05/04
Documentação do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus	4	27/04/05
Arquivo da Embaixada em Bangucoque	6,11	16/06/04
Arquivo da Embaixada em Viena	4	23/06/04
Arquivo do Consulado no Recife	2,5	12/08/04
Arquivo da Embaixada em Paris	12	19/10/04
Arquivo da Missão Permanente junto da Organização das Nações Unidas	25,68	02/01/06
TOTAL:	225,79 m³ = 2.709,48 m.l.	

Investigadores, Temas e Objectivos de Pesquisa em 2005¹

Investigadores que autorizaram a divulgação dos seus nomes

NOME (nacionalidade) ²	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	TEMA ³	OBJECTIVO ³
Almeida, Alexandrina Micaela Lança Pereira Pinto de	Licenciatura	1. Egas Moniz 2. Corpo Expedicionário Português	Produção de documentários
Almeida, Rui Jorge Fernandes Pinto de	Mestrado	Egas Moniz, 1914-1918	Produção de documentário biográfico
Araújo, António	Mestrado	Crise política e ministerial portuguesa de 1929	Académico
Berger, José Paulo Ribeiro	Licenciatura	1. Eduardo Silva Ribeiro (Cónsul) 2. Pintor Adolfo Sousa	Genealógico
Byrne, Teresa	Mestrado	Correspondência da Legação Britânica em Lisboa, 1902-1914	Investigação sobre a economia portuguesa no período 1851-1875
Caetano, António José Barata Alves	Licenciatura	Extradição de portugueses do Brasil em 1851	
Cameira, Maria Cecília	Mestrado	Relações Portugal-Brasil, século XIX	

¹ Os utentes do AHD preenchem, antes de iniciar as suas pesquisas, uma ficha de investigação na qual lhes é pedido que se pronunciem acerca da possibilidade de divulgação e publicação dos seus nomes associados aos temas e objectivos da pesquisa. Os nomes constantes deste quadro têm pois a autorização dos próprios. Os temas que constam sem nome de investigador correspondem àqueles que se opuseram à sua divulgação. Nesses casos mencionam-se, contudo, os temas e objectivos de pesquisa (sem menção da instituição envolvida), bem como a nacionalidade (com indicação de sexo) do(a) investigador(a), uma vez que se trata de informação que por si só não identifica o indivíduo em questão e constitui informação interessante para quantos se interessarem por uma interpretação do quadro, designadamente com fins estatísticos.

² Nos registos em que constam os nomes dos investigadores só se menciona a nacionalidade se ela não for portuguesa.

³ Temas e objectivos de pesquisa estão transcritos conforme o utente os referiu na ficha de investigação.

NOME (nacionalidade)	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	TEMA	OBJECTIVO
Cameiro, Fernanda	Licenciatura	Relações Portugal-Espanha, 1968-1974	Tese de doutoramento
Carvalho, António Carlos Mimoso e	Licenciatura	Aeronáutica em Portugal	Estudo
Casaleiro, Óscar Enrech	Mestrado	Presidência da República do Almirante João de Canto e Castro	Elaboração de fotobiografia
Castanheira, Ana Lobato	Frequência Universitária	Timor, 1974-1975	Trabalho final de Curso (ISCTE)
Cohen, Lucy M. (americana)	Professora Universitária	Chineses na América Latina (Macau), século XIX	
Correia, João Henrique Estácio Marques	Licenciatura	O Arquivo Histórico-Diplomático	Trabalho académico (Curso de Especialização em Ciências da Documentação e da Informação)
Correia, Miguel Brito	Licenciatura	Normas internacionais sobre Património – Comissão Internacional de Cooperação Intelectual e Serviço Internacional de Museus (SDN), 1931	Publicação de uma Carta sobre Património Cultural elaborada pelo Serviço Internacional de Museus
Correia, Paulo Emanuel Spranger de Freitas	Mestrado	Relações políticas entre a África do Sul e Portugal desde a II Guerra Mundial até 1974	Tese de doutoramento
Elias, Margarida Maria Almeida de Campos Rodrigues de Moura	Mestrado	Manuel Cipriano Gomes, D. Fernando II, 1870-1885	Investigação para uma exposição
Faria, Pedro Leite de	Licenciatura	Diplomacia e Representação no Estado Novo	Tese de doutoramento (Universidade do Porto)
Fernandes, Moisés Silva	Doutoramento	1. Consulado-Geral de Portugal em Xangai, 1849-1952 (até ao seu encerramento) 2. Timor nas relações Luso-Australo-Indonésias contemporâneas	1. Publicação de obra sobre a história do Consulado de Portugal em Xangai (MNE) 2. Investigação académica (ICS/UL)

NOME (nacionalidade)	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	TEMA	OBJECTIVO
Fernandes, Susana Paula Neves Pinto da S. Chalante Azevedo	Licenciatura	Aristides de Sousa Mendes; refugiados, 1933-1948	Construção do Museu Virtual Aristides de Sousa Mendes
Freitas, Pedro Miguel Martins Caridade e	Mestrado	História das Relações Internacionais a partir de 1815 até final do século XIX – Participação de Portugal na construção das relações internacionais e do Direito Internacional Público	Tese de doutoramento (FD – UL)
Gomes, Carlos Manuel Simões Dinis	Licenciatura	Correspondência do Min. Pl. de Portugal em Estocolmo em 1912	Elaboração de trabalho escrito sobre a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos de Estocolmo em 1912
Hatzlay, Christine (alemã)	Doutoramento	A missão civil dos cubanos em Angola, 1975-1991	Projecto pós-doutoramento (Universidade Duisburg-Essen)
Hermenegildo, Reinaldo Saraiva	Licenciatura	Ministros dos Negócios Estrangeiros, 1974-2005	Trabalho de mestrado
Jerónimo, Miguel Bandeira de Carvalho	Mestrado	Portugal em África, 1850-1920	Tese de doutoramento (King's College da Universidade de Londres)
Lemos, Mário Matos e	Licenciatura	Marquês de Soveral	
Lima, Maria Guiomar	Licenciatura	D. José Vieira Alvernaz, Bispo de Cochim e Arcebispo de Goa entre 1941 e 1961	Publicação de biografia
Lopes, António Francisco Figueiredo Cordeiro	Mestrado	Portugal e a União Federal Europeia, 1929-1935	Tese de doutoramento (FL-UL)
Love, Joseph (americano)	PHD	Revolta da Armada Brasileira, 1910	Publicação de livro
Madreira, Lina Alves	Mestrado	1. Alberto da Veiga Simões, Min. Pl. em Berlim 2. Aristides de Sousa Mendes	1. Publicação da correspondência 2. Tese de doutoramento (FL-UC)

NOME (nacionalidade)	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	TEMA	OBJECTIVO
Maranhão, Tiago Jorge Fernandes de Albuquerque	Licenciatura	Aristides de Sousa Mendes, 1939-1945	Museu Virtual Aristides de Sousa Mendes
Marcos, Daniel da Silva Costa	Licenciatura	1. Relações Portugal-UNESCO, 1964-1977 2. Relações Portugal-França, 1958-1969	1. Investigação para terceira pessoa 2. Tese de Mestrado (ISCTE)
Martins, Ana Francisca Costa Vaz Noruegas	3.º ano Antropologia	Aristides de Sousa Mendes	Trabalho académico
Martins, Fernando Manuel Santos	Doutoramento	Relações de Portugal com os Países do Médio Oriente, anos 50	
Martins, Sandra Cristina Tavares	Licenciatura	Visitas de Estado dos Presidentes da I República	Estudo académico no âmbito de mestrado (FCSH-UNL)
Mateus, Dalila Maria E. dos Santos Cabrita	Doutoramento	Golpe de Estado de 27 de Maio de 1977 em Angola	Publicação
Mathias, Leonardo Charles de Zaffiri Duarte	Licenciatura	Relações EUA – Portugal – Açores; Conversas Salazar/Kenan, 1943/44	Elaboração de artigo
McWilliam, Andrew R. (australiano)	PHD	Documentação sobre Timor, especialmente sobre o distrito de Lautem	
Meneses, Maria José de	Licenciatura	História das Missões Religiosas em Moçambique, 1938-1975	
Mendes, António Paulo Peçanha	12.º ano	Timor e os Açores no contexto da diplomacia portuguesa durante a II Guerra Mundial	Trabalho de licenciatura
Miranda, Tiago Costa Pinto dos Reis	Doutoramento Frequência Curso	Os Acordos Luso-Brasileiros de 1922	Preparação de artigo para colectânea dos Tratados Luso-Brasileiros
Nascimento, Mário José de Sousa Pinheiro	Artes Plásticas	Documentação relativa à aquisição de mobiliário para a Legação de Portugal em Londres, sendo Embaixador Ruy Ulrich, década de 30	Inventário e estudo do espólio da “Casa Veva de Lima” (CML)

NOME (nacionalidade)	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	TEMA	OBJECTIVO
Oishi, Kasuo (japonês)	Licenciatura	Negociações de Tratados e suas revisões entre Portugal e o Japão nos finais do século XIX	Publicação de livro
Oliveira, Pedro Aires	Mestrado	1. A Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975 2. Acordo de defesa luso-americano, 1971	1. Tese de doutoramento 2. Publicação de artigo
Pereira, Pedro Miguel Nunes	Licenciatura	I Guerra Mundial, Tratados de Paz e SDN – papel desempenhado por Afonso Costa	Concurso ao “Prémio Teixeira de Sampaio”
Pereira, Rui Alexandre Nunes	Mestrado	Relações luso-marroquinas	Tese de doutoramento
Ramires, Filipe Costa	Mestrado	Fundação Gulbenkian	Trabalho académico
Rebocho, Sónia Catarina Marcelino dos Santos	Licenciatura	Augusto Manuel Alves da Veiga, Min. Pl. em Bruxelas, 1911-1924	Tese de mestrado
Reis, Bruno	Mestrado	Relações Portugal-França	Tese de doutoramento
Ribeiro, Jorge Manuel Martins	Doutoramento	Emigração portuguesa, século XIX	Trabalho académico
Rodrigues, Joaquim A.	Licenciatura	Portugal no quadro do sistema internacional de controlo das drogas, 1909-1998	
Rosa, Eliana Brites	Licenciatura	Guerra Civil de Espanha	Tese de mestrado (Universidade de Santiago de Compostela)
Salvadorini, Vittorio A. (italiano)	Doutoramento	Relações Portugal-Tunísia	Publicação
Santiago, Maria José Tíscar (espanhola)	Licenciatura	Política externa portuguesa, 1968-1974	Tese de doutoramento (UNED)
Santos, Maciel	Doutoramento	Escravidão em África e a produção e comércio do cacau, séculos XIX-XX	Trabalho académico

NOME (nacionalidade)	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	TEMA	OBJECTIVO
Santos, Miguel António Dias	Mestrado	Contra-revolução monárquica durante a I República, 1910-1919	Tese de doutoramento (Universidade de Coimbra)
Santos, Pedro Filipe Mendes	Mestrado	Relações Luso-Francesas, 1958-1968	Tese de doutoramento (Universidade de Estrasburgo III)
Schiavon, Carmem (brasileira)		Relações diplomáticas entre Brasil e Portugal no período de 1937 a 1946	Doutoramento (Universidade do Rio Grande do Sul – PUCRS do Brasil)
Semsem, Viktoria (húngara)		Relações Portugal-Turquia, 1849-1951	Publicação
Sénica, Sónia	Licenciatura	Relações Portugal-Rússia	
Sizifredo, Cristina (portuguesa)	Licenciatura	O papel dos intelectuais nos movimentos de libertação – o caso Angolano (1945-1975)	Tese de mestrado (FCSH-UNL)
Silva, Maria Teresa Lopes da	Mestrado	Tráfico de coolies através de Macau para Cuba e para o Peru, 1851-1874	Tese de doutoramento (UNL)
Sousa, António Pedro Vairinho Sobral de	Licenciatura	Relações luso-espanholas, 1926-1939	Tese de doutoramento (Universidade Sevilha)
Valadas, Ana Margarida Jerónimo Figueira	3.º ano Antropologia	Aristides de Sousa Mendes	Trabalho académico
Vicente, Mário João Lázaro	1.º ano	Política externa portuguesa, 1920-1935	Trabalho académico (FCSH-UNL)
Weinholtz, António Manuel Reis de Bivar	Doutoramento	Emigração para o Brasil, século XX	Investigação pessoal
Zanatta, Loris	Professor	A ideia de um terceiro bloco de nacionais católicos no pós-II Guerra	Publicação de livro
Zech, Ulrike (alemã)	Finalista universitária	Exposição “Nova Arquitectura alemã”	Tese de licenciatura

Investigadores que não autorizaram a divulgação dos seus nomes ¹

NOME (nacionalidade)	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	TEMA	OBJECTIVO
(alemão)	Licenciatura	Portugal-EUA na II Guerra Mundial	Tese de mestrado
(angolana)	2.º ano de Relações Internacionais	Acordos do Alvor	Trabalho académico
(angolano)	Doutoramento	Vias de comunicação e meios de transporte; economia e política social em Angola e República Democrática do Congo, 1875-1975	Investigação pós-doutoramento
(Arábia Saudita)	Doutoramento	Relações de Portugal com a Arábia Saudita	Publicação de livro
(australiano)	Licenciatura	Conferência sobre o terrorismo – SDN, 1934-1937	Publicação de livro
(brasileiro)	Mestrado	Imigração portuguesa no Brasil e legislação brasileira sobre a presença portuguesa no país	Tese de doutoramento
(britânico)	Licenciatura	Relações Portugal-Inglaterra, 1892-1997	Trabalho académico
(espanhol)	Licenciatura	Relações Espanha-Portugal durante o primeiro período da República Portuguesa, 1910-1913	Doutoramento
(espanhol)	Professor Universitário	Relações Luso-Espanholas, 1899-1904	Preparação de um estudo em equipa sobre a política externa espanhola entre 1898 e 1914
(francês)	Licenciatura	Propaganda do regime de Salazar em França nos anos 30	Tese de mestrado
(francesa)	Licenciatura	Macau e relações políticas e diplomáticas de Portugal com a China e o Japão, anos 30	Tese de mestrado

¹ Em relação aos investigadores que não autorizaram a divulgação dos seus nomes, não se mencionam as instituições no âmbito das quais desenvolveram os seus projectos de investigação, a fim de garantir o anonimato desejado.

NOME (nacionalidade)	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	TEMA	OBJECTIVO
(francesa)	Mestrado	Propaganda colonial em Portugal e Itália nos anos 30 – Exposições coloniais internacionais	Tese de doutoramento
(guineense)	Mestrado	Convenção relativa à delimitação das possessões portuguesas e francesas na África Ocidental,	Tese de doutoramento
(italiano)	Professor Universitário	Itália – Santa Sé e Portugal, 1870-1903	Projecto de pesquisa científica nacional
(iraniano)	Licenciatura	Golfo Pérsico	
(japonesa)	Professora Universitária	Moçambique, anos 60 e 70	Publicação de livro
(moçambicano)	Mestrado	Companhias coloniais de Moçambique, 1892-1942	Tese de doutoramento
(polaco)	Mestrado	Relações de Portugal com os países limitrofes aos seus territórios africanos, 1961-1974	Tese de mestrado e publicação de livro
(português)		Pensamento Europeu de António Siqueira Freire	Trabalho
(português)		Reparações I Guerra – Comissão Executiva da Conferência da Paz	
(português)	Licenciatura	Ministros dos Negócios Estrangeiros da I República	Trabalho de Seminário de Mestrado
(português)	12.º ano	Registos civis do Consulado de Portugal em Xangai, inícios do século XX	Fazer prova da nacionalidade portuguesa de antepassado
(português)	Licenciatura	Ministros dos Negócios Estrangeiros	Estudo académico no âmbito de mestrado
(português)	Licenciatura incompleta	Entrada de Portugal na I Guerra Mundial	Trabalho de Seminário de final de Curso
(português)	Licenciatura	Relações Portugal-Noruega à época das duas Guerras Mundiais e da criação da EFTA	Investigação académica
(português)	Licenciatura	Índia Portuguesa e suas relações com Inglaterra, século XIX	Tese de doutoramento
(português)		Correspondência acerca do próprio – pedido de renovação de passaporte em França para regressar a Portugal antes de 1974, o que lhe foi negado	Pesquisa pessoal

NOME (nacionalidade)	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	TEMA	OBJECTIVO
(português)	Licenciatura	Os cabo-verdeanos e o PAIGC	Tese de mestrado
(português)	Licenciatura	Entrada de Portugal na Comunidade Europeia	Estudo académico
(português)	2.º ano de História	Movimentos europeístas em Portugal no período entre Guerras	Trabalho académico
(português)	3.º ano de História	Movimentos europeístas em Portugal no período entre Guerras	Trabalho académico
(português)	3.º ano de História	Visita de Albert Speer a Portugal por ocasião da Exposição de Arquitecra do III Reich, 1941	Trabalho académico
(português)	Mestrado	Relações entre Portugal e o Sião, séculos XIX e XX	Preparação de Conferência
(português)	Mestrado	Emissões radiofónicas estrangeiras em Portugal durante a II Guerra Mundial	Tese de doutoramento
(português)	Licenciatura	Correspondência Salazar-Pedro Teotónio Pereira, 1949	Edição da correspondência
(português)	Licenciatura	Acordos negociados por Almeida Garrett	
(português)	Licenciatura	Trabalhos preparatórios da Convenção de Brasília de 7-9-1971	Estudo de mestrado
(português)	DPHIL (Oxford)	1.º Conde de Villa Franca do Campo	Biografia
(português)	Licenciatura	Cabora Bassa	Elaboração de tese
(português)	Mestrado	Egas Moniz	Tese de doutoramento
(português)	Antigo 7.º ano liceal	João de Vasconcelos Sousa Castro e Melo, 1900/1903 – Cônsul em Bordéus; Aleixo de Queiroz Ribeiro de Sottomayor de Almeida Vasconcelos, 1900/1905 – Cônsul em Chicago	Pesquisa genealógica
(português)	Licenciatura	Relações diplomáticas luso-chinesas. Século XIX.	Mestrado
(português)	Doutoramento	Portugal nas relações internacionais entre as duas Grandes Guerras	Preparação de projectos de mestrado para alunos

NOME (nacionalidade)	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	TEMA	OBJECTIVO
(português)	Licenciatura	Diferendo territorial sobre a Baía de Lourenço Marques, 1870. Arbitragem francesa.	Realização de ensaio no âmbito de mestrado
(português)		Missão Especial de Inquérito Judicial à Província de Moçambique (trabalho indígena), 1921	História da família
(português)	Frequência universitária	“O Caso de Goa”, o direito de passagem, o impasse diplomático entre o Estado Novo e a União Indiana, 1954-1962	Trabalho académico
(portuguesa)	Licenciatura	Eng.ª Maria de Lurdes Pintassilgo e a sua intervenção na política externa portuguesa, 1973-1987	Trabalho académico
(portuguesa)		Egas Moniz	Projecto de investigação
(portuguesa)	Mestrado	Alves da Veiga, 1891-1924	Tese de doutoramento
(portuguesa)	Licenciatura	Volfrâmio – Estado Novo	Publicação de artigo
(portuguesa)	Pós-graduação	Relação diplomática entre Portugal e a União Indiana no período de 1954-61	Tese de mestrado
(portuguesa)	Licenciatura	Os intelectuais angolanos e seu papel nos movimentos de libertação – décadas de 60 e 70	Trabalho para terceira pessoa
(portuguesa)	Licenciatura	Relação Diplomática Portugal-Itália, 1930-1960	Elaboração de trabalho para publicação
(portuguesa)	12.º ano	Portugal e a CEE, 1974-1976	Trabalho de licenciatura
(portuguesa)	Licenciatura	Ministros dos Negócios Estrangeiros	Trabalho de mestrado
(portuguesa)	Doutoramento	Fundação Gulbenkian, 1941-1974	Publicação sobre a História da Fundação
(portuguesa)	Licenciatura	Colonialismo português	Trabalho de investigação
(portuguesa)	Licenciatura	Relações culturais externas/leitadores de língua portuguesa, 1921-2005	Projecto de investigação
(portuguesa)	Doutoramento	A oposição exilada, 1927-1974	
(portuguesa)	Licenciatura	Secretários de Estado do MNE desde 1969	Projecto de investigação universitário

NOME (nacionalidade)	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	TEMA	OBJECTIVO
(portuguesa)	Mestrado	Os Colonatos em Angola e Moçambique	Tese de doutoramento
(portuguesa)	Licenciatura	Relações diplomáticas de Portugal do pós-I Guerra com Inglaterra, França e Bélgica, 1918-1925	Doutoramento
(portuguesa)	2.º ano Universidade	José Calvet de Magalhães	Trabalho académico
(portuguesa)	Licenciatura	Colonização judaica de Angola, 1934-1940	Realização de artigo jornalístico
(portuguesa)	Licenciatura	Relações entre Portugal e a China, 1949-1975	
(portuguesa)	Pós-graduação	Relações Portugal-Santa Sé, 1970-1975	Tese de mestrado
(portuguesa)	Mestrado	1. Paz de compromisso entre Aliados e Neutros (II Guerra) 2. Operação grande empréstimo a Portugal	1. Trabalho de mestrado 2. Investigação académica
(portuguesa)	Pós-graduação	Visitas dos Reis D. Carlos e D. Manuel	Preparação de Exposição
(portuguesa)	Licenciatura	Relações luso-russas, 1910-1917 e 1974-1976	Tese de mestrado
(portuguesa)	Licenciatura	Passagem do artista Amadeo de Sousa Cardoso na cidade de Paris	Catálogo “ <i>raisonné</i> ” e fotobiografia do artista
(portuguesa)	Pós-graduação	Relações diplomático/económicas entre Portugal e os Estados Unidos (1945-1961)	Tese de mestrado
(romena)	Mestrado	Relações luso-romenas, 1918-1944 – Martinho de Brederode, Min. Pl. em Bucareste, 1919-1933	Tese de doutoramento

Leituras e Recensões



Patten: um Político pouco Diplomata

NO SEU MAIS recente livro, apropriadamente intitulado *Not Quite the Diplomat*, o ex-Comissário Europeu das Relações Externas e ex-Governador de Hong Kong, Chris Patten, leva-nos aos bastidores dos principais centros de decisão mundiais. Numa escrita eloquente e mordaz, a fazer lembrar Churchill – que cita amiúde – Patten, o político irreverente, revela *inside stories* e dá-nos conta da sua visão do mundo.

Desde 1992 que sou admirador confesso de Chris Patten. Nesse ano, acompanhei, a partir de Macau, a chegada a Hong Kong do último Governador da colónia britânica. Patten, um político profissional, não dominava a língua chinesa, ao contrário de muitos dos seus antecessores no cargo, tinha perdido a reeleição para a Câmara dos Comuns e era visto com reservas em Pequim. Um currículo questionável para quem tinha por missão levar a *Union Jack* para casa.

Mas Patten cedo revelou não ser apenas mais um Governador colonial. Começaria, desde logo, por rejeitar o plumativo fato reservado à cerimónia da tomada de posse, para espanto e embaraço do protocolo real. Esta seria apenas a primeira de muitas das surpresas com que Patten brindaria a população de Hong Kong, o Governo em Pequim e até Downing Street.

Patten foi um Governador controverso: durante o seu consulado foi protagonista de um dos mais conturbados períodos do relacionamento sino-britânico. A sua agenda política, na qual a democracia e o primado da lei mereciam honras de destaque, foi duramente atacada por Pequim que, num acesso de inspiração maoista, não hesitou em amaldiçoá-lo por mil gerações.

Cinco anos mais tarde, no dia 1 de Julho de 1997, tive oportunidade de assistir à partida do último Governador de Hong Kong. Às portas da *Government House* um velho chinês chorava copiosamente – uma característica muito pouco confuciana. Adivinhando-lhe o estado de alma, perguntei-lhe o que sentia naquele momento. A resposta não se fez esperar: *não voltaremos a ter um homem como este em Hong Kong. Devemos-lhe muito.*

* Chefe de Divisão de Informação – Gabinete de Informação e Imprensa/MNE.

Perto da meia-noite daquele histórico dia, Patten embarcava a bordo do iate real *Britannia*, encerrando, definitivamente, a longa e agitada história colonial britânica. A China recuperava Hong Kong, a *galinha dos ovos de ouro*, objecto de disputas que manchariam a história de dois Impérios.

Em Manila, onde o *Britannia* o deixaria, conjuntamente com a família, Patten apanhou um vôo para Londres. À chegada nem sinal de autoridades oficiais. O Império Britânico terminava assim, prosaicamente, numa fila de táxis, no aeroporto de Heathrow – relataria sarcasticamente em *East and West*, o livro que dá conta da sua experiência asiática. É também nas páginas desse seu registo pessoal que Patten confessava, candidamente, uma das suas maiores ambições: ocupar um dia o lugar cimeiro na hierarquia do *Foreign Office*. O futuro reservar-lhe-ia um outro importante desafio político, mas desta feita no centro da Europa Comunitária. Entre 1999 e 2005 Chris Patten foi o Comissário Europeu para as Relações Externas, um exigente cargo que colocou à prova toda a sua experiência política.

Patten é um daqueles raros homens ao serviço da causa pública que fazem o posto. Em Bruxelas os seus predicados voltariam a dar provas. É desse período que nos dá conta em *Not Quite the Diplomat*, uma obra parcialmente autobiográfica recheada de *inside stories*, relatadas a partir dos centros de decisão mundiais. A obra é também uma verdadeira visita guiada aos principais temas da actualidade política internacional. Do papel da Grã-Bretanha na União Europeia (UE) às convulsões internas vividas por esta última, passando pela relação transatlântica ou a ascensão das principais potências asiáticas, com destaque para a China e Índia.

Patten é um político com uma visão exigente do mundo. Moderno mas intransigente com os seus ideais, ou não fosse um *tory* conotado com a ala esquerda do seu Partido. Espectador privilegiado da construção europeia – ou da crise interna da UE, consoante o ponto de observação – Patten teve oportunidade de experimentar, em primeira mão, a ambivalente posição da Grã-Bretanha na UE. *Two terrible wars and a long peace marked the last century on our continent. We in Britain ended it as we began – troubled, confused, divided about our relationship with our neighbours.* Palavras avisadas que as recentes dissidências no seio da UE, coincidindo com o período em que a Grã-Bretanha ocupou a presidência da União, vieram colocar em evidência.

No seu inconfundível estilo, irreverente, acutilante e sibilino, Patten dedica longas páginas ao percurso sinuoso da Grã-Bretanha no seio da UE e à maneira atribulada e tardia como a potência insular foi admitida no clube europeu: *Because we stayed out, we allowed the Community to take shape without us, and according to principles some of which were alien to us.*

Também o relacionamento anglo-americano merece uma análise fulminante na visão do ex-Comissário Europeu para as Relações Exteriores: *In return for the prospect of influence we provide a sign to the world that America is not unilateralist. Britain is a multilateral emblem to pin in America's lapel.* E quanto à Guerra do Iraque? Patten não tem dúvidas: *Supporting the Bush invasion of Iraq is probably the worst service we have paid America.*

Em *Not Quite the Diplomat* merece especial destaque o capítulo que o autor dedica à ascensão da Ásia nos palcos mundiais. Na sua qualidade de Comissário Europeu para as Relações Externas, Patten teve oportunidade de reencontrar-se com dirigentes chineses – os mesmos que o haviam invectivado – agora de maneira mais cordial. *O pecador condenado por mil gerações foi reabilitado* – comenta o antigo Governador de Hong Kong, com indisfarçável ironia. Patten aprendeu a viver com a China e a China com Patten.

Na realidade, apesar de manter muitas das críticas dirigidas ao Governo de Pequim enquanto Governador de Hong Kong e de, na qualidade de Comissário Europeu para as Relações Externas, ter viabilizado a instalação de uma representação comercial da UE em Taiwan, Patten tornar-se-ia um defensor do justo papel da China no mundo moderno. Recorda, por exemplo, que durante 18 séculos a China foi a grande potência económica, sendo natural que a *fábrica do mundo* esteja agora, no início do século XXI, em pleno processo de *ascensão pacífica* – de acordo com a terminologia de Pequim.

O relato impressionista de situações e interlocutores, aliado à típica ironia britânica, transformam a leitura de *Not Quite the Diplomat* num exercício de deleite para quem se interessa por política, relações internacionais ou apenas... humor refinado. **NE**

Chris Patten, *Not Quite the Diplomat, home truths about world affairs*, Penguin Books, London, 2005; 324 páginas; ISBN 0-713-99855-5

Do Mundo como Europa

Zigmunt Bauman – *Europe: An Unfinished Adventure*, Polity, Cambridge, 2004.
Recensão crítica

EMBORA NÃO EXCESSIVAMENTE divulgado entre nós, Zigmunt Bauman – pensador polaco activo na velha Albion – tem cativado a atenção do público culto ocidental (dentro e fora da academia), o que talvez se explique pelo facto de a sua obra – designadamente a mais recente – constituir um poderoso projecto de “racionalização”, no sentido de compreensão profunda (em Bauman traduzida mais numa narrativa que surpreende a realidade “impressionisticamente”, “simpatizando” com ela, do que numa teorização “abstractizante”) e não desligada de uma perspectiva normativa crítica, da modernidade, muito em especial da actual etapa de desenvolvimento deste “processo” histórico – a fase de “construção” do mundo globalizado (“modernidade líquida”, na semântica do autor).

O livro *Europe: An Unfinished Adventure*, publicado em 2004, que trata do específico tema da identidade da Europa (da “essência” – a expressão é do autor – que a caracteriza e distingue e constitui a sua razão de ser no mundo actual), insere-se e inscreve-se ainda naquele projecto, juntamente com títulos como (e sem pretensão de exaustividade no elenco) *Globalization: The Human Consequences* (1998), *Liquid Modernity* (2000), *Community* (2001), *Individualized Society* (2001), *Liquid Love* (2003), dos quais não pode ser desligado.

Neste texto, a civilização europeia aparece como potencial “mediador” do desencadeamento da superação da actual fase de (des)ordem do mundo característica da “modernidade líquida” (fenómeno cuja segregação social tem a sua génese, directa ou indirectamente, naquela unidade cultural), ou seja, como pivô do início da construção de uma polis mundial (da “invenção da Humanidade”; da kantiana *Allgemeine Vereinigung der Menschheit* – unificação universal da Humanidade) apta a disciplinar politicamente (em termos de justiça global) um mundo já unificado *de facto* por um capitalismo solto, sem barreiras de espaço e de tempo, transfronteiriço, estadualmente incontrolável e inaprisionável – intrinsecamente incontrolável e inaprisionável enquanto as grandes unidades políticas de conta forem os Estados-Nação –, “império” no qual o poder político-militar estado-unidense se insere como braço armado (a este

* Doutorando em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

poder apenas se pode aplicar o conceito de império *sous rature*), planetariamente danoso (impossibilitador de modos de vida estáveis no ocidente, e depredatório dos recursos do mundo pós-colonial), com origem no dismantelamento (a partir da segunda metade dos anos 70) do “Estado Social” que circunscrevia o capitalismo dentro de fronteiras e estruturas comunitárias.

Caracterizada, no tempo longo, como civilização/cultura auto-consciente, auto-reflexiva, auto-crítica, auto-transgressora, auto-representada como objecto de recriação humana voluntarista, e, por isso, em contínuo processo prometeico de recomposição identitária (a identidade da Europa, mais do que num precipitado cultural denso e imutável, estaria na representação do mundo como *vorhanden* e não já como *zuhanden* – utilizando a semântica de Heidegger –, i.e., na consciência de que “*all things human are human-made*” – de que cultura é feita pelos humanos –, e na assumpção de uma vocação/dever/tarefa de reformulação constante da ordem social: e daí a matriz axiológica da Europa – razão, justiça, democracia, ou seja, e em última análise, a possibilidade de os componentes de uma dada sociedade poderem permanentemente criticar e reformular a ordem social tendo em conta padrões normativos diferentes dos vigentes e cristalizados no momento da crítica/reformulação); dotada de uma disposição intrinsecamente aberta ao outro e ao diferente; encontrando-se em pleno processo de experimentação e aprendizagem de uma forma (nova) de comunidade política (democrática) não baseada no princípio da soberania territorial/nacional, a Europa – a civilização europeia – estaria em condições de observar o actual *status quo* mundial enquanto (des)ordem alterável e não fatal e deteria um modelo *in fieri* de polis transnacional e transestadual susceptível de ser adoptado na governança do planeta.

Abrir-se-lhe-ia, conseqüentemente, como possível horizonte, a missão (sucédâneo da missão civilizadora que durante boa parte dos seus mais de dois milénios de história se auto-atribuiu) de liderar (ou assistir e impulsionar) um processo de *community-bilding* a nível mundial, caso uma disposição de responsabilidade global, de serviço à humanidade (consentânea com a abertura ao outro que a define, e visível na hodierna *forma mentis* cosmopolita europeia, resultante de uma releitura crítica – com os olhos do “outro” – da história colonial e da experiência de convívio com uma paisagem europeia crescentemente multicultural) prime sobre uma recente tendência/desvio de autocentramento (ou de autofechamento), de resistência “localista” à globalização (o projecto europeu pode não deixar de significar tão-só a construção de uma protecção institucional dos actuais Estados-Nação ou de uma réplica à escala do continente do Estado-Nação – em quaisquer dos casos um mecanismo de isolamento face ao resto do mundo).

A civilização europeia manteria, assim, o seu tradicional papel de “*global pattern-setter*”, de fábrica do mundo: se a expansão ultramarina europeia – decorrente dos processos de modernização que redefiniram a paisagem europeia – significou um processo de unificação do mundo (e daí o seu sentido último positivo, apesar do seu sublinhado e realçado passivo), se a comunidade política segregada pela modernidade (o Estado-Nação) – isto é por um fenómeno intrinsecamente europeu na sua génese – passou a ser forma pela qual os humanos universalmente se organizam em comunidades políticas, se a “modernidade líquida” (desenvolvimento da modernidade – “sólida” –, e produto em larga medida do desmantelamento do Estado Social europeu) estruturou um tecido conjuntivo mundial, caberia agora à Europa criar/promover a criação à escala do globo de uma comunidade feita à sua imagem e semelhança e incorporadora dos seus valores: o Mundo continuaria, pois, a ser, em certo sentido, sobretudo Europa.

A obra, para além do valor estético e dos inúmeros momentos de originalidade na visão intuitiva, surpreendente e sofisticada de vários fenómenos históricos –, identidade europeia, aventura extra-europeia dos Estados europeus, explicação do processo de construção europeia, análise da guerra do Iraque, problematização do império americano, análise do terrorismo islâmico –, pode seduzir (como outras recentes do autor) pela sensibilidade comunitarista (cosmopolita e socializante, mas comunitarista) que dita a lógica profunda daquela e enforma a sua componente normativa (e isto apesar da crítica explícita à filosofia, ao movimento e às políticas propriamente comunitaristas – visível, por exemplo, em *Community* – 2001).

A preocupação dominante do autor não deixa de ser a reconstrução, nas actuais condições do mundo globalizado, de laços sociais comunitários verdadeiros e próprios, que entende só poderem ser refeitos à escala global, diagnosticada a destruição irreparável das comunidades laboriosamente construídas durante a modernidade (e que constituíram o substituto das comunidades locais pré-modernas destruídas no processo de construção social do primeiro capitalismo – “da modernidade sólida”; e que Bauman não deixa, aliás, de ver com uma certa nostalgia) – Estados (Nação) Sociais –, estruturalmente e irremediavelmente degradados que vê os Estados de estruturas sociais colectivas de protecção (baseadas na responsabilidade e obrigação de cuidado que os membros da sociedade sentem uns em relação aos outros) contra os riscos individuais da existência trazidos pelo capitalismo a meros aparelhos de poder securitários (de imposição de *law and order*) – “Estado de Segurança” – que fabricam e/ou amplificam situações de insegurança de pessoas e bens, para se poderem legitimamente perpetuar.

Certos aspectos do escrito parecem, porém, essencialmente contestáveis e problemáticos, designadamente os seguintes.

Desde logo, a leitura da “essência” da civilização europeia como a descoberta de que *all things human are human-made and remakable* – há quem ache (Leo Strauss, para dar só um exemplo) que a Europa e o Ocidente deixaram de ser Europa e Ocidente a partir do momento mesmo em que o seu *ethos* profundo passou a ser este (fundamentalmente diferente do seu *ethos* original e fundacional no qual adquiria centralidade a noção de lei natural), e quem profundamente questione a bondade/verdade/utilidade em termos de conservação de laços sociais estáveis da asserção de *all things human are human-made and remakable*. Não analisaremos aqui a história europeia e ocidental enquanto unidade global de sentido para saber se predomina ou não uma visão voluntarista da ordem social – talvez haja discontinuidades naquela e dela se não possa falar como se de um bloco homogêneo de sentido (abrangente dos mais de dois milénios de história de que fala Bauman) se tratasse; nem optaremos quanto à questão última de saber se verdadeiramente *all things human are not human-made* ou se é tão-só socialmente útil, em termos de conservação social, a instalação da convicção socialmente difusa de que *all things human are not human-made e/ou remakable*.

Depois, parece, no fundo e tudo visto e somado, acabar por haver uma exclusão não totalmente justificada da sociedade americana da civilização/cultura europeia ou a redução contraditória (tendo em conta enunciados explícitos do autor) desta última à União Europeia (a essência da civilização europeia é apresentada como inerentemente extraterritorial e desligada de um concreto território bem delimitado, os Estados Unidos são concebidos como *offspring* da Europa, e da identidade da Europa-civilização – ou a Europa Civilização *tout court* – diz-se não se esgotar na União Europeia), quando a cultura política e o modelo *in fieri* de “constitucionalização” do mundo – apresentados como europeus *tout court* e distintos dos americanos – coincidem no fundo com os existentes na União Europeia. O facto de – e raciocinando dentro do sistema de pensamento baumaniano – o poder político-militar dos EUA se encontrar ao serviço do capitalismo global (contra o qual a Europa se constrói ou se pode vir a construir como pólo alternativo) não é argumento suficiente para operar a referida exclusão ou redução – os Estados Europeus são tão-só (concebidos por Bauman como) meros Estados de Segurança estruturalmente adequados a este; a cultura política de grande parte da sociedade civil americana – cosmopolita e de messianismo democrático universalista – talvez

não seja assim tão diferente da cultura dos povos associados na União Europeia, por outro lado; e o modelo da *polis* americana não tem deixado de estar na mente dos projectistas da União Europeia e parece ser (pelo menos na teoria) na sua essência acomodador da diversidade.

Finalmente, o projecto normativo baumaniano de nova ordem mundial (que recorda, por exemplo, a leitura do recente *The Transformation of Political Community* – 1998 –, de Andrew Linklater e, também, em certo sentido, a doutrina dos Papas sobre a comunidade internacional e o aprofundamento das suas instituições) é intrinsecamente questionável, quer quanto aos seus pressupostos, quer quanto ao produto final e à execução do mesmo. O diagnóstico do fim (deterministicamente inevitável nas condições do mundo global) do papel operativo real no sistema social planetário do Estado-Nação talvez seja apressado – no pós-11 de Setembro, por exemplo, parece ter havido condicionamento real do poder económico, em nome de preocupações de *salus populi*, por parte dos Estados; não está feita a experiência de que o Estado Social (ou o que dele resta) não é reformável ou passível de ser mantido no novo mundo que emerge, designadamente através da técnica da agregação integradora (regional ou continental) de Estados (técnica cuja força potencial de resolução de problemas globais não pode ainda, e à partida, ser considerada como insuficiente). Quanto à forma da nova ordem entrevista, se bem que se afaste o cenário de um Estado (tal como hoje existe nas várias comunidades dispersas pelo mundo) global dissolutor das várias *polis* parcelares (as instituições da *planet-wide human community* serão diferentes das instituições estaduais vigentes e acomodarão um *continuous polylogue*), o duplo facto de poder ter como modelo uma União Europeia porventura mais integrada (o modelo de *polis* mundial não coincide como o *status quo* institucional europeu actual) e dever traduzir uma alteração qualitativa das actuais instituições internacionais coloca o problema da emergência de um poder excessivamente centralizado (eventualmente com o monopólio da violência física legítima?) e, por isso, mesmo potencialmente tirânico. No que diz respeito ao método (do qual mais não se diz ter de ser uma estratégia *piecemeal* e de *test and error*), não é seguro que, assumido o objectivo final, se não venha a traduzir num (violento e elitista) projecto de engenharia social em larga escala (desconhecedor do sentir das populações do globo), colocando-se sempre o problema dos efeitos não previstos das mudanças políticas. **NE**

Definições do Neoconservadorismo

RECENSÃO

“Irwin M. Stelzer, “The Neocon Reader”, Grove Press, New York 2004”

NO TEXTO DE 1996 “Neoconservatism: A Eulogy”¹ Norman Podhoretz, um dos mais proeminentes pensadores neoconservadores, proclamou a morte deste movimento intelectual. Com o impulso extinto e grande parte da missão cumprida, os neoconservadores não teriam de futuro grande papel na cena política americana, cria. A História mostraria ser aplicável aos neoconservadores a exclamação de Mark Twain por ocasião dos rumores jornalísticos que apregoavam sua morte: “*reports of my death have been greatly exaggerated*”.

A relevância actual do movimento neoconservador é ditada por esse renascimento da intelectualidade neo-conservadora, potenciada, em larga medida, pela sua perspectiva de Assuntos Externos e Relações Internacionais bem como pela predominância na actual Administração Bush. Torna-se assim mais necessária uma definição, um ponto que possamos encontrar como denominador comum entre os vários percursos da perspectiva *Neo Con*. A polémica entre detractores e apoiantes, ou as várias perspectivas entre os pais fundadores do neoconservadorismo, parece enevoar a definição, que, contudo, se mantém como tarefa fundamental no intuito de compreender o movimento, perspectivando assim o seu futuro, ou mesmo a sua existência autónoma como corrente de pensamento.

A obra de Stelzer, como qualquer antologia de textos sobre uma corrente de pensamento, tem, por esse facto, particular relevância, uma vez que implica uma perspectiva sobre o *animus* do movimento. Os critérios de inclusão de textos devem ser, por isso e em si mesmos, uma dissertação sobre a natureza do neoconservadorismo. A antologia de Stelzer é, de facto, um interessante guia através dos cruzamentos teórico-práticos do pensamento neoconservador, bem como um auxílio imprescindível na colecção dos mais importantes documentos da sua *intelligentsia*.

* Mestrando em Ciência Política do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.

¹ “Neoconservatism: A Eulogy” in *Commentary Magazine*, ed. March 1996.

A esquiua essência do neoconservadorismo é motivo de discórdia até no seio dos “padrinhos” do movimento. Talvez o único ponto em comum entre as várias perspectivas seja mesmo o repúdio pela denominação “movimento”, que vêm como um termo conotado com uma estrutura organizada e com um fito comum².

O que para Kristol era “persuasion”, para Muravchik uma “sensitivity” e para Podhoretz era uma “tendency”, revelou-se uma forma peculiar de olhar a América e o Mundo. Uma perspectiva bastante unitária, apesar da discórdia essencial.

Stelzer inclui na sua compilação como definição essencial a reflexão de Irving Kristol em “*The Neoconservative Persuasion*”, onde define o movimento como uma persuasão que pretende levar o conservadorismo americano, e por consequência o Partido Republicano, a uma perspectiva mais moderna e democrática.

Se é certo que esse será o seu leitmotiv original, é também evidente que a ressurreição do movimento se prende com um conjunto de razões de política externa detalhadamente tratados na Parte II da antologia e que estarão intimamente ligados com a génese e o sucesso da perspectiva. É aí que se encontra a grande tensão teórica do pensamento neoconservador.

Os neo-conservadores têm o hábito de se descreverem como “*liberals mugged by reality*”³, propondo como raiz do seu pensamento um inevitável e não-ideológico, abrir-de-olhos face ao estado-do-mundo. Essa concepção tecnocrática estaria na origem de uma certa forma de “*statecraft*”, numa perspectiva mais realista das necessidades do “*public interest*” e que se espalha pelas esquerdas e direitas do nosso tempo⁴. É uma ideia bastante enraizada na sociedade a concepção de que as necessidades aferidas de forma tecnocrática podem mudar a concepção política do interventor⁵. Uma ideia que é, em si mesma, manifestamente insuficiente.

² “The Neocon Reader”, Irwin M. Stelzer, p. 4. A definição da palavra utilizada pelos autores parece demasiado restritiva, talvez por preocupação com as teorias da conspiração em que os neoconservadores são habitualmente envolvidos. Não raras vezes se encontram referências a movimentos, tanto na língua inglesa como na língua portuguesa, que se encontram desprovidos de corpo institucional coerente e de um objectivo concreto, como são os casos dos movimentos escolásticos, expressionistas, neo-realistas, surrealistas, românticos, etc..

³ Irving Kristol, “*Neoconservatism: The Autobiography of an Idea*”.

⁴ Perspectiva descrita no artigo “*Neoconservatism: why we need it*”, John Lloyd, *New Statesman* 12th December 2005.

⁵ Concepção vindadamente positivista introduzida por Comte e prosseguida nas influências utilitaristas de Karl Marx e o seu “governo das coisas”.

A selecção de textos de Stelzer engloba a doutrina da “global responsibility” de Kagan e Kristol, a doutrina da “comunidade internacional” de Tony Blair e a “Estratégia de Segurança Nacional do Presidente Bush”, por Condoleeza Rice, textos claramente demonstrativos de uma posição perante as Relações Internacionais que é tudo menos pragmática. É certo que a posição neoconservadora se constitui em oposição a uma concepção idealista das RI, mas, como bem patenteiam os três textos anteriormente referidos, não apresenta um retorno ao “pragmatismo conservador” dos tempos da Administração Nixon. Os neoconservadores apresentam um “culto da paz” de raiz idêntica à dos “liberals”⁶, em que a diferença corresponde apenas na metodologia para a obtenção do ideal de uma paz duradoura. Esse é o fio condutor que perpassa as reflexões sobre *Foreign Policy* inclusas na colectânea de Stelzer. O papel de liderança dos EUA na obtenção dessa paz, a perfeita sintonia dos interesses norte-americanos com os interesses dessa “Paz”, são referência constante nos textos apresentados e, ainda que não sejam explanados em maior profundidade, dão a clara ideia da posição “democratista” com que nos deparamos.

A reflexão sobre o papel da democracia no pensamento neoconservador reveste-se assim de um interesse especial na antologia de Stelzer. O texto de Adam Wolfson “*Conservatives and Neoconservatives*”⁷ reveste-se, assim, de importância fulcral, pela proposição teórica que apresenta a teoria de Tocqueville como fundamento do neoconservadorismo. Em detrimento da posição conservadora e tradicional, apoiada nas teses contra-revolucionárias de Burke⁸, os neoconservadores pretendem a assumpção pelos conservadores americanos (entenda-se Partido Republicano) de uma perspectiva mais democrática e moderna, em que a Democracia e a sua funcionalidade estão no cerne das preocupações e onde se abandonam os resquícios de “*virtue ethics*”, em favor de uma concepção de liberdade individual mais ampla⁹. Da mesma forma que Tocqueville os neoconservadores

⁶ Aqui se utiliza a terminologia americana em que o termo “liberal” é sinónimo de “*New Deal Liberal*”, um eufemismo para “socialista”, provindo das épocas de repressão do socialismo nos EUA.

⁷ Stelzer p.213.

⁸ Expostas em “*Reflections on the Revolution in France*” e verdadeira fonte do pensamento conservador.

⁹ Questão da qual Bruce Frohnen dá excelente conta no seu livro “*Virtue and the Promise of Conservatism*”, em que descreve o abandono pelos neoconservadores da “*virtue ethics*” e o conseqüente conflito com os discípulos de Russell Kirk.

defendem a Democracia sob um ponto de vista pragmático e empírico¹⁰. Por seu turno a Democracia parece ter tomado um carácter fundacional e ideal nas suas concepções de “foreign policy”, através da “teoria da paz democrática”¹¹.

Essa apresenta-se como a grande tensão estrutural no seio do neoconservadorismo. A definição de Kristol de “liberals mugged by reality” ganha novo sentido na medida em que é fundamental compreender se no neoconservadorismo contemporâneo predomina a forma “liberal”, com a respectiva principiologia, ou a forma pragmática.

Essa parece também ser uma questão fundamental para Stelzer, que se esforça por inserir o neoconservadorismo numa tradição pragmática anglo-americana vitoriana¹² mais vasta, inserindo mesmo um texto de Margaret Thatcher. Essa é, possivelmente, uma tentativa de suprir a ausência de escritos da historiadora neovitoriana Gertrude Himmelfarb¹³, e uma aproximação evidente ao conservadorismo novecentista, não inserido numa perspectiva tradicional e cristã, mas surgido no seio da tradição liberal-utilitarista.

É precisamente este o fulcro da discórdia entre os conservadores tradicionais e os “neos”.

Os primeiros afirmam que os “neos” não possuem uma verdadeira tradição conservadora e que ao adoptarem como valor máximo a Democracia se enfilam numa corrente de pensamento jacobina, de onde se pode apenas esperar o “terror revolucionário” a que Burke aludia nas suas “Reflexões”¹⁴, a que os neoconservadores respondem afirmando que nos EUA só existe uma tradição política e moral, sendo esta o Liberalismo¹⁵.

¹⁰ A comparação pode ser facilmente verificada em “The Norman Podhoretz Reader”, ed. Thomas L. Jeffers, Free Press 2004.

¹¹ A “teoria da paz democrática”, de raiz kantiana e modernizada por Dean Babst, postula que a obtenção de uma ordem internacional mais pacífica pode ser obtida através da democratização de seus membros, tendo-se constituído como pedra-de-toque da perspectiva de política externa neoconservadora.

¹² “The Very British Roots of Neoconservatism and its Lessons for British Conservatives”, Michael Gove, in Stelzer, p. 269.

¹³ Que tem, porém, lugar destacado no texto de João Carlos Espada “Neoconservatism in Europe: A View from Portugal”, in Stelzer, p. 299.

¹⁴ O mais famoso ataque dos “paleo-conservadores” à “América jacobina” é, possivelmente, o livro de Claes G. Ryn “America the Virtuous”, Transaction Publishers, 2003.

¹⁵ Reafirmando as teses de Lionel Trilling em “The Liberal Imagination” de 1950, que no ano seguinte geraria, em resposta, a “magna opera” do conservadorismo clássico americano “The Conservative Mind” de Russell Kirk.

A busca de uma essência do neoconservadorismo esbarra inevitavelmente na dificuldade estrutural da contradição entre o pragmatismo na ordem interna e o idealismo democrático que propõe na ordem externa. Ainda que não apresente uma definição sólida da *idé directice* do movimento, a obra de Stelzer merece, pelo menos, o encômio de coligir um conjunto de textos dispersos de relevância no pensamento neoconservador, constituindo-se por isso como documento fundamental a todos os que pretendem conhecer esta forma de pensar através de fontes primárias. **NE**

Boletim de Assinatura NegóciosEstrangeiros

Nome _____

Morada _____

Código Postal - Localidade _____

N.º Telefone _____

Desejo adquirir a Revista **NegóciosEstrangeiros** na seguinte modalidade:

Assinatura Anual – € 18

Assinatura Anual

Número Avulso – € 7,50

Número 3 Número 4/5 Número 6 Número 7 Número 8
 Número 9.1 e 9.2 – € 10

O pagamento deve ser efectuado por cheque à ordem do Instituto Diplomático e anexado a este Boletim.

Cheque n.º _____ Banco _____

Assinatura _____ Data _____

Instituto Diplomático

Rua das Necessidades, 19 . 1350-218 Lisboa . T 21 393 29 40 . F 21 393 20 49 . idiplomatico@sg.mne.gov.pt

Boletim de Assinatura NegóciosEstrangeiros

Nome _____

Morada _____

Código Postal - Localidade _____

N.º Telefone _____

Desejo adquirir a Revista **NegóciosEstrangeiros** na seguinte modalidade:

Assinatura Anual – € 18

Assinatura Anual

Número Avulso – € 7,50

Número 3 Número 4/5 Número 6 Número 7 Número 8
 Número 9.1 e 9.2 – € 10

O pagamento deve ser efectuado por cheque à ordem do Instituto Diplomático e anexado a este Boletim.

Cheque n.º _____ Banco _____

Assinatura _____ Data _____

Instituto Diplomático

Rua das Necessidades, 19 . 1350-218 Lisboa . T 21 393 29 40 . F 21 393 20 49 . idiplomatico@sg.mne.gov.pt

Verde Futuro



**BANCO
ESPIRITO
SANTO**

É esta a nossa cor

O futuro não é monocromático. É cheio de vida, de nuances e diversidade. Por isso, o Verde Futuro não é um verde, são muitos. É a cor do saber, do rigor, da verdade, do valor, da transparência. É esta a cor que nos distingue, e que a partir de agora está mais forte, intensa e viva do que nunca. Em cada balcão BES, em cada ponto do país.

Por detrás das grandes obras,
estão grandes profissionais.



Edifício São Bartolomeu



Auto-Estrada A 13

A solidez constrói-se
A competência cultiva-se
A confiança conquista-se

Na MSF cada obra é o reflexo de mais de 36 anos de experiência. Três décadas e meia de concepção e execução de projectos de engenharia de grande envergadura e complexidade técnica. É essa experiência que nos permite continuar a acreditar nos nossos valores: solidez, competência e confiança e que nos permite intervir em todos os segmentos e especialidades de construção. Na base de todo este percurso está o mais valioso activo desta empresa: os nossos profissionais.

Sede: Av. Columbano Bordalo Pinheiro,
52 1/c - 1070-064 Lisboa
Tel +351 217 213 500
Fax +351 217 263 399
Alvará de Construção nº 103

www.msf.pt



MONIZ DA MAIA, SERRA & FORTUNATO - EMPREITEIROS, SA.

“Negócios Estrangeiros” é
publicada com o apoio das seguintes entidades:



<http://www.bes.pt>



<http://www.msf.pt>

